

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ronilson de Souza Luiz

Ensino Policial Militar

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

SÃO PAULO
2008

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ronilson de Souza Luiz

Ensino Policial Militar

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação: Currículo pela Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Mario Sergio Cortella.

**SÃO PAULO
2008**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Nadir Gouveia Kfouri – PUCSP

TD

LUIZ, Ronilson de Souza

Ensino Policial Militar

São Paulo, p.139, 2008.

Tese (Doutorado) – PUCSP

Programa: Educação: Currículo

Orientador: CORTELLA, Mario Sergio

Palavras-chave: Polícia Militar. educação policial.cidadania.matriz curricular nacional

.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **Local e Data:** _____

Banca Examinadora

Dedicatória

*À minha mulher Miralva.
A todos os responsáveis pela segurança pública.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof.Dr. Mario Sergio Cortella, que ao longo da caminhada indicou pontos que deveriam ser aprofundados e pontos que deveriam ser abandonados.

A Prof. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis, da Unicamp, pelas preciosas indicações, quando da realização da qualificação.

Ao Prof. Dr. Marcio Dias Alípio Casali, da PUC/SP, que desde as disciplinas cursadas contribui de maneira especial com minha tese.

Ao conjunto fantástico de professores do Programa Educação: Currículo.

Aos meus alunos da Polícia Militar.

Ao CNPq e à CAPES pela apoio financeiro.

“Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros.” (Paulo Freire - Pedagogia da Indignação).

LUIZ, Ronilson de Souza. **Ensino Policial Militar**. n. 139 f. 2008. Tese: (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

RESUMO

A presente tese investiga de que forma a capacitação profissional de policiais militares do Estado de São Paulo pode contribuir para uma melhor prestação do serviço de segurança pública. O cerne da tese nasce da necessidade de se abandonar, no que for necessário, o paradigma militarista e implantar um novo paradigma com base nos seguintes princípios: formação e qualificação profissional continuada, interdisciplinaridade, integração, abrangência e capilaridade, além da fundamental atualização permanente. Nesta direção, priorizou-se a tentativa de se compreender o não-investimento na capacitação profissional. Buscou-se analisar a relação entre a prática policial visível e o processo de se ensinar a ser policial. A tese foi construída a partir do questionamento da qualificação profissional, analisando o modo como são formados os policiais. Com as mudanças operadas no plano político e social, sobretudo a partir de 1988, o desafio está posto para a sociedade, que é elaborar políticas de segurança pública e de controle da criminalidade que não comprometam os avanços conquistados depois da redemocratização do país. Na busca da construção de uma segurança e de uma polícia cidadã, realizou-se entrevistas com três coronéis reformados que outrora dirigiram escolas de formação de soldados. A investigação deu-se também com base em documento do Ministério da Justiça, de 2004, denominado de Matriz Curricular Nacional. Como subsídio teórico, apoiou-se em pesquisadores que expressam o seu envolvimento com a proposta de uma formação mais humanizadora, especialmente Paulo Freire e de Luiz Eduardo Soares. A análise institucional e bibliográfica, além do estado da arte sobre polícia, corroboraram para a constatação da não valoração da formação acadêmica para exercício da atividade policial. São apresentadas propostas para uma formação profissional continuada, enquanto processo, é considerada um pré-requisito para busca de excelência na prestação do serviço de segurança pública. Acreditamos que todo policial militar naturalmente pode exceder positivamente seu papel, atuando também como educador, no que se refere a prevenção. O trabalho finaliza revelando uma urgente necessidade de se incentivar, investir e valorizar a capacitação profissional, buscando uma formação menos endógena e mais humanizadora.

Palavras-chave: Polícia Militar. educação policial. Cidadania. matriz curricular nacional

ABSTRACT

The present thesis investigates in which way the professional qualification of the São Paulo State policemen can contribute for improvement in redering the service of public security. The core of the thesis borns in the necessity of abandoning, in what it will be necessary, the military paradigm and implanting a new paradigm on the basis of the following principles: formation and continued professional qualification, interdisciplinary, integration, comprehensive and capillarity, beyond the basic permanent modernization. In this direction, it was prioritized the attempt of to understand the lack of investment in the professional qualification. One inquired to analyze the relation between the visible practice of police and the process of teaching to be a policeman. The thesis was constructed in teh basis of the questioning of the professional qualification, analyzing the way as the policemen are formed. Over all from 1988, with the changes operated in the social and political plan, the contest is challenged for the society, which is to elaborate politics of public security and crime control that do not compromise the advances conquered after the redemocratização of the country. In the search of the construction of a security and citizening policy, it wascarried out interviews with three retired colonels who had directed police academies. The inquiry also was carried out on the basis of a document of the Ministry of Justice, called of National Curriculum Source, of 2004,. As theoretical subsidy, it was supported in researchers who express their envolvment with the proposal of a humanise formation, especially Paulo Freire and of Luiz Eduardo Soares. The institucional and bibliographical analysis, beyond the state of the art on policy, had corroborated for the confirmation the devaluation of the academic formation for the exercise of the police activity. While process, proposals for a professional formation continued are presented, and they are considered a prerequisite in the search of excellency in the redering the service of public security. We believe that all policeman naturally can exceed positively its paper, also acting as educator, in with refers to prevention. The work finishes disclosing a urgent necessity of if stimulating, investing and to value the professional qualification, searching less endogenous and humanize formation.

Word-key: Police. police education. Citizenship. first national curriculum.

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1: Número de Teses que Tratam do Tema Polícia por ano (1988-2006)</i>	36
<i>Quadro 2: Paradigma Militarista</i>	48
<i>Quadro 3: Nove princípios de Sir Robert Peel</i>	81

LISTA DE SIGLAS

Carteira Nacional de Habilitação	CFSdPM
Escola Superior de Segurança Pública	CNH
Matriz Curricular Nacional	ESSP
	MCN
	NEV/USP
Normas de Planejamento e Conduta do Ensino Policial Militar	NPCE
Organizações Não-Governamentais	ONGs
Órgão de Apoio de Ensino	OAE
	OPM
	PMESP
Quadro de Praças de Polícia Feminina	QPPF
Quadro de Praças Policiais Militares	QPPM
Secretaria Nacional de Segurança Pública	SENASP
	VUNESP

Uma característica central de quem não perde oportunidade é a capacidade de ter audácia. Não confunda audácia com aventura. A mudança se faz com os audaciosos, não com os aventureiros.

(Cortella, 2007, p.47)

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I.....	19
CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.....	19
1.1 Histórico da Polícia Militar no Estado de São Paulo.....	19
1.2 A instituição Polícia Militar e a ordem do discurso.....	21
1.3 Estado da Arte: as pesquisas sobre “polícia”.....	27
1.4 As tentativas e possibilidades de democratização da polícia.....	37
CAPÍTULO II.....	43
A ATUAL POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL - AS DIRETRIZES PARA A PMESP.....	43
2.1 Introdução.....	43
2.2 A Matriz curricular nacional: diretrizes e pressupostos.....	47
2.3 A estrutura de ensino na Polícia Militar.....	56
CAPÍTULO III.....	70
ENSINAR A SER POLICIAL.....	70
3.1 Educação Institucional.....	78
3.2 Análise dos dados da pesquisa de campo.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	103
ANEXO A: ENTREVISTA COM O PROFESSOR CORONEL Marcondes	
ANEXO B: ENTREVISTA COM EX-COMANDANTE DO CENTRO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS - Cel Rubens Casado	
ANEXO C: ENTREVISTA COM EX-COMANDANTE DO CENTRO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS - Cel Davanzo	

APRESENTAÇÃO

Ainda não toco instrumentos, mas farei o címbalo soar e suar.

Estou policial militar há 18 anos e atuo como docente, na própria Instituição, nos últimos doze anos. Realizei o curso superior para oficial na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, concluído em 1994. Na seqüência, iniciei o curso de Letras, na Universidade de São Paulo, finalizado em 1998. Nos anos de 1999 e 2000, especializei-me em sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política, dando início em 2001 ao mestrado em Educação na PUC/SP, passando ao doutoramento no início de 2004.

Ao longo destes últimos 12 anos, em meio a não poucas tormentas, realizo a travessia de conciliar as profissões de policial e de professor. Para ambas atividades estou na busca permanente de um humanismo sempre mais generoso, certo de que a educação não é outra coisa senão o esforço que os humanos fazem, estando ou não perto uns dos outros, para responder a uma mesma pergunta: como nos tornar cada vez mais humanos?

Acredito que ao ingressar na Polícia Militar, adaptando um pensamento de Edgar Morin, “passamos a ser herdeiros do peixe atônito que encontrou a sua respiração naquilo que pode asfixiá-lo”.

No texto da tese tentarei transferir a experiência vivida na esfera privada da criação/ação individual, na tentativa de não ser asfixiado, para a esfera pública da significação coletiva.

Nossa escolha foi por robustecer e revitalizar a atividade policial-militar e pensamos que deve ocorrer já na formação, simultaneamente, propostas devem ser feitas para melhorarmos a seleção de pessoal.

Há mais de uma década amadureço as reflexões sobre a educação policial-militar. Interessa-me, especialmente, neste momento, discutir – como realizar uma formação mais humanizadora para o policial militar? Tal indagação exige outra que a precede, ou seja, como se ensina a ser policial militar?

Temos notado que nossos mais prementes problemas não são discutidos internamente, quase que valendo a máxima de que não falando das questões mais difíceis elas desaparecem. Creio que este silêncio interno é também parte do problema, pois, conforme Waters, “*precisamos conservar viva a necessidade de fazer um juízo entre os momentos nos quais é sábio ficar em*

silêncio e aqueles em que é sábio falar. O pensamento profundo não se anuncia sempre aos berros, mas, às vezes em sussurros”. (WATERS, 2006, p.91)

Ter a possibilidade de principiar, na condição de policial militar da ativa, pesquisa na pós-graduação, tratando de questões de Polícia Militar, exige do postulante especial cautela, elencando e destacando, às vezes, por sussurros, pontos que merecem especial atenção. E o nosso ponto é como se ensina a ser policial.

Nesse contexto, é preciso revitalizar o processo de formação de novos policiais a fim de que estes não se acomodem apenas com a formação interna e busquem, com incentivos da Instituição, uma formação mais aprofundada, por exemplo, com pós-graduação *stricto sensu*.

O que nos motiva a pesquisar é a convicção de que nesses cursos se possa dinamizar o alcance de nossos esforços e reflexões, uma oxigenação externa, cremos, auxilia e muito ações internas, ou seja, menos mortes, menos lesões, menos sofrimentos, menos dor e mais vida.

Tudo isso, para fugir do que aponta Waters, *Uma certa timidez permeia o mundo acadêmico no momento. A sabedoria de hoje diz: não formule grandes questões; não se pergunte por que as coisas são como são.* (2006, p.53).

Na contramão do que escreve o autor britânico, perguntamos ao final do curso de mestrado, por que o aparelho policial de São Paulo, que é o maior do país, não conta com um único doutor em qualquer área do conhecimento?

Além disso, cremos que o trabalho, poderá contribuir também para colocar à disposição da comunidade acadêmica e dos policiais militares um histórico pedagógico das questões do ensino policial e da educação policial, não apenas de cunho teórico, mas também de ordem institucional.

Ao final da tese deixarei um esboço de ponte, ao menos mantereí o caminho sinalizado por pedras já afastadas. Se conseguir mostrar alguns passos dar-me-ei por vitorioso, pois, creio que há pequenos passos que, embora pouco perceptíveis, podem indicar rumos; melhores rumos.

Optamos pela carreira de educador policial-militar por acreditar, como poucos, que a essência da atividade policial é preventiva e o ser preventivo, ou seja, o cuidar, o prevenir, o proteger, o amparar é eminentemente pedagógico. Assim tocarei meu címbalo.

INTRODUÇÃO

O cerne da tese nasce da necessidade de se abandonar, no que for necessário, o paradigma militarista e implantar um novo paradigma com base nos seguintes princípios: compreensão e valorização das diferenças, formação e qualificação profissional continuada, flexibilidade, interdisciplinaridade, valorização do conhecimento anterior, valorização do conhecimento da realidade, integração, abrangência e capilaridade, universalidade, articulação, qualidade e atualização permanente.

Objetivar a tese como um farol para o processo de formação de novos policiais, grosso modo, será o horizonte final de nossa intencionalidade. Não por acaso registram-se uma crescente produção de monografias, dissertações e teses, realizadas sobretudo por não-policiais, tentando dar conta do profissional de polícia que precisa ter suas condições de trabalho pesquisadas e compreendidas.

Destacamos também como um dos objetivos específicos poder contribuir para a discussão e indicação de novas formas de fazer currículo, para além das formas verticais, centralizadas e pouco participativas que tradicionalmente têm caracterizado a formação policial, ou seja, buscaremos alternativas diversificadas a atual concepção de ensino policial.

Nesse sentido, estudam-se o sofrimento psíquico do policial, a violência policial, as políticas públicas de segurança, o estresse, o envolvimento com drogas, as doenças somáticas, os afastamentos do serviço (absenteísmo), e também o mercado de trabalho, pois, hoje, tem-se acesso, com facilidade, às faixas salariais dos policiais de todas as unidades da Federação, algo incomum há poucas décadas.

Na condição de pesquisador, deveremos sacrificar o prazer de opinar, em detrimento do permanente esforço de tentar entender como as coisas se dão no campo que me diz respeito: o pedagógico.

O fazer do policial, que carrega a singular permissão para o uso da força e das armas, no âmbito da lei, lhe confere natural e destacada autoridade para a consolidação da cidadania, das questões democráticas ou para a sua devastação.

Buscaremos verificar se a falta de formação pedagógica dos instrutores prejudicou ou obstaculizou avanços no processo de formação de novos policiais, que ainda carece de planejamento competente e gestão profissional.

Minha tese central é: como realizar uma formação policial-militar mais humanizadora, o que nos obriga a tentar saber em última análise como se ensina a ser policial.

Desejamos saber se a total ausência de doutores ou profissionais mais bem qualificados nos quadros da Polícia Militar dificulta a organização, o planejamento, a gestão, e sobretudo a formação de novos policiais, campo em que centraremos o olhar para entender de que forma esta situação se consolidou e resiste bravamente às mudanças.

Certos de que tudo aquilo que não tratamos e ensinamos ao aluno no ambiente de formação policial-militar poderá ser aprendido em Universidades, permitindo ao policial, já formado, refletir sobre contextos que foram calados ou silenciados, aliás, situação que vemos como muito proveitosa a fim de que o PM não tenha visão apenas endógena da atividade policial.

Um dos objetivos específicos da pesquisa é o de contrastarmos a visão de coronéis aposentados, outrora responsáveis pelo processo de formação de novos policiais, com conceitos consolidados na prática pedagógica no dia-a-dia dos policiais, pois, para eles é aceitável, é plausível, a não-exigência de formação acadêmica para dirigir escolas, quer de soldados, fulcro da pesquisa, quer de sargentos ou oficiais.

A nossa tese vai em uma direção antagônica, pois entendemos que a atuação de profissionais mais bem qualificados nas instituições de formação do profissional de segurança pública contribui para melhor a qualidade do ensino policial.

Por meio de entrevistas abertas, analisaremos aspectos da humanização do policial e do processo ensino-aprendizagem para se ensinar a ser policial, nesse sentido, elencaremos excertos das narrativas dos profissionais já aposentados, ou seja, na reserva. Esta escolha liga-se ao fato de que, nesta fase, presume-se que os policiais possam ter, pela experiência de no mínimo 30 anos de serviço, uma visão mais ampla, com maior clareza e entendimento do trabalho policial.

Na certeza de que os entrevistados selecionados para esta pesquisa não estarão obedecendo ordens ao expressarem suas idéias, portanto, estarão livres para se manifestarem da forma que bem entenderem, verificaremos, ao final, se foi possível desvelar os conteúdos das narrativas desses comandantes, a fim de identificarmos dificuldades recorrentes e problemas que

se arrastam há décadas, pois, de alguma forma, o modelo de formação que ainda vigora teve orientação guiada pelos pontos de vista, pelas escolhas desses comandantes, hoje, aposentados.

A partir de uma perspectiva crítica sobre os registros das entrevistas realizadas, buscaremos analisar e comparar os discursos de maneira a ligá-los e interpretá-los em conformidade ao momento histórico e ao processo de formação dos entrevistados.

Tal estratégia de pesquisa permite que os nossos entrevistados recorram à memória e discorram sobre os planos e estratégias que foram utilizadas para conduzir suas atividades na função de diretor de ensino ou de comandante da escola de formação de soldados. Primeiro porque sabidamente na inatividade este profissional tem maior liberdade para falar, e segundo porque não raras vezes são consultados quando internamente o aparelho policial tem questões polêmicas a serem decididas ou carecem de experiência acumulada.

Dialogamos com a perspectiva crítica contemporânea de currículo, especificamente, com a abordagem realista-social do currículo, percebendo e questionando, a partir das reflexões epistemológicas e curriculares, como revitalizar, oxigenar, por esta abordagem, o processo de formação de novos policiais militares.

Por meio de documentos oficiais, sejam normas, leis ou manuais de instrução, além das entrevistas, da observação como profissional da ativa, bem como os depoimentos gravados, delinear-se-á um histórico, um memorial acerca das atividades desempenhadas por profissionais policiais militares da área de educação, com destaque para a nova lei de ensino, que consta dos anexos.

As referências pedagógicas serão as lições de Freire (1974, 1997, 2000), para quem a educação como prática unidirecional, autoritária, baseada na idéia de aprendizagem como simples aquisição de informações nada contribui para a autonomia e crescimento pessoal daquele que aprende, visão corroborada, do ponto de vista policial, por Soares (2000, 2006a, 2006b).

Feitas estas considerações, passamos a elencar a composição do texto. A presente tese está dividida em introdução, que inclui a metodologia e mais três capítulos, sendo o capítulo 1 o que trata da apresentação do tema, fazendo um caminhar pelo histórico da Polícia Militar no Estado de São Paulo, abordaremos também os discursos emanados pelo aparelho policial, que, grosso modo, tentam dividir responsabilidades com outras esferas do serviço público. Também abordaremos o estado da arte das pesquisas sobre o tema polícia.

Já o capítulo 2 abordará a atual política de segurança pública no Brasil, trazendo as diretrizes seguidas pela PMESP; conheceremos os pontos centrais do texto que prescreve a matriz curricular nacional para o processo de formação de novos policiais, também apresentamos o histórico da Escola de Formação de Soldados da Polícia Militar, bem como discorremos quanto à forma que está configurado o planejamento do ensino na Instituição. Procuraremos evidenciar o quanto a questão da segurança pública está na agenda dos governantes e também nos discursos, porém a carência de profissionais capacitados, impossibilita avanços significativos ou mais duradouros.

No capítulo 3 abordaremos nosso entendimento acerca da complexa tarefa de ensinar a ser policial militar, discorreremos também sobre a educação institucional. Na seqüência teremos a análise dos dados da pesquisa de campo e por fim nas “considerações finais”, apresentaremos as contribuições pedagógicas para se conceber uma formação mais humanizadora para a atividade policial, que será corroborada por meio de olhares externos, ou seja, há ressalvas ao modelo fechado e endógeno por que passam os policiais em todos os níveis.

No papel social de educador policial-militar orientamos para que a atuação diária do policial se dê com base nos critérios da disciplina e hierarquia, buscando a máxima ordem, máxima transparência e máxima racionalidade.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

1.1 Histórico da Polícia Militar no Estado de São Paulo

A 15 de dezembro de 1831, portanto, em pleno período governamental da Regência Trina Provisória, era criado pelo presidente do conselho da província de São Paulo, brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, o Corpo de Guardas Permanentes, dando origem ao que, hoje, é a Polícia Militar do Estado de São Paulo. A manutenção da tranqüilidade pública e o auxílio da justiça eram suas principais atribuições, cujo objetivo era garantir a ordem e paz aos quinhentos mil habitantes que então viviam na Província.

Em 2 de março de 1837, passou a denominar-se Corpo Policial Permanente. Em 3 de abril de 1866, denomina-se Corpo Policial Provisório e, em 1º de abril de 1871, volta a denominar-se Corpo Policial Permanente. Mudavam-se os nomes, porém, seu objetivo continuava o mesmo, ou seja, manter a ordem e a tranqüilidade social.

No ano de 1891, o governo estadual implanta, a 14 de novembro, a Força Pública Estadual. Em 28 de junho de 1901, passou a denominar-se Força Policial, e a 28 de setembro de 1905, recebe a denominação de Força Pública. Depois da revolução de 1924, é criada pelo Governo, a 22 de outubro de 1926, a Guarda Civil de São Paulo. Em 22 de dezembro de 1939, a Força Pública volta a denominar-se Força Policial e a 09 de julho de 1947 retorna ao nome de Força Pública.

Na década de 1970, a Força Pública e a Guarda Civil são unificadas, surgindo a atual Polícia Militar do Estado de São Paulo. Em outros termos, a Polícia Militar é uma Instituição pública, organizada com base na hierarquia e disciplina, e sua destinação constitucional encontra-se prevista no Art. 144, capítulo II (da segurança pública) da Constituição Federal. Integrante do sistema de segurança pública, é responsável pela polícia ostensiva, com exclusividade, pela

preservação da ordem pública e, através dos corpos de bombeiros, além das atribuições definidas em lei, pela execução de atividades de defesa civil.

A Polícia Militar atua, ainda, com exclusividade, por força constitucional, as seguintes modalidades de policiamento: ostensivo normal urbano e rural; trânsito urbano e rodoviário; fluvial e lacustre; motorizado (rádio patrulhamento padrão, tático móvel); montado a cavalo; recintos fechados de frequência pública; feminino; repartições públicas; locais destinados à prática de desportos ou diversão pública; segurança externa dos estabelecimentos prisionais; pelotão de escolta; policiamento de choque; rádio patrulhamento aéreo; operações especiais; e, operações táticas.

Todas as polícias militares da Federação executam suas missões com base no poder de polícia, que é uma faculdade de que dispõe a administração pública para controle dos direitos e liberdades das pessoas, naturais ou jurídicas, inspirados nos ideais do bem comum. Sua ostensividade caracteriza-se por ações de fiscalização de polícia, sobre matéria de ordem pública, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa são identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, armamento ou viatura.

Ainda, do ponto de vista histórico, não podemos perder de vista, conforme Bengochea (2007), que o aparelho policial representa

A polícia representa [...] o resultado da correlação de forças políticas existentes na própria sociedade. No Brasil, a polícia foi criada no século XVIII, para atender a um modelo de sociedade extremamente autocrático, autoritário e dirigido por uma pequena classe dominante. A polícia foi desenvolvida para proteger essa pequena classe dominante, da grande classe de excluídos, sendo que foi nessa perspectiva seu desenvolvimento histórico. Uma polícia para servir de barreira física entre os ditos “bons” e “maus” da sociedade. Uma polícia que precisava somente de vigor físico e da coragem inseqüente; uma polícia que atuava com grande influência de estigmas e de preconceitos.

Os anos iniciais do processo de redemocratização, ou seja, a partir de 1985, cobram novas diretrizes como, por exemplo, um maior intercâmbio entre polícia e comunidade.

Assim, o final dos anos 90 é marcado por esforços no sentido de consolidar o regime democrático. A área de segurança pública ainda é gerida por respostas às tragédias, às

emergências e aos desastres sem uma política consistente e duradoura que respeite sobretudo as questões de direitos humanos, o processo de uma formação mais humanizada ao policial militar.

Sabemos que na polícia do Texas (EUA), no início dos anos 90, verificou-se que muitas agências realizavam durante anos a prática de prover recompensas financeiras para encorajar os oficiais a obterem treinamento e educação adicional. Estes programas foram inventados para servir vários propósitos declarados: contribuir à profissionalização da execução de lei; melhorar o desempenho de oficiais e dos departamentos e reduzir a exposição da organização em litígio por fracasso no treinamento de seu pessoal; este exemplo corrobora com minha tese da necessidade do Estado realizar investimento na capacitação de seus quadros, comprovando que, com profissionais mais bem capacitados há incrementos na atuação como um todo. (CAMPBELL, 1990).

Muito embora as PMs sejam herdeiras de tradições e regulamento das Forças Armadas, infelizmente, não herdamos a tradição de incentivar a capacitação. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, bonificam, no soldo, seus integrantes quando concluem graduação, especialização e pós-graduação *stricto sensu*, contando inclusive com legislação interna, que disciplina as pontuações que tais cursos geram para a carreira no que se referem as promoções, ao mérito. No modelo policial ainda não dispomos de amparos que incentivem o investimento em estudos e pesquisas.

1.2 A instituição Polícia Militar e a ordem do discurso

Refletir sobre o atual discurso policial-militar, tendo como referência as idéias de Foucault, pode ajudar a compreender um pouco mais sobre os meandros da Instituição, objeto desta pesquisa.

Um conhecido poema de Bertold Brecht servirá para que se apresente uma das instituições mais presentes do Estado que são suas polícias. Debater sobre a maneira que vem se configurando, na Polícia Militar, de forma geral, e em São Paulo de forma particular, um novo discurso ajudará a destacar o ponto central da tese, ou seja, como se ensina a ser policial.

O poema de Berthold Brecht “Aos que virão depois de nós” descreve um pouco o cenário encontrado, atualmente, nos mais variados discursos, quer nos aparelhos de Estado, quer na mídia, quer na família

Eu vivo em tempos sombrios.
Uma linguagem sem malícia é sinal de estupidez, uma testa sem rugas é sinal de indiferença.
Aquele que ainda ri é porque ainda não recebeu a terrível notícia.
Que tempos são esses, quando falar sobre flores é quase um crime.
Pois significa silenciar sobre tanta injustiça?

Essa evocação feita ao poema, longe de ser um ornamento da linguagem, significa uma escolha por um tipo de investimento no que há de mais fugaz e mais verdadeiramente humano: a liberdade, que foi uma das temáticas ainda que de forma indireta abordada por Foucault.

A coerção disciplinar estabelece no corpo, na fala e na escrita dos policiais militares o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada, ou seja, na medida em que o policial militar ganha experiência e competência para refletir sobre sua atividade mais ele é cerceado e incentivado a não fazê-lo.

Conforme Foucault, todo analista deve apoiar-se em quatro noções que se opõem, respectivamente, às noções de criação, unidade, originalidade e significação, todas preciosas à história das idéias e que são: o acontecimento, a série, a regularidade, a condição de possibilidade.

Com base em realidades múltiplas do serviço policial-militar, “no atacado e no varejo” (para usar uma linguagem de caserna), sendo que é, em especial, na primeira modalidade que o discurso policial encontra pouca ressonância, conforme se demonstrará com o auxílio da obra destacada, inclusive, em que grau e por quais caminhos parte disto se realiza.

Castoriadis (2000), tratando das instituições, destaca o papel do imaginário social afirmando que este tem um papel simbólico porque há problemas “reais” que os homens não conseguem resolver.

Para Foucault, o intelectual como emissor do discurso é um promotor de desejos. O que produz o aparelho policial senão uma sensação de segurança, ou de insegurança, conforme o contexto de atuação.

Os profissionais que fazem parte do alto comando da Instituição policial e que são os responsáveis por um discurso que contempla textualmente os temas caros a nossa sociedade recém-saída de uma ditadura militar, ou seja, temas como o da liberdade de expressão, dos direitos humanos, da livre associação, da manifestação pública, e outros igualmente fundamentais aos que crêem no Estado democrático de direito, têm árdua tarefa e infelizmente, às vezes, alguns integrantes têm optado pelo “nada a declarar” ou a resposta padrão “será instaurado inquérito ou sindicância para apurar”.

Para Foucault, a “vontade de verdade” como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional. Tem-se no processo de formação de novos policiais uma oportunidade de apresentar novos discursos, pois

[...] o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão a qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?”(FOUCAULT, 2001, p.44).

O que se espera é que as práticas policiais contemplem um estilo diferenciado de policiamento caracterizado por uma maior interação entre policiais e cidadãos, visando ao estabelecimento de uma relação de confiança e cooperação. Se há algo que podemos afirmar é que todo discurso busca o convencimento, tentando conferir autenticidade ao evento narrado.

Deseja-se também uma concepção mais realista da função policial, ou seja, o reconhecimento da variedade de situações não-criminais que levam os cidadãos a demandarem a presença da polícia. Conforme Pol-Droit “... a verdade não é ... – só existem discursos que podem ser historicamente situáveis. Certamente, eles produzem ‘efeitos de verdade’, delimitando, para uma época, aquilo que é pensável e aquilo que não é” (2006, p.35).

Neste cenário, poucas vezes ocorreu a inusitada situação de se ter à frente dos assuntos de segurança pública um profissional das Ciências Humanas, que pela natureza de seus objetos de pesquisa trouxe novos discursos ao âmbito policial, como o que segue, postulado como OS (ordem de serviço – documento regimental dos serviços públicos) publicado em 2003:

Foi vetada, de modo absoluto, radical e irrevogável, toda tentativa, sob qualquer pretexto e em qualquer modalidade; de explicações das tragédias. Tragédias não se explicam: vivem-se, sentem-se, experimentam-se, com respeito, humildade e silêncio reverente. É preciso compartilhar o luto, com a sociedade, reconhecendo por palavras, gestos e atos, a incomensurabilidade de cada vida perdida e a intensidade da dor envolvida em todo sacrifício da vida humana, qualquer que seja a circunstância da morte e a eventual biografia criminal da vítima.

Fazer o luto com as comunidades que sofrem ajuda a curar feridas e reconstituir vínculos de confiança ameaçados, entre as autoridades da segurança pública ou os representantes das polícias e a sociedade. As mortes não se contam, jamais se inscrevem em cadeias numéricas, nunca se comparam. O que, sim, deve ser objeto de tratamento analítico e estatístico, sincrônico e diacrônico são as taxas de homicídio, assim como nos demais crimes, sobre as quais será apropriado falar em momentos especiais, distantes dos momentos em que o foco são mortes concretas, as tragédias e sua triste rotina.

Tal ordem enunciada em outras épocas soaria no mínimo como falsa retórica. Hoje, além de ser “politicamente correto” traz no seu interior questões que remetem indubitavelmente ao direito à vida. Contudo, não é porque se constitui como “ordem de serviço” que é posta em prática. Na verdade, a mudança de posturas comportamentais está diretamente relacionada com a formação humana.

Relatar e discursar sobre a dor da perda resultante de embates entre delinquentes e policiais são assuntos que devem ser guiadas pelos escritos do Secretário. Em tal contexto, guia a nossa reflexão o conceito de autonomia em Castoriadis (2000) “não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sua realização só pode conceber-se como empreitada coletiva”, integrando instituições, atualizando práticas, por meio de novos discursos. Dizer isto remete a um pensamento comprometido em essência com a emancipação humana, daí que esta só pode se realizar enquanto projeto de sociedade.

Instituição, poder e discurso são partes de interações complexas, que têm na escola, no processo de formação do ser social um campo instigante de análise para o entendimento de como se constituem suas amarras, de como se tecem suas redes.

Compreender as relações remete ao que escreveu Foucault “...o velho princípio grego: que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade” (2001,p.18).

Esta crítica feita pelo filósofo francês, as relações de igualdade/desigualdade na sociedade grega serve, considerando as devidas diferenças históricas, para a sociedade capitalista atualmente.

Não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância (Chauí, 2006c), assim também ocorrem os discursos policiais.

O dizer é parte do ser que é parte do fazer, portanto, o discurso policial neste início de século XXI, apresenta-se mais político, mais racional e mais democrático. Isto sem contrariar normas internas de hierarquia e disciplina. Na essência, constatamos que há um paradoxo visível, pois democracia remete à participação e à liberdade, condições do ser político. Porém, cabe dizer que democracia e suas implicações sociais não é conquista de um dia, mas de toda uma história que se pretenda progressista.

Um emaranhado de dispositivos internos é que concretiza o fato de não termos policiais escrevendo, registrando suas idéias, suas críticas, lembrando que estamos falando de 552 mil profissionais (BRASIL, MJ, 2004).

As autoridades que controlam a máquina burocrática sabem que a escrita e os discursos de ordem podem possibilitar a elucidação dos feitos policiais, que, às vezes, são em parte precários, portanto, crêem, erroneamente, os dirigentes e comandantes, que não devem ser de conhecimento público. A transparência ainda não faz parte; como gostaríamos e se faz necessário, do cotidiano policial; conduta que só agravam as deficiências da Instituição.

Na superação dessa problemática a comunicação direta entre policial e cidadão pode contribuir para a inversão de estereótipos, pois, tendo uma relação centrada na autoridade e no conflito permanente, os excluídos anseiam por uma postura mais conciliatória, focada no diálogo e na busca de soluções integradas dos problemas locais.

O ensino é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valor e que exige posturas éticas e políticas. Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p.14)

As situações ambíguas, incertas e conflituosas, citadas pelas autoras , por vezes são ignoradas nos discursos dos profissionais policiais.

Nesse sentido, outra forma de superação encontra-se na premissa de que a discricionarieidade é não somente inerente, como essencial ao bom desempenho policial. O que é mais aparente neste discurso é sua incrível capacidade de tentar justificar as carências, tendo como estratégia dividir responsabilidades, porém, quase que invariavelmente, o que se tem são assuntos indelegáveis.

Todavia, o caráter demarcador das disciplinas nas escolas que formam os novos policiais as tornam tão úteis, tão funcionais, em uma engrenagem baseada na ordem e na representação, exatamente o oposto do que almejam os necessitados deste serviço público, contribuindo sobremaneira para que se tenha um discurso da ordem.

É por tudo isso que se pode dizer que o atual discurso é um artefato que foi engendrado tanto a serviço da ordem e da representação quanto a serviço das novas lógicas espaciais, temporais, sociais, geográficas, entre outras que se estabeleceram, conforme se nota no presente cenário.

Por isto que falar em maior interação entre policiais e cidadãos, visando ao estabelecimento de uma relação de confiança e cooperação é mais do que necessário se queremos, de fato, mudar o processo no que tem de essencial. Mais do que armar os policiais de respostas e de discursos prontos, necessita-se de esquemas gerais de ação e instrumentos de análises para que se adote e assumam decisões responsáveis e comprometidas com os necessitados do serviço policial, que se constitui na grande maioria da população.

A necessária integração entre polícia e comunidade será sempre o produto de uma condição histórica e política em processo de construção permanente, e nunca a resposta definitiva para contradições e conflitos sociais, insondáveis e imprevisíveis como é o conjunto de ocorrências policiais, desde as mais simples.

Retomando o poema de Brecht:

Nós sabemos o ódio contra a baixezca também endurece os rostos!
A cólera contra a injustiça faz a voz ficar rouca!
Infelizmente, nós que queríamos preparar o caminho para a amizade, não
pudemos ser, nós mesmos, bons amigos.
Mas vocês, quando chegar o tempo em que o homem seja amigo do homem,
pensem em nós com um pouco de compreensão.

O hino do poeta alemão leva ao entendimento e diálogo mútuo entre os homens, leva necessariamente a uma questão de fundo que perpassa toda a pesquisa, qual seja, o papel da educação no processo de humanização do policial militar. Em outros termos, podemos afirmar que uma formação voltada para a celebração da vida só germinará onde se alcançar o ponto do insubstituível diálogo.

Assim, o que se apresenta como bastante coerente é que toda instituição deva construir sentido coletivo de suas atividades, pois somos todos mediados por instituições, nosso modo de ser é institucional. É nessa perspectiva que pode ser fecundo, e pertinente, imaginar um discurso policial condizente com a prática real, situação que ainda não vivenciamos em parte ou no todo.

O discurso policial deve estar permanentemente aberto à invenção de novas relações com seus movimentos instituintes e surpreendentes, buscando sempre ampliar os conceitos de justiça e liberdade.

Foucault afirmou, em entrevista, que imaginaria seus livros como bilhas que rolam. Elas são captadas, tomadas, lançadas novamente. É isso que aqui tentamos realizar.

1.3 Estado da Arte: as pesquisas sobre “polícia”

É ainda muito recente a produção de trabalhos acadêmicos tratando de temáticas policiais, merece destaque os esforços realizados sobretudo a partir dos anos de 1990. Pesquisas pioneiras de Antonio Luiz Paixão, Paulo Sergio Pinheiro, Roberto Kant de Lima e o clássico de Heloisa Rodrigues Fernandes “Os militares como categoria social”, de 1978.

É conhecido também que o tema da polícia é bastante complexo e comporta diversos ângulos de observação e análise, pois, questões do tipo por que as organizações policiais estão se modificando ou por que a metamorfose nas atividades policiais encontra seus maiores obstáculos e resistências na própria organização? – são perguntas que permanecem abertas.

A nova geração de pesquisadores, ainda muito concentrada nas Ciências Sociais, tem apresentado importantes contribuições ao campo. Dentre os trabalhos, ressalto as pesquisas de Túlio Khan, cientista político que atua junto a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, bem como as que seguem:

1ª - Jacqueline de Oliveira Muniz, em 2000, na Ciência Política, defendeu a tese “Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”, trabalho que teve como foco principal o universo cultural e institucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Buscou-se o "fazer ostensivo da polícia", que pressupõe um significativo espaço de manobra decisória dos policiais de ponta no atendimento a toda sorte de eventos insólitos e emergenciais que, por um lado, não encontra uma tradução na racionalidade jurídica e que, por outro, tem correspondido a uma zona cinzenta do trabalho policial, permanecendo pouco visível para as corporações, os PM e a clientela que utiliza os seus serviços.

2ª - Regina Célia Pedroso, em 2002, na História Social, defendeu a tese “O olhar vigilante: Estado autoritário e ideologia policial no Brasil”, discorrendo sobre a história da organização policial no Brasil, tomando São Paulo e a Polícia Militar como base para o estudo. A legislação policial bem como a legislação repressiva no Brasil foram estudadas de forma exaustiva, associando a mentalidade jurídica às práticas policiais.

3ª - Wellington Barbosa da Silva, em 2003, na História, defendeu a tese “Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)”, abordando a formação dos aparatos policiais, focando a força policial pernambucana. Pesquisou-se a formação do aparelho policial e repressivo que, como produto do processo de construção do Estado imperial brasileiro, começou a ser estruturado no Recife nos primeiros anos da década de 1830. Remeteu-se a um tema ainda pouco explorado pelos historiadores brasileiros, ou seja, o estudo do processo de constituição e organização das instituições policiais e militares do Brasil independente e, por conseguinte, a análise das suas conexões com o Estado e com a sociedade.

4ª - Naldson Ramos da Costa, em 2004, na Sociologia, defendeu a tese “Violência policial, segurança pública e práticas civilizatórias no Mato Grosso” abordando a permanência das diversas formas de violência policial nas práticas de controle social e da criminalidade, mesmo depois de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais em Mato Grosso, que terminaram por comprometer os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito. Segundo o autor, a formação obtida nas academias e no centro de formação profissional, fortemente influenciada pelo legalismo jurídico, não é suficiente para regular e controlar o alto grau de discricionariedade no ofício de polícia, que pode resultar em abusos, violência ou corrupção policial.

As mudanças políticas, econômicas e sociais não são, necessariamente, acompanhadas de mecanismos de controle da violência policial. A conquista do Estado de Direito, em 1988, não representou o fim dos abusos e excessos cometidos por policiais.

O controle da violência policial passa pelas conquistas da sociedade civil, no sentido de impedir que a violência ilegítima permaneça no ofício de polícia. Nesse sentido, a participação das organizações que lutam pela promoção dos direitos humanos e da cidadania constitui uma forma de pressão legítima e necessária. Na busca da construção de uma segurança e de uma polícia cidadã, as formas de controle social interno, realizado pelas Corregedorias e Ouvidorias, e externo, com a participação da sociedade civil, são fundamentais. Conclui-se que as academias de polícias e a Universidade devem ser parceiras na quebra do paradigma da violência, dentro e fora do ofício de polícia. A formação profissional continuada, enquanto processo, é considerada um pré-requisito para desconstruir as práticas violentas e ilegais. Da mesma forma, se aposta na viabilidade de experiências consideradas civilizatórias, como é o caso da filosofia de polícia comunitária.

5ª - Paula Ferreira Poncioni, em 2004, na Sociologia, defendeu a tese “Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro”, abordando as representações sociais elaboradas por policiais militares e civis, particularmente aqueles vinculados à formação e aperfeiçoamento profissional, sobre o seu papel, as suas funções e o lugar de sua atividade profissional no Estado e na sociedade brasileira contemporâneos. Buscou-se apreender a percepção que o policial tem de si mesmo e do conjunto de situações que vivencia, assim como suas atitudes e seus sentimentos em relação a elas, tentando identificar as imagens que tem do seu público usuário e da sociedade de um modo geral. A pesquisa de campo foi conduzida no Rio de Janeiro, durante o período de 1999 a 2002 e foi dirigida especialmente para as atividades desenvolvidas nas Academias de Polícia civil e militar do Estado do Rio de Janeiro, que atuam com formação e aperfeiçoamento profissional de policiais.

6ª - Maria de Fátima Tavares, em 2004, na Educação, defendeu a tese “A simultaneidade do absurdo e a graça da condição humana, no cotidiano da Polícia Militar: uma proposta educativa”, abordando às crises que vivenciamos na atualidade. A pesquisadora se propõe a estudar o paradoxo violência/paz no cotidiano da Polícia Militar, levando-se em consideração o processo de crescimento de policiais militares pela via da inteireza humana. Buscou-se analisar a

relação entre a vivência de completude humana e a relação com o outro no contexto tanto da Instituição, no âmbito social, e no processo de cidadania planetária.

Para a autora, instituições como a Polícia Militar, cujos profissionais atuam no limite do paradoxo violência/paz, podem transcender o seu papel atuando também como educadores e construtores de uma cultura de paz no exercício da sua função. Verificou-se que os policiais constataram a importância da educação como um caminho para o resgate do ser, aspecto fundamental para o com-viver (viver com os outros). Constatou-se, ao final, mudanças significativas, ampliando e resignificando atitudes voltadas para a paz, reiterando a relevância da inteireza humana para o desenvolvimento e estabelecimento de uma cultura que priorize a vida, destacando a necessidade de ser para conviver.

7ª – Vanda de Aguiar Valadão, em 2004, no Serviço Social, defendeu a tese “Implicações do militarismo sobre as práticas policiais militares”, abordando as implicações da militarização da polícia na produção de um contexto no qual mecanismos oficiais e oficiosos podem conferir "legitimidade" e "legalidade" a práticas abusivas e ilegítimas praticadas por policiais militares.

Os resultados demonstraram que as práticas violentas e corruptas de agentes policiais militares podem refletir o "autoritarismo socialmente implantando" na sociedade, mas sua persistência se ampara nas características organizacionais e de funcionamento interno dessas agências policiais e na legislação que regulamenta o exercício da função policial-militar. Conclui que, a Instituição policial-militar, ao se excluir do conjunto de determinações da institucionalidade de caráter civil, se excetua da regra comum. Da mesma forma que o Exército nacional, a polícia militar, em cada estado da federação, cerca-se de instituições satélites, como a justiça militar, o direito militar, o cárcere militar, etc. Essas instituições especiais chamam para si a investigação de atos policiais irregulares e, como um anteparo, evitam a responsabilização de seus agentes pela justiça comum e o conhecimento social sobre seus atos.

8ª - Marco Antonio Cabral dos Santos, em 2004, na História, defendeu a tese “Paladinos da ordem: polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX”, analisando a relação entre polícia e sociedade em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. Numa cidade marcada pela recente e acelerada industrialização, por constantes mutações urbanísticas, e sobretudo pela enorme expansão demográfica decorrente de diferentes fluxos migratórios, a polícia apresentava-se como o interlocutor mais freqüente entre a crescente população pobre e o Estado. Se de um lado a cidade sofria o impacto de um projeto modernizador preconizado por

suas elites, de outro buscava meios de gerir a constante tensão resultante desse processo, através de uma rede de controles ancorada em grande parte na atividade policial. Neste contexto, avolumavam-se prisões motivadas por contravenções tais como vadiagem, embriaguez ou mendicância, quase sempre permeadas pela arbitrariedade e pela violência.

9ª - Cristina Kologeski Fraga, em 2005, no Serviço Social, defendeu a tese “A Polícia Militar ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço”, na qual investiga o acidente em serviço do policial militar do Estado do Rio Grande do Sul, buscando refletir as condições de trabalho policial (formas de execução: precariedade, sobrecarga devido aos trabalhos extras, pressão social e institucional) e sua organização rigidamente hierarquizada (baseada na centralização de decisões, divisão e padronização das tarefas). Concluiu-se que há uma representação institucional que restringe o acidente à atividade-fim, contrapondo-se às variadas formas e circunstâncias em que ocorrem relacionados ao amplo leque de atuação da BM. Evidenciou-se, ainda, a preocupação da Instituição com o acidentado que, em muitos momentos, é refém da precariedade de políticas públicas. Sugere-se que se trabalhe para o despertar de uma sensibilização social à visibilidade dessa demanda, uma vez que o acidente em serviço não fere apenas ao policial acidentado e sua família, mas também à Polícia Militar em sua totalidade e à sociedade, foi a conclusão da autora.

10ª - Jorge da Silva, em 2005, nas Ciências Sociais, defendeu a tese “Violência e identidade social: um estudo comparativo sobre a atuação policial em duas comunidades do Rio de Janeiro”. A hipótese levantada foi a de que o Rio de Janeiro vive um conflito social com marcados componentes etnoraciais, cuja intensidade vem desafiando a capacidade de as tradicionais mediações evitarem a desintegração de sua sociedade, ocorrendo a ruptura e a reinvenção de novas formas de lidar com os antagonismos sociais, nas manifestações violentas de revolta, no asfalto, promovidas por moradores de favelas quando estes fecham as vias e túneis, incendiam ônibus ou saqueiam lojas.

11ª - Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, em 2005, na Psicologia, defendeu a tese “Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos” abordando as práticas de formação em direitos humanos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Examinou o conceito de direitos humanos a partir da perspectiva de produção da subjetividade proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Colocou-se em análise o modo como

algumas histórias são atualizadas em nossas práticas atuais de 'fundada suspeita', além de discutir políticas de ensino que sejam capazes de ultrapassar o ato de transmitir conteúdos. Foram pensadas, assim, estratégias para suscitar analisadores e, deste modo, pôr em análise o modo de funcionamento de práticas policiais instituídas. Priorizou-se o contato com as dificuldades na abordagem policial como ocasião para explorar experiências de problematização da própria função e ação policial, desembocando no estranhamento em relação às próprias práticas e ao funcionamento do coletivo. Conclui-se por ter construído um espaço político-educacional que tornou possível, dentro da instrução em abordagem policial, a tematização dos direitos humanos a partir de uma perspectiva de produção de subjetividade.

12ª - Júlio César Dal Paz Cônsul, em 2005, no Serviço Social, defendeu a tese “Brigada Militar: identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade”, exteriorizando o processo de construção de identidade da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Defendeu-se a hipótese de que a identidade policial teve forte influência do contexto sociopolítico externo para determinar o arranjo estrutural e a missão da Brigada Militar. As evidências obtidas apontaram que a Brigada Militar, durante sua trajetória, teve o desenho estrutural e suas intervenções voltadas basicamente para atuações beligerantes, semelhantes às do Exército Brasileiro. Nos últimos 38 anos a Brigada começou a execução das tarefas de policiamento, entretanto, isso não teve a faculdade de direcionar a Corporação às atividades civis de polícia e ao conseqüente abandono de sua antiga tradição militar, uma vez que as mudanças ficaram por conta, somente, de algumas alterações estruturais e de denominações dos órgãos que a integram, buscando complementar a compreensão da construção social da identidade da Brigada Militar, das demandas emergentes e da organização do Estado para atendê-las.

13ª - José Eduardo Azevedo, em 2005, nas Ciências Sociais, defendeu a tese "Polícia Militar – procedências políticas de uma vigilância acentuada”, que abordou em consonância com analítica de Michel Foucault, uma relação dialógica e tensa com diversas matrizes de pensamento clássico e contemporâneo sobre a corporação militar. Seu percurso se faz por uma cartografia dos acontecimentos como história efetiva, destituindo-a da heroicidade e de sua missão de pacificação das relações sociais. Buscou-se identificar alguns elementos referenciais que concorrem para a conformação de uma "cultura policial das ruas", entendida como uma síntese complexa e sutil dos estímulos e expedientes ora convergentes, ora contraditórios e paradoxais que servem de guia para os atores que se inscrevem no universo policial ostensivo.

14ª - Lúcio Alves de Barros, em 2005, na Sociologia e Política, defendeu a tese “Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano polícia”, discutindo as relações sociais, percepções, representações e o imaginário dos policiais militares de Belo Horizonte. Retratou a ação policial dramatizada e mitificada pelo imaginário social e os constrangimentos que perpassam as ações policiais em contato com a "comunidade". A tese discutiu as encenações forjadas pelos atores no interior do Batalhão, bem como nas ações levadas a efeito nas vias públicas, explorando a imagem deificada - imagem alimentada principalmente por seus executivos - da polícia, problematizando a situação da organização que, ao mesmo tempo em que opera no interesse de "dar conta de tudo", fracassa "dando conta de pouco ou nada". Em tais circunstâncias, a imagem de uma Instituição onipotente e onisciente cai por terra diante da realidade empírica vivenciada por seus profissionais. O trabalho finaliza revelando uma polícia catatônica, complexada por não ser deus, e de difícil gerenciamento e controle operacional.

15ª - Acácia Maria Maduro Hagen, em 2005, nas Ciências Sociais, defendeu a tese "O Trabalho policial: estudo da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul", analisando o processo de mudança quanto aos métodos de recrutamento e de formação dos novos policiais. Apresenta-se também uma análise das mudanças ocorridas no perfil sócio-demográfico dos policiais civis ao longo do período entre 1970 e 2004, discutindo também relações de gênero e propiciando reflexão sobre as formas que assumem, hoje, as carreiras na Polícia Civil do Rio Grande do Sul apontando avanços, embora em ritmo que inclui tempos de parada e espera, em direção ao uso de critérios públicos abrangentes na condução de seu agir.

16ª - David Gaspar Ribeiro de Faria, em 2006, na Psicologia Social, defendeu a tese “O profissional de segurança pública - papel social e identidade profissional”, que buscou compreender o papel do profissional de segurança pública e dos aspectos psicossociais que participam da formação de sua identidade profissional. Trabalho transdisciplinar sustentado em conceitos advindos das áreas psicológica, sociológica, organizacional e do trabalho, institucional, jurídica, histórica, psiquiátrica, psicanalítica e psicodramática. Os dados obtidos conduziram à compreensão do contexto em que se insere o campo de atuação do PM, cenário permeado por constantes mudanças, tensões, violência, confrontos sociais bem como perigos e riscos reais, em que o sujeito investido no papel absorve suas conseqüências físicas e emocionais. Surgiram indícios de transtorno de personalidade anti-social em parte dos sujeitos investidos no papel

profissional investigado, emergentes principalmente em quadros de anomia social, o que permitiu entrever um nível de gravidade no problema, maior do que inicialmente se presumia. O estudo concluiu pela confirmação dos fatos supracitados, assim como, que a qualidade da relação entre os campos da segurança pública e da comunidade acadêmica contribui para explicar, em parte, o cenário social em que o profissional em foco atua, o que, associado à sua cultura organizacional, à sua origem às suas dificuldades, aos seus atributos e às suas crenças e valores, fatores esses relacionados entre si, integram o processo de construção da identidade profissional do sujeito investido no papel de policial.

17ª - Marco Antônio de Azevedo, em 2006, na Ciências da Informação, defendeu a tese “Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em um ambiente comunitário”, objetivando descrever processos de construção do conhecimento social que têm lugar em ambientes comunitários que visam a promoção de segurança pública. Considerou-se que as polícias militares vivem uma crise (de conhecimento) frente à escalada da criminalidade e que a adoção de um modelo de policiamento comunitário, mais compatível com os valores de uma sociedade democrática, tem se mostrado uma alternativa viável. Os resultados evidenciaram que são diferentes as maneiras de experimentar e conceber a violência e que a informação, enquanto forma de comunicação da experiência, é objeto de disputas simbólicas. Os pólos informacionais entram em conflito e dificuldades para o compartilhamento de informações são instauradas, caracterizando aquilo que se chamou de “vazio informacional”.

18ª - Mônica Carvalho Alves Cappelle, em 2006, na Administração, defendeu a tese “O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais”, o abordando as relações de gênero e a subjetividade com base nas relações de poder vivenciadas por mulheres policiais que atuam no policiamento operacional na região do oitavo comando regional da Polícia Militar de Minas Gerais.

Verificou-se que as estruturas objetivas e subjetivas do campo de poder da Polícia Militar abrangem um sistema de princípios que buscam perpetuar essas estruturas e manter os sistemas de diferenciações nas mentes dos seus membros. O perfil ideal do policial militar masculinizado também é perpetuado na organização pela prática predominante de formas de policiamento tradicionais. Contudo, a ordem estabelecida no campo de poder organizacional tem tido sua legitimidade ameaçada pelos ambientes externo e interno. O policiamento feminino foi adotado

como forma de a polícia acompanhar a evolução de outras organizações e como uma tentativa de modernização da imagem da PM.

Entre os objetivos das policiais na PM, foram verificados aqueles relacionados à carreira e à necessidade de qualificação. As estratégias de exercício de poder adotadas pelas policiais envolvem, por um lado, a tentativa de se igualar aos homens, e, por outro, o exercício do poder pela sedução. Percebeu-se que as policiais femininas começam a entender que o exercício do poder está na vida cotidiana, nas negociações, e no estabelecimento de objetivos e de alianças para alcançar esses objetivos. Conclui-se que as policiais devam ser vistas tanto como sujeitos, quanto como objetos da Polícia Militar, organização que elas têm ajudado a constituir.

19ª - Carlos Afonso Gonçalves da Silva, em 2007, no Direito, defendeu a tese “O ensino de direitos humanos na polícia civil de São Paulo: aspectos formacionais da academia de polícia, desafios e perspectivas”, abordando o papel da Academia de Polícia de São Paulo no ensino da disciplina Direitos Humanos e o impacto desse conteúdo programático na realidade da atuação policial civil de São Paulo, partindo de um esboço histórico sobre os Direitos Humanos.

Nota-se o significativo aumento pelas temáticas do mundo policial, quer da Polícia Militar ou Civil, de tal sorte que apenas nos anos de 2004 e 2005 temos mais teses do que toda a década dos anos de 1990. Ao selecionar as teses acima apresentadas, optou-se por privilegiar a palavra “polícia”, junto ao Banco de Teses da Capes, resultando na localização de um total de 135 teses, das quais selecionei apenas dezenove, tendo como referência o ano de 2.000, pois, na década que antecede, temos uma prevalência de temáticas destacando o lado repressivo do aparelho policial, as questões de violência e a ligação com o período da ditadura militar.

O referido banco de teses permite pesquisas a partir de 1987, ano em que não há registros. Nos anos que se seguem temos a seguinte distribuição:

Quadro 1: Número de Teses que Tratam do Tema Polícia por ano (1988-2006)

ANO	QUANTIDADE
1988	0
1989	1
1990	2
1991	3
1992	0
1993	0
1994	1
1995	1
1996	0
1997	5
1998	6
1999	11
2000	9
2001	6
2002	11
2003	19
2004	19
2005	21
2006	20
Total	135

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 2007

Não é por força do acaso que as pesquisas sobre as instituições policiais, em todas suas esferas, têm se intensificado, no âmbito acadêmico, quer no Brasil, quer no exterior, mormente recebendo abordagem das Ciências Súcias. Por aqui, a Polícia Militar, principalmente devido ao alcance de suas atividades, pela sua abrangência territorial, no Estado de São Paulo está presente em mais de 600 municípios; tem se constituído em objeto de estudo que envolve múltiplas áreas de conhecimento.

Por conta de nossa recente democracia, assunto que nos remonta ao nosso passado ditatorial e aos nascentes mecanismos e alicerces democráticos de fortalecimento e controle institucional, após 1988, temos muito que pesquisar na área, buscando reexaminar, verificar e perceber a possibilidade da emergência de um novo olhar para o serviço policial

O juízo é o alicerce sobre o qual as humanidades são construídas. De fato, elas são constituídas pelo processo de alcançar a auto-reflexão que liberta os seres humanos para realizarem atos de julgar, isto é, decidir o que e como as coisas são. O juízo, nas palavras de John McDowell, é “um exercício de liberdade responsável” (WATERS, 2006, p.37).

Para o policial militar as decisões seguem esferas hierárquicas, portanto, o que aponta o autor é um exercício para o qual os policiais não foram preparados durante o processo de formação, que erroneamente não contempla a “liberdade responsável”.

Neste cenário, merece destaque a publicação da ONG Viva Rio, que produziu uma cartilha que, conforme traz o site “é propositiva na medida em que não apenas focaliza a compreensão das instituições policiais e do seu papel na prevenção da violência, mas defende que a sociedade assuma o desafio de participar em diferentes níveis das políticas de segurança pública abrindo canais de diálogo e interação com os agentes públicos. (falta a fonte)

1.4 As tentativas e possibilidades de democratização da polícia

O aparelho policial, assim como as empresas em geral, ao recrutar seus quadros, ainda que busque um perfil específico, tem se caracterizado pela existência de crescentes disparidades de oportunidades na força de trabalho, ou seja, temos homens e mulheres que chegam aos quartéis bastante cômicos de sua futura carreira e outros que têm muito pouca clareza do que irão realizar.

Poderíamos, em nossas escolas, como sugestão, seguir o modelo de estágio citado por Frei Betto (Cortella, 2007, p. 74), ao descrever uma experiência no continente africano.

Porque, uma vez por ano, devem escolher, na escola, com que tipo de comunidade de trabalho querem fazer estágio, entre as seguintes opções: (1) com os lixeiros; (2) no mercado da cidade; (3) com jornalistas; (4) com a polícia da cidade ou (5) com o serviço de saúde. Os jovens ficam a semana inteira vendo como é que a sociedade se tece por baixo.

O total desconhecimento do funcionamento das delegacias de polícia e das rondas da Polícia Militar, em razão do processo excessivamente endógeno de formação compromete uma maior interação polícia e comunidade.

O refrão de que o uso legítimo da força não se confunde com truculência é repetido à exaustão, porém ainda não tem sido suficiente para que se efetive, pois a fronteira entre a força e a truculência é delimitada, no campo formal, pela lei; no campo racional, pela necessidade técnica, e, no campo moral, pelo antagonismo que deve reger o *modus operandi* de polícia e criminosos.

Conforme Balestreri (2004), ao violar calculadamente uma área de “interdito” (a vida, a integridade física e psicológica de outrem, por exemplo), é impossível que o sujeito não se “contamine” com as próprias sombras, com o pior de si mesmo e de suas circunstâncias e não se torne perigosamente adoecido psíquica e espiritualmente.

Soares (2006) nos aponta que

Os conservadores convenceram-se de que não havia necessidade de mudar, porque o modelo tradicional manteria as polícias como instrumentos da segurança do Estado, bem ao estilo autoritário que marcou nossa história. Os progressistas não queriam nem ouvir falar em polícia, depois de anos fugindo de suas garras. Não tinham disposição psicológica nem capacidade de formular propostas alternativas. Eram bons na denúncia e na crítica, mas fracos na proposição construtiva. Até porque acreditavam que polícia não servia para nada. Era apenas um mal necessário a ser eliminado quando a humanidade alcançasse o paraíso da igualdade social. (p. 111)

Se o próprio aparelho policial desrespeitar regras jurídicas e constitucionais básicas torna-se dificultoso imprimir uma imagem de polícia comunitária. O grande exemplo, citado neste campo, é a questão dos concursos públicos, pois os aparelhos policiais, ao arrepio da lei, insistem em abrir vagas para quadros separados, ou seja, abrem-se 2.300 vagas exclusivas para homens e de tempos em tempos 100 ou 200 vagas para mulheres. O disparate chega ao ponto de ambos realizarem o curso no mesmo espaço e no mesmo pelotão. Após formados, executam eminentemente igual tarefa.

Atualmente, na maioria dos Estados, o efetivo de mulheres integrando o aparelho policial militar não pode ultrapassar 10% do total. Certamente, não perdurará esta situação, que no limite contraria a Constituição Federal, uma vez que os concursos públicos devem ser abertos de forma indistinta, ou seja, não temos em outras esferas concursos para juiz e concurso para juíza, para delegado e para delegada, já que ambos executam a mesma tarefa e têm a mesma remuneração. Inclusive na PM, ambos (masculino e feminino) realizam o mesmo curso, estão apenas separados pelo que internamente, por herança militar, chamamos de quadros, com suas respectivas qualificações.

Na seara da formação policial-militar lida-se com algo muito frágil e caro ao homem, ou seja, **vida e liberdade**.

Delimitar qual a peculiaridade profissional do policial militar não é tarefa fácil. Já no processo de seleção é considerado contra-indicado o candidato que não atender aos parâmetros estabelecidos no perfil referencial ou que denote comprometimento que inviabilizem sua matrícula na Instituição em virtude da inadequação aos padrões comportamentais e à natureza do serviço.

Trabalhamos com a concepção de que os policiais militares que atuam nas áreas de inteligência, por exemplo, que visam a ações estratégicas, devam ao menos se aproximar do que popularmente se entende por intelectuais. Assim como Henry Giroux, que trabalha a noção de professores como intelectuais, penso em conformidade com o que transcreveu do jornal *Le Fígaro* o jornalista Clóvis Rossi, em 20 de abril de 2007, no jornal *Folha de São Paulo*, “só os intelectuais podem se dar ao luxo da lentidão, da especulação, da dúvida metódica para desfazer um a um os nós da realidade”.

No campo de atuação da polícia é sempre importante tentar delimitar a tênue fronteira entre ficção e realidade, que poderá ser mais bem esclarecida aos futuros leitores, bem como aos novos ingressantes e pesquisadores de segurança pública, pois, afinal, estamos tratando também de formas de ser, de agir, de se organizar, ou seja, em última instância, estamos também falando de cultura.

Nesse sentido, ao falarmos da cultura policial, ou seja, uma cultura ligada às tradições militares e às instituições totais de que fala Goffan (1974), devemos considerar que pequenas mudanças, ainda que estas possam indicar novos rumos, são sempre lentas, com avanços e recuos:

devo considerar sempre que mudança de cultura exige paciência histórica, pedagógica e afetiva. Para tanto, precisa de uma liderança que consiga maturar, sem cautela que imobilize e nem ímpeto que seja inconseqüente, as circunstâncias internas e políticas para se dar um passo em frente. (CORTELLA, 2006, p.28)

A verdade é que a imagem do policial militar, em nosso país, não se cerca mais daquela aura sagrada que tanta respeitabilidade carregava outrora, nos tempos da Guarda Civil, por exemplo. Em tempos idos, cultivava-se admiração pela coragem de se apresentar em público fardado, armado, com serenidade para atuar a qualquer momento. Acima de todas as coisas, a integridade é a virtude que na função os caracterizava.

Todavia, adverte Dias Neto (1999);

Em regimes políticos democráticos, como acontece no Brasil, é inútil, além de desumano em relação aos policiais, criticar e procurar controlar a violência policial recorrendo simplesmente a mecanismos de controle formal sejam eles internos ou externos à organização policial, e mecanismos de controle informal externo, sem oferecer aos policiais a capacitação profissional necessária para o desempenho de suas funções com um uso mínimo da força física. (p.147)

É possível aprender e se ensinar Ética? – aqui nos interessa a ética policial, pois, todos na mesma sociedade enfrentam quase os mesmos dilemas éticos, buscando igualmente a melhor solução possível. Colaboraria para a igual conduta ética de todos para com todos, verdadeira garantia de mútuo entendimento e aprovação, e evitaria discriminações profissionais negativas estimuladas por códigos deontológicos de setores particulares que os definem unilateral e independentemente do restante da sociedade.

Em resumo, segundo Nassaro (2006), aulas de deontologia separam grupos inteiros da sociedade e aulas de Ética nos unem a todos. Segundo o autor, pela ética policial pode-se despertar para o fato de que o que parece bom de imediato pode não ser o que é o melhor em uma ampla perspectiva descortinada pela análise racional; desperta para o fato de que esta análise da razão particular garante ao indivíduo o sentido de autonomia, o sentido de autenticidade, originalidade e dignidade própria na medida em que este indivíduo passa a não aceitar que lhe seja simplesmente imposta a opinião, o arbítrio de outro.

É cada vez mais crescente a presença de órgãos endógenos nas instituições, empresas, fundações cuja atividade primordial é encontrar falhas nas atividades desenvolvidas e tentar sinalizar novos horizontes ou caminhos ainda não trilhados.

Conforme Demo (1994)

De um lado, é preciso – criticamente – reconhecer a tendência histórica típica do Estado de representar as forças dominantes, o que torna o controle democrático por parte das bases um desafio extraordinário. De outro, a relevância do serviço público, entendido como espaço estratégico de equalização de oportunidades. Assim colocada a questão, fica mais inteligível a defesa da escola pública, por exemplo. Não pode ser confundida, de modo algum, com a defesa da escola de segunda categoria para gente de segunda categoria.(p.54).

Pode-se fazer das palavras de Pedro Demo um paralelo ao serviço policial prestado em regiões periféricas da cidade, verdadeiros bolsões de pobreza, com carências de todas as ordens, que não obstante suas condições sociais não são cidadãos de segunda ou terceira categoria.

Segundo Demo (1994, p.90), o planejamento participativo, em termos realistas e dialéticos, é aquele que democratiza a intervenção. Como na democracia, não se suprime o poder, mas se busca domesticar o poder, por meio de controles federativos.

Temos aqui um outro critério para a definição de um intelectual crítico em educação: ele deverá assumir uma atitude frontalmente contrária à seletividade no processo de distribuição social do conhecimento pelo sistema escolar e contrapor a essa seletividade a defesa de um currículo escolar que promova a apropriação por todas as crianças e jovens, sem distinções de nenhuma natureza, do patrimônio científico, artístico e filosófico que a humanidade construiu até aqui. (DEMO, 1994,p.97).

A decisão/vontade de produzir conhecimentos, para ser eficaz, necessita atender à qualidade formal sob pena de esvaziar o seu potencial transformador. A qualidade formal e o progresso do conhecimento científico levam em conta dois aspectos: a avaliação constante e a comunicação da produção científica.

Conforme Casali (2005), a principal e mais grave distância não é a que a Escola mantém com relação às tecnologias, mas com relação ao outro lado: o das culturas vivas, exuberantes, cotidianas, diversas, exóticas, estranhas, desordenadas, imprevisíveis, espontâneas, “inúteis”,

gratuitas, que não cabem na lógica de controle do mercado, da política formal, nem da cultura oficial, nem da Escola.

Mais do que as demais escolas públicas ou privadas, as que formam novos policiais militares prescindem daquilo que nos alerta Casali (2005), quando trata da escola de maneira ampla “seu ordenamento deva ser estruturalmente remodelado se ela não quiser manter-se em rota de falência, ou perpetuar o conflito e sofrimento de tantas crianças e jovens, e repetir os desperdícios de recursos resultantes de suas disfunções e inadequações econômicas, sociais e culturais.

Pesquisar fenômenos relacionados com esta problemática, remete-nos ao pensamento de Minayo (1994), quando define a função da pesquisa:

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (p. 17)

CAPÍTULO II

A ATUAL POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL - AS DIRETRIZES PARA A PMESP

2.1 Introdução

Ao tratar de políticas públicas, necessário se faz compreender o processo de formulação e implantação destas no contexto das grandes transformações sociais e econômicas das décadas finais do século XX.

Para que se compreenda o conceito de políticas de segurança pública, antes, precisamos definir o que seja política social.

Demo (2003) nos aponta que política social não é dádiva gratuita do Estado, mas fruto de lutas e conquistas de grupos menores a fim de que não sejam negligenciados pelo poder público.

Nesse quadro, o aparelho policial, sobretudo a Polícia Militar, tem sido constantemente pressionada pelos financiadores públicos e privados, pela opinião pública, pela imprensa, pelas organizações da sociedade civil cada vez mais atuantes, para que de fato preste um serviço público de qualidade e com excelência, dando ênfase na proteção à vida e no respeito à cidadania.

Assim, tratar de políticas para a segurança pública é remeter à questão de política eficiente. A este respeito nos diz Soares

A política preventiva eficiente é aquela que interrompe o abastecimento de mão-de-obra para o crime..Por isso, a boa política é a que age com o mesmo dinamismo empreendedor; visando recrutar os mesmos jovens e lhes oferecendo pelo menos os mesmos benefícios, com sinal invertido” (2006b, p. 105)

No cerne do pensamento de Soares está uma concepção de política de segurança pública preventiva, entendendo que esta deve estar atenta para as motivações sociais do crime.

Hoje, os pontos mais sensíveis para o público interno das polícias militares de uma maneira geral são as ocorrências de suicídio, envolvimento com drogas, homossexualismo, desestruturação familiar, assédio moral, assédio sexual, escala de serviço desconexa, baixos salários, formação e treinamentos deficientes, acompanhamento e preparação para a inatividade, violência policial, atividades extra-corporação “bico”, estresse, condicionamento físico inadequado para atividade policial, equipamentos no uniforme que comprometem a saúde, ausência de cursos em áreas de grande demanda como, por exemplo, condução de motocicletas, locais insalubres de trabalho, ambientes de trabalho inadequados e pode-se acrescentar ainda a promiscuidade com os delinqüentes.

Na área pedagógica precisamos corrigir o critério de remuneração distinta para docentes em razão do local de trabalho e do público e não em razão da titulação do instrutor (erro que permanece na nova lei de ensino), exigência de ensino médio para a função – quando já se fala em curso superior, mesmo em polícias menores do que a de SP, e todos sabemos da maior concentração de universidades e faculdades na região sudeste. Nota-se que é extensa a relação de carências e necessidades dos policiais, quase todas estão ligadas ao cotidiano, ou seja, às rotinas básicas.

De maneira geral, as políticas de segurança pública e os pesquisadores da área apontam falhas no funcionamento e desempenho dos órgãos policiais, destacando-se: os conflitos entre as polícias civis e militares, a fragmentação das orientações político-administrativas, a pobreza de equipamentos e de recursos humanos, a carência de profissionalização, a ênfase em atitudes reativas diante dos acontecimentos em detrimento de posturas preventivas (fato mencionado por um dos entrevistados), a má qualidade das investigações e dos serviços técnicos da polícia judiciária, estimulando a impunidade e a descrença nas instituições públicas, o que compromete a noção de cidadania.

Ao configurarmos o conceito de cidadania somos remetidos à Antiguidade clássica. Entre os gregos e os romanos a cidadania criava o elo entre o homem livre e a cidade, reconhecendo-lhe direitos e impondo-lhe obrigações, orientando-lhe a conduta cívica e despertando-lhe a consciência das virtudes. Já no patrimonialismo a concepção de cidadania fica ligada ao complexo de privilégios e de regalias usufruídos pelos que pertencem a determinado estamento e que, em conseqüência, adquirem o *status* correspondente. (BARRETO, 2006, p.125)

Os regimes democráticos, por sua vez, não garantem, por si só, de antemão a igualdade, mas geram a possibilidade de que ela venha a ser atingida aos poucos, por meio do próprio conflito social. Como ainda não temos tradição educacional consolidada, que trate de temáticas como resolução de conflitos cotidianos ou algo semelhante como a justiça restaurativa, portanto, mesmo conflitos positivos tendem a ser encarados como brigas ou desentendimentos e requerem o aparelho policial-militar para mediação.

Para além das divergentes abordagens e dos temas polêmicos, o que parece consensual para parte significativa de pesquisadores é a idéia de que somente com a manutenção do regime democrático e a simultânea ampliação da cidadania poder-se-á minimizar a insegurança e a injustiça que atingem a todos e com maior força aos oprimidos de que trata Freire (1974).

Nesse sentido, merece destaque os projetos-pilotos que envolvem as secretarias de Educação e Justiça. A Secretaria de Estado da Educação vem buscando formas de apoiar as escolas para que elas possam transformar-se em espaços democráticos de construção de uma cultura de não-violência e de uma educação para a sustentabilidade.

Creemos que quando a escola fala em não-violência, a correspondente no campo policial-militar é uma formação mais humanizada do novo policial.

A parceria entre a Justiça e a Educação permite mais êxito em termos de políticas públicas, pois permite desfazer a associação entre jovens e violência, e capacita atores sociais na escola e comunidade para lidar de forma produtiva com situações de conflito envolvendo alunos, educadores e membros da comunidade na prática da justiça restaurativa.

A carreira policial é marcada hoje por fortes mudanças no mundo do trabalho. O que nos anos de 1960 era tratado como vocação, passou nos anos 80 a ser visto como carreira; já nos anos de 1990, uma profissão como todas as demais.

As políticas de segurança pública também se pautam, como as políticas curriculares, de certa imprecisão, que pode ser percebida pelo número de caminhos apontados por correntes epistemológicas as mais diversas.

A circunscrição da problemática, da qual se deriva à necessidade da implantação de políticas específicas, que não deveria confundir-se com a mera repressão ou com a simples ação policial, passa antes pela melhor formação e treinamento dos novos policiais, o que obriga antes saber como se ensina a ser policial.

Sabe-se que ação policial não se esgota na repressão e que, inclusive, envolvam a requalificação prática e cultural dos próprios profissionais, portanto, pensar em políticas de segurança é pensar políticas de formação e treinamento de policiais, com especial atenção aos ingressantes.

Soares (2006c) observa que as melhores experiências nacionais e internacionais demonstram, com fartura de exemplos e argumentos, a possibilidade de combinar ações públicas de natureza preventiva com prestação de resultados, o que pressupõe a possibilidade de que políticas de prevenção sejam eficientes mesmo não atuando sobre causas estruturais.

Considerando que o problema da criminalidade violenta é, necessariamente, multidimensional, a abordagem a esta complexidade conduzirá à elaboração de políticas adequadas, isto é, sensíveis a pluridimensionalidade.

Conforme Soares (2006c), a complexidade dos problemas contemporâneos de segurança pública exige políticas intersetoriais, capazes de dar conta das diversas dimensões que compõem a violência criminal. Políticas sintonizadas com a multidimensionalidade dos fenômenos são políticas multisetoriais ou intersetoriais.

As polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, na investigação e na conquista da indispensável confiança da população.

As teses consultadas para esta pesquisa confirmaram o que afirma Soares, ou seja, as polícias:

Não planejam sua prática, a partir de diagnósticos, fundados em dados consistentes, nem corrigem seus erros, analisando os resultados de suas iniciativas – os quais, simplesmente, ignoram. São máquinas reativas, inerciais e fragmentárias, inscritas num ambiente institucional desarticulado e inorgânico, regido por marcos legais rígidos e inadequados. Os profissionais não são apropriadamente qualificados e valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme, que viabilize a cooperação. (SOARES, 2006c, p.117).

Outro aspecto a considerar é o desemprego, fator-chave, sim, mas que só se converte em variável significativa no aumento de crimes letais quando se combina com a degradação da auto-estima, a ruína afetiva, a precariedade do acolhimento familiar, a debilidade dos vínculos com a escola, a fragilidade do reconhecimento comunitário, o embotamento da consciência moral e o esvaziamento subjetivo da adesão aos valores republicanos da cultura cívica.

Ainda tratando de políticas de segurança pública, diz Soares (2006c, 75).

Em outras palavras: sem a reforma radical das polícias, que incida sobre todos os pontos de apoio da corrupção (recrutamento, formação, capacitação e treinamento, condições salariais, controle interno e externo, gestão, estrutura organizacional), não adianta nem começar a falar sobre política de segurança pública eficiente e combate ao crime.

O ciclo de uma política eficaz e portanto radical, ou seja, que vá à raiz da questão, pode ter no processo de formação e na educação policial-militar uma alavanca para valorização do policial.

2.2 A Matriz curricular nacional: diretrizes e pressupostos

Nos anos de 1990 é criada a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), do Ministério da Justiça, que elaborou a chamada matriz curricular nacional. Instrumento finalizado em 2003, buscou constituir-se em um marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas por todas as polícias, contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), que visa unificar dados, ações e procedimentos para mensurar a atividade policial.

A matriz traz o desenho do que deve ser o currículo para formação de novos policiais, neste sentido, analisa o currículo como sendo

O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. Tarefa a cumprir tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p.17)

É possível decifrar alguns valores e pressupostos da nova matriz curricular, que, conforme apontado por Sacristán, entrelaçam questões políticas, culturais, sociais e as que dizem respeito ao processo de formação escolar.

A formação dos profissionais de segurança pública é fundamental para a qualificação das polícias brasileiras, conforme foi definido nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Segurança Pública, documento nascido de amplo debate nacional envolvendo a participação de profissionais da área, sociedade civil, ONGs, partidos políticos, universidades e demais agentes envolvidos direta ou indiretamente ao tema.

A coordenação de ensino da SENASP propõe um conjunto de orientações para o desenvolvimento de ações formativas, visando situar as atividades educativas no contexto profissional e social em razão da exigente demanda de novos conhecimentos, saberes e habilidades que cobram continuamente novas aprendizagens e que requer uma integração de conhecimentos que vai muito além do desenvolvimento de novos currículos.

Tem-se como objetivo operacionalizar ações por meio das instituições de ensino de segurança pública das unidades federativas, e posteriormente, pela Escola Superior de Segurança Pública (ESSP), mediante uma política pública implementada pela SENASP.

Atuar como policial militar em qualquer Estado da Federação sem estar comprometido com uma sociedade mais justa desconfigura qualquer projeto ou matriz curricular.

Conforme a pesquisa bibliográfica realizada, é notável a recorrência de temáticas ligadas a seara policial que fazem referência ao período de exceção, ou seja, ao período da ditadura militar, uma vez que no entendimento de parcela significativa de pesquisadores o modelo policial vigente guarda fortes traços do paradigma militarista.

Quadro 2: Paradigma Militarista

Componentes do Paradigma Militarista	
Atitude	Reativa. Falar em segurança é falar em desordem, de um problema de polícia e da força armada.
Atividade policial	Referida a táticas de guerra, inimigo, cerco, vitória. Formalismo burocrático e militar.
Concentração	No aparato (armamento e viatura), em prejuízo da polícia técnica e das técnicas de mediação.
Foco	Suspeitos em abstrato, “nós contra eles”. Traço maniqueísta.
Pretensão	De “erradicar” o crime e “acabar com a desordem”. Não há seletividade no uso da força.
Desempenho	Referido à quantidade de prisões, de mortos em confronto, e de material apreendido.
Ênfase	Ênfase em táticas militares. Ensino irreflexivo.
Gerência	Refratária ao controle externo.

Fonte: Exposição feita por Jorge da Silva no curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, UFF, em 29/04/2002.

O quadro expressa o modelo que a matriz curricular deseja apagar. Há um certo consenso da necessidade de um esforço intenso de abrangência nacional para o aprimoramento da formação em segurança pública em sua complexidade, que potencialize o compromisso com a cidadania e a educação para paz, articulando-se permanentemente com os avanços científicos e o saber acumulado.

Conforme traz o texto de divulgação da MCN (Matriz Curricular Nacional), a palavra “matriz” remete às idéias de “criação” e “geração” que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em segurança pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre eixos articuladores e áreas temáticas.

O termo “matriz” suscita a possibilidade de um arranjo não linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem combinados.

O exemplo clássico é a exigência da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), para o desempenho da função policial; este requisito pode ser fundamental nas regiões sul e sudeste, mas não é para todas as regiões, portanto na elaboração dos currículos específicos ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais, políticas existentes no país, busca-se traduzir, quando possível, os pontos comuns.

A orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais adquiridas progressivamente e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas do mundo do trabalho policial, daí nossa tese de quadros mais bem capacitados.

O termo “currículo” não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos. Conforme orientação do documento ministerial vigente sobre os parâmetros curriculares nacionais, currículo significa a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que deve ser flexível, promover debates e reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos do processo educativo.

Nesse sentido, conforme Henry Giroux

Devemos desenvolver uma espécie de currículo que cultive o discurso teórico crítico sobre a qualidade e propósito de escolarização e da vida humana. Precisamos desenvolver perspectivas mais amplas que mais enriqueçam do que dominem o campo. Os fundamentos de uma nova espécie de currículo devem ser tão profundamente históricos quanto críticos. Na verdade, a sensibilidade crítica deve ser vista como uma extensão da consciência histórica. (1997,p. 50)

Os currículos traduzem as intenções pedagógicas das ações de formação. Uma de suas possibilidades é o currículo interdisciplinar um currículo orientado para a integração, para o desenvolvimento de relações entre as disciplinas e também dos conteúdos que se encontram nas fronteiras entre elas, aqueles que são objeto de atenção em várias disciplinas e que possibilitam tratar de questões mais vitais e conflituosas, que normalmente não podem ser tratadas dentro dos limites de uma única disciplina.

A matriz curricular visa também criar condições para que nos diversos contextos formativos sejam discutidos e implementados mecanismos que garantam a todos os profissionais discutirem formas de acesso às oportunidades de uma permanente formação que privilegie a relação entre teoria e prática e a articulação entre os diferentes saberes. É nosso entendimento que apenas a formação endógena dos aparelhos policiais não respondem, com excelência, às novas necessidades de segurança pública.

Se há diferenças sociais e culturais marcantes que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, há também as que são comuns a todos, como, por exemplo: a de um policial de qualquer lugar do Brasil ter o direito, o dever e a possibilidade de aprender o que é apontado para a preservação da ordem pública, atendendo ao que prevê o texto constitucional, no Art. 144.

Nesse sentido, o estabelecimento da matriz, ao mesmo tempo em que contribui para a construção da unidade, busca garantir o respeito à diversidade, que é marca cultural do país, por meio de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática de ensino em direção à formação profissional pretendida.

O novo cenário pauta as questões do conhecimento com a seguinte característica

A insegurança e incerteza passam a ser notas constitutivas do conhecimento que pretenda regular a prática curricular, ao mesmo tempo que se necessitam esquemas mais amplos de análises que dêem chance à complexidade dessa realidade assim definida. (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p.43)

Uma teia complexa permeia toda a matriz curricular, em conformidade com a complexidade que envolve a atividade policial-militar, cobrando análises mais apuradas e que portanto terão maior êxito se estivessem ao cargo de profissionais portadores de ferramentas do conhecimento científico.

A Matriz Curricular Nacional constitui referencial construído a partir da reflexão sobre currículos estaduais e municipais voltados à segurança pública. A estrutura da matriz curricular encontra-se assim definida: princípios, objetivos gerais, eixos articuladores, áreas temáticas, orientações metodológicas e sistema de avaliação e monitoramento.

Conforme traz textualmente o documento, os princípios que fundamentam a concepção de formação profissional do policial são:

- a) Compreensão e valorização das diferenças: princípio de caráter ético, normativo-legal e prático que trata dos Direitos Humanos e a Cidadania, privilegiando o respeito à pessoa e a justiça social nas diversas ações educativas, envolvendo conteúdos teóricos, técnicos e práticos destinados à capacitação dos profissionais da segurança pública comprometidos com uma identidade e uma imagem profissional compatíveis com as políticas nacionais e a implementação das políticas de segurança pública.
- b) Formação e qualificação profissional continuada: princípio de caráter educacional e de constante envolvimento com estudos vinculados a questões reais e práticas e que incentiva a atenção aos demais segmentos do sistema penal da esfera pública e da sociedade civil.
- c) Flexibilidade, diversificação e transformação: princípio que abrange a educação em segurança pública entendida como um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das políticas públicas de segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.
- d) Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes: princípio que apóia processos educativos que ultrapassam a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos, em que processos de interação tornam-se espaços de encontro, de busca de motivações, discussão de saberes, de escuta de contribuições diferenciadas, sustentados pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia, o enfrentamento de novos desafios e a construção democrática de saberes renovados, atendendo à extrema relevância do desenvolvimento da capacidade de lidar com questões complexas, mobilizando conhecimentos oriundos de disciplinas e saberes distintos, da literatura científica, da prática profissional, da vivência pessoal.
- e) Valorização do conhecimento anterior: princípio educacional que trata da reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das Instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias do saber policial. Para o saber prévio dos atores concretamente envolvidos na experiência social e profissional, eliminando a visão de que “ somente os especialistas são detentores do saber ”.

f) Valorização do conhecimento da realidade: princípio que fundamenta as políticas pedagógicas a partir do diagnóstico geral e circunstanciado da situação das políticas e ações de Educação em Segurança Pública das diversas regiões do país, oferecendo uma imagem clara das realizações, carências, necessidades e demandas. O diagnóstico, por seu caráter participativo, envolve vários segmentos sociais e institucionais que lidam com questões de Segurança Pública nos diversos níveis hierárquicos: policiais civis e militares, corpo de bombeiros, delegados e oficiais, diretores, especialistas e docentes de instituições educacionais, autoridades públicas municipais, estaduais e federais, representantes de grupos sociais organizados, pesquisadores e outros.

g) Integração: princípio que trata da construção do conjunto das ações de Educação em Segurança Pública, com diretrizes comuns, elaboradas participativamente, levando-se em conta as experiências bem sucedidas já existentes, buscando por um lado a integração entre as Instituições formadoras tradicionais e, por outro, a participação das demais Instituições envolvidas com educação e ensino como Universidades, centros de formação de recursos humanos, ONGs, entre outros.

h) Abrangência e capilaridade: princípio que trata da garantia de que o maior número possível de pessoas, profissionais, organizações seja alcançado por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas.

i) Universalidade: princípio em que a universalidade se refere a conteúdos, métodos e referências veiculados de maneira padronizada no conjunto das ações (a noção de cidadania ou algumas técnicas policiais, por exemplo), levando-se em conta a diversidade que caracteriza o país.

j) Articulação, continuidade e regularidade: princípio que visa dar consistência e coerência aos processos, através da implementação da formação dos formadores e da constituição de uma rede de informações e inter-relações que possibilitará disseminar os paradigmas de políticas democráticas de Segurança Pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.

l) Qualidade e atualização permanente: princípio que trata da garantia e do reconhecimento da excelência das ações formativas submetidas a processos de avaliação e monitoramento sistemático realizados segundo modalidades diferentes e o compromisso com a sociedade.

Associa-se a estes princípios o entendimento de formação como um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à intervenção social, como oportunidade para repensar o próprio posicionamento ético e político e de analisar e aprimorar a prática, constituindo espaço para partilha e debate de abordagens diferentes, e ocasião privilegiada para gerar discussão sobre questões complexas das situações enfrentadas no trabalho policial.

Ao refletir sobre a concepção de currículo Giroux (1997) é bastante explícito

Uma nova espécie de currículo deve abandonar sua pretensão de ser livre de valores. Reconhecer que as escolhas que fazemos com respeito a todas as facetas do currículo e pedagogia são carregadas de valor significa nos libertarmos de impor nossos próprios valores aos outros. Admitir isto significa que podemos partir da noção que a realidade nunca deveria ser tomada como dada, mas que, em vez disso, deve ser questionada e analisada. (p. 51)

Nesse sentido, os eixos articuladores selecionados para orientar os currículos de formação policial são:

- Sujeito e as interações no contexto da segurança pública;
- Sociedade, poder, Estado e espaço público e segurança pública;
- Ética, cidadania, direitos humanos e segurança pública;
- Diversidade, conflitos e segurança pública.

A matriz concebe a formação como processo complexo e contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, visando à preparação de profissionais responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento profissional e pelo cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os competentes, compromissados com aquilo que está no campo de ação de seu poder e com a melhoria do bem público e das instituições políticas.

Para a efetivação da transversalidade pretendida, as Instituições de Ensino precisam planejar as ações educativas a partir da análise crítica de suas ações pedagógicas e de sua cultura organizacional, das contradições constatadas em relação à problemática do mundo profissional e sociocultural.

Entendemos que para as propostas da SENASP vale dizer que

Esse novo projeto, essa nova alternativa não poderá ser elaborada nos gabinetes dos burocratas da educação. Não virá sob a forma de uma Lei ou uma Reforma. Se ela for possível amanhã é somente porque hoje ela está sendo pensada pelos educadores, juntos, trabalhando coletivamente, se reeducando. (GADOTTI, 1980, p. 82)

Capacitar internamente os profissionais e reeducá-los, pensamos ser fundamental para novos horizontes da atuação policial.

Para tanto, a construção curricular amparada no referencial comum nacional de segurança pública, passa a exigir uma articulação com os referenciais das diferentes instituições de ensino e o investimento em práticas educativas que propiciem uma formação que se caracterize pelo(a)

- coerência com as diretrizes nacionais e a filosofia institucional;
- criação de estratégias para um ensino compromissado com a transformação social e profissional;

- articulação entre eixos articuladores e destes com as áreas temáticas por meio de percursos interdisciplinares;
- desenvolvimento e transformação progressiva de capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes pertinentes com os perfis profissionais;
- compreensão da complexidade das situações de trabalho e das práticas de segurança pública, identificando riscos das decisões tomadas;
- ampliação de competências profissionais;
- curiosidade intelectual e responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal;
- articulação entre teoria e prática;
- avaliação continuada das práticas e da aprendizagem.

O planejamento curricular precisa apoiar-se em opção metodológica que favoreça a construção da competência coletiva/profissional pretendida, de forma crítica e reflexiva, e na criação de espaço para a realização periódica de atividades de mobilização do corpo docente e discente, de reuniões de estudo e de análise/reconstrução coletiva dos planos educativos.

Entre os critérios que podem guiar a constante avaliação dos cursos, que portanto influenciaram nas revisões curriculares destacam-se a(o):

- a) repercussão educacional alcançada em função do custo/benefício;
- b) inovação e a possibilidade de impacto no mercado de trabalho;
- c) relevância da contribuição científica e social;
- d) adequação metodológica;
- e) coerência e a adequação à matriz ao marco referencial da Instituição de Ensino;
- f) consolidação de parcerias externas e a consolidação da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade;
- g) consistência teórico-prática;
- h) integração entre conhecimentos gerais, essenciais, conteúdos complementares, conteúdos transversais e conteúdos de natureza profissional;
- i) flexibilidade curricular em atendimento a interesses específicos e atualizados;
- j) desenvolvimento de conteúdos de forma contextualizada;
- l) desenvolvimento da aptidão geral para delimitar e tratar problemas;
- m) encorajamento à aptidão interrogativa sobre problemas fundamentais da própria condição e da época;
- n) reconhecimento do elo indissolúvel entre unidade e diversidade;
- o) consolidação da ética e da cidadania; qualificação e atualização docente. Uma avaliação sob estes critérios representa um incentivo ao corpo docente, discente e administrativo para práticas avaliativas numa visão sistêmica, na qual a administração, os recursos humanos, a metodologia de ensino se pautam também por tendências sociais em constante transformação e por uma concepção de conhecimento como recurso flexível, fluido, em processo de expansão e mudança incessante.

Atender ao preceito de criatividade na educação policial deve levar em conta o que aponta Morais (2003)

A criatividade, sem dúvida, é um ato proibido. A organização do nosso mundo é essencialmente estéril e odeia tudo que possa se constituir numa semente de regeneração. A nova vida que fica fora dos limites de seu espaço se opõe às regras dessa organização; em consequência o ato criativo ou criador se desenvolve quase totalmente na clandestinidade. (2003, p.71).

Também merece destaque o glossário apresentado ao final da matriz, que traz algumas definições que interessam à tese aqui proposta. Os elaboradores do documento entendem como competência profissional um conjunto de natureza cognitiva, afetiva, prática e de ordem técnica e didática formada por saberes, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessários ao exercício das funções de segurança pública, numa íntima relação com o desenvolvimento das capacidades de leitura e gestão situacional.

As experiências na educação escolarizada e seus efeitos são, algumas vezes, desejadas e outras, incontroladas; obedecem a objetivos explícitos ou são expressão de preposições ou objetivos implícitos; são planejados em alguma medida ou são fruto do simples fluir da ação. Algumas são positivas em relação a uma determinada filosofia e projeto educativo e outras nem tanto, ou completamente contrárias. (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p.43)

Devemos atuar no sentido de que os pressupostos elencados pela matriz sigam um planejamento qualificado, que, a nosso ver, exige profissionais mais bem preparados e capacitados.

Percebemos que para a equipe que elaborou o documento o ensino é um processo político complexo, permeado por competências e habilidades específicas e especializadas, que visa à promoção da aprendizagem, por meio da reconstrução do conhecimento e da apropriação crítica da cultura elaborada, pautado em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética.

Por formação, entendem que é um processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, procura a preparação de profissionais competentes, com responsabilidade pelo próprio desenvolvimento profissional e pelo cumprimento das determinações da área em que atuam,

tornando-os responsáveis por aquilo que está no campo de ação de seu poder. Pressupõe a evolução e a transformação progressiva das capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes, a partir da compreensão das situações de trabalho e das práticas de Segurança Pública, consolidando a identidade profissional e social.

Metodologia de ensino é para a SENASP “ o guia teórico-prático de situações e estratégias pedagógicas diversificadas, reconstruído constantemente, a partir da análise crítica dos pressupostos implícitos nas práticas formativas, o que exige a consciência de que as informações são tratadas, as situações são analisadas e as decisões são tomadas com base em interesses e necessidades”.

Por fim, profissionalismo é entendido como a construção pessoal/coletiva que se apóia na reflexão teórica sobre as experiências vividas, com a ajuda de um mediador (docente), gerando conhecimento e competência, a partir de, através de e para a prática.

2.3 A estrutura de ensino na Polícia Militar

A Polícia Militar possui um sistema de ensino próprio denominado ensino policial-militar previsto através de legislação específica e regulado por meio de normas designadas “Normas de Planejamento e Conduta do Ensino Policial Militar” (NPCE) e “Instruções do Sistema Integrado de Treinamento” (I-22-PM).

O modelo de estrutura militar herdado pelas polícias foi construído nas décadas de 1960 e 1970, a partir da Doutrina de Segurança Nacional e somente agora, em 2008, a Polícia Militar de São Paulo é contemplada com uma nova lei de ensino, vide anexo, que aguarda regulamentação.

A Magna Carta de 1988 manteve o vínculo institucional das Polícias Militares às Forças Armadas. A organização das Polícias Militares, inclusive, atende ao Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, e ao Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que reorganiza as Polícias Militares, e que em nada contraria a Constituição.

Nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida à equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino”.

O tradicional modelo pedagógico militar priorizava o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, contudo, o horizonte de polícia requer uma ênfase dirigida para a qualificação de um meio de força comedida cuja intervenção está constringida pelos princípios da legalidade e da legitimidade. Mostra-se, pois, indispensável o desenvolvimento da capacidade individual de tomada de decisão em situações voláteis e com um elevado grau de aleatoriedade.

Uma das principais cobranças que recaem sobre o aparelho policial é a produtividade mensurada pelo número de prisões realizadas. No entendimento de Soares (2006)

Por um lado, exige-se dos policiais produtividade elevada, medida pelo número de prisões efetuadas; por lado, pretende-se que eles cumpram essa exigência respeitando rigorosamente os ditames legais. Essa contradição engendra cultura organizacional que estimula verdadeira epidemia de práticas ilegais, cujos valores primordiais são o segredo e a solidariedade intrapares. Criação e respeito às regras caminham lado a lado.

Dentro da Instituição policial existe um órgão responsável pela área de educação que é chamado de Diretoria de Ensino, que foi criada pelo Decreto nº 2.892, de 13 de janeiro de 1937, com a denominação de Diretoria Geral de Instrução, passou por diversas transformações, evoluindo com a Instituição. Teve como primeiro diretor o Tenente-Coronel Armando Villanova Pereira de Vasconcelos, oriundo do Exército Brasileiro. Chamou-se antes:

- Diretoria Geral de Instrução: de 1937 a 1963;
- Inspetoria de Treinamento e Instrução: 1963;
- Inspetoria Geral de Formação: de 1963 a 1968;
- Diretoria Geral de Ensino: de 1968 a 1975;
- Diretoria de Ensino: em 1975.

A Diretoria de Ensino, sediada no quartel do complexo administrativo “Cel PM Hélio Guaycuru de Carvalho” é o órgão de direção setorial do sistema de administração de ensino,

integrando o Comando-Geral da Instituição. Incumbe-lhe o planejamento, a coordenação, a fiscalização e o controle da atividade de formação, aperfeiçoamento, especialização tanto profissional quanto desportiva dos policiais militares. Para o desempenho de sua missão compreende um corpo de oficiais, praças, integrantes do serviço auxiliar voluntário e funcionários civis.

A legislação que sustenta o sistema de ensino na Instituição é a seguinte:

- Decreto-Lei nº 160, de 28 de outubro de 1969 – lei de ensino da Instituição;
- Regulamentos dos estabelecimentos de ensino;
- Lei nº 10.423, de 08 de dezembro de 1971 – lei de retribuição das funções de ensino;
- Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974 – lei de organização básica da Instituição;
- Decreto nº 7.290, de 15 de dezembro de 1975
- Regulamento Geral da Instituição;
- Lei Complementar nº 731, de 26 de outubro de 1993
- Dispõe sobre o sistema retributório da Polícia Civil e PMESP;
- Decreto nº 38.542, de 19 de abril de 1994;
- Regulamento do pagamento de valor de hora – aula aos integrantes da PMESP;
- Decreto nº 40.661, de 12 de fevereiro de 1.996, que dispõe sobre honorários pagos a título de hora-aula aos servidores que ministrarem aulas nos cursos na PMESP.

Na realização de sua finalidade, a Diretoria de Ensino conta com órgãos de Apoio de Ensino, os quais são responsáveis pela formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e Praças, sendo responsáveis ainda pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas especializadas.

O ensino policial-militar é um processo contínuo e progressivo constantemente atualizado e aprimorado, propiciando educação sistemática por intermédio de fases de estudo e da prática de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional.

A Escola de Formação de Soldado “Cel. PM Eduardo Assumpção”, nasceu com a finalidade de permitir melhor desenvolvimento da formação de soldados policiais-militares, buscando uma certa padronização e uniformização, em nível de Instituição. Criada em 02 de

outubro de 1984, em caráter experimental, a Escola de Formação de Soldados da Polícia Militar permanece na chamada “chácara paraíso”, no bairro de Pirituba, na zona oeste da Capital.

De forma geral, o Sistema de Ensino da PMESP é composto por um órgão de Direção Setorial, a Diretoria de Ensino (DE), que por sua vez coordena cinco Órgãos de Apoio de Ensino (OAE), responsáveis pela execução dos diversos cursos e estágios da Instituição.

São órgãos de Apoio de Ensino da PMESP, na seqüência em que aparecem na figura acima:

- a) Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores (CAES), responsável pelo preparo de oficiais para assumirem as funções superiores da PMESP;
- b) Centro de Capacitação Física Operacional (CCFO), responsável pela formação de instrutores e monitores de Educação Física da PMESP, bem como pela instrução voltada ao treinamento de procedimentos operacionais dos policiais;
- c) Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), responsável pela formação dos Oficiais da PMESP;
- d) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), responsável pela formação e pelo aperfeiçoamento dos Sargentos da PMESP;
- e) Centro de Formação de Soldados (CFSd), responsável pela formação dos Soldados da PMESP.

Além desses órgãos, a PMESP possui diversos Gabinetes de Treinamento espalhados pelo Estado de São Paulo, responsáveis pela execução de diversos cursos de especialização e estágios.

Com a promulgação da Constituição Democrática da República Federativa do Brasil, em 1988, a Segurança Pública mereceu um capítulo próprio, definindo-a como “...dever do Estado, direito e responsabilidade de todos...”. O artigo 144 que trata das missões das polícias brasileiras determina que compete às polícias militares “o policiamento ostensivo fardado e a preservação da ordem pública”. *A União perdeu a competência de legislar privativamente sobre instrução militar das Polícias Militares*, mas manteve a competência de instituir normas gerais sobre a organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização (art. 21, inciso XIV).

Certamente um caminho para se conhecer a estrutura dessa Instituição é conhecer como são selecionados seus profissionais. Em 2007, foi aberto concurso público que trouxe as seguintes exigências ou requisitos: concurso público para admissão de soldado PM de 2ª classe - militar estadual - para servir na área circunscricionada pelo Estado de São Paulo.

Com o objetivo de indicar que o aparelho policial não valoriza e não incentiva o investimento na formação acadêmica, elencamos, à guisa de exemplo, alguns pontos do último edital de concurso público para a função de Soldado PM:

A Polícia Militar do Estado de São Paulo, por intermédio da Diretoria de Pessoal, torna público e estabelece normas específicas para abertura das inscrições e a realização de concurso público de provas e títulos, destinado a selecionar candidatos visando o preenchimento de 1.300 (um mil e trezentos) cargos, mais os que vierem a existir durante o prazo de validade do concurso, obedecendo aos critérios da conveniência e oportunidade da administração pública, na graduação inicial de soldado PM de 2ª classe (masculino), para o QPPM (quadro de praças policiais militares), em caráter de estágio probatório, que inclui o curso de formação técnico-profissional de Soldado PM, na área territorial circunscricionada pelo Estado de São Paulo.

O concurso foi publicado no Diário Oficial do Estado nº 96, de 23 de maio de 2007. É o primeiro certame realizado pela Fundação VUNESP, com aplicação da prova de escolaridade (partes I e II), prova de condicionamento físico; exames médicos; exames psicológicos; investigação social; análise de documentos e títulos.

São condições para ingresso na graduação inicial de Soldado PM de 2ª Classe (masculino): ser brasileiro; ter idade compreendida entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos, até a data final das inscrições; ter concluído o curso de ensino médio ou equivalente e ter estatura mínima, descalço e descoberto, de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros); as demais exigências são as comuns ao conjunto de concursos públicos na esfera federal, estadual ou municipal.

Busca-se no certame o que diz Monjardet (2003)

Para uns, a competência policial é produzida pelo encontro de certas qualidades pessoais do indivíduo e de um leque tão grande quanto possível de experiências. Ela é, assim, essencialmente subjetiva – ligada à pessoa e a seus traços de caráter próprios – e empírica, acumulada ao longo das ocorrências que igualmente constituem precedentes cuja avaliação (fracasso/êxito – tentativas/erros) permite a elaboração progressiva de um saber operacional eficaz. (p.123)

Prevê o edital que os títulos terão caráter classificatório, podendo somar até 50 (cinquenta) pontos, de acordo com a apuração da banca examinadora na seguinte conformidade: certificado de conclusão do curso de formação técnico-profissional de Soldado PM na Polícia Militar do Estado de São Paulo - 20 (vinte) pontos; certificado de conclusão de outros cursos de formação e aperfeiçoamento na Polícia Militar do Estado de São Paulo - 5 (cinco) pontos cada; carteira nacional de habilitação (motocicleta ou automóvel) dentro do prazo de validade - 15 (quinze) pontos; tempo de serviço na Polícia Militar do Estado de São Paulo - 2 (dois) pontos para cada ano; tempo de serviço em outro órgão público - 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado; tempo no exercício de atividades do serviço auxiliar voluntário na PMESP - 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado.

No curso da pesquisa, ao indagar ao profissional relator do edital sobre o porquê de não se atribuir pontos ao candidato que tivesse concluído algum curso superior, obtive como resposta: “de fato isto deveria ocorrer, mas ninguém havia determinado ou dado ordem a respeito”. Na prática, percebe-se que se passam os anos e quase nada se modifica quanto às exigências para o cargo.

Mesmo quando trata da classificação final dos candidatos, o edital apenas prevê que será apurada pela soma dos pontos obtidos na prova de escolaridade (partes I e II), dividido por 02 (dois) - média aritmética - mais os pontos obtidos pela apresentação de títulos, em ordem decrescente, a ser publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;

Em caso de empate, serão adotados os critérios de desempate na seguinte ordem: da maior nota da soma dos pontos obtidos na prova de escolaridade (partes I e II); da maior nota na prova de escolaridade parte II; da idade em ordem decrescente.

Não podemos deixar que se persista o modelo de seleção que não privilegia um profissional mais bem qualificado ou com melhor formação acadêmica, pelo atual modelo, por exemplo, ao termos 03 candidatos que empatam nos quesitos previstos, se um deles alegar que merece uma pontuação por ter concluído o curso superior de Administração, por exemplo, o avaliador lhe dará ciência de que este dado não é relevante, ou seja, não lhe deixa em vantagem em relação aos outros dois que não possuem curso superior.

Ao relatar este fato aos atuais examinadores todos concordam que o hipotético candidato deveria ser o selecionado, porém, eles não sabem explicar porque o atual modelo não faz tal prescrição.

O ingresso na Polícia Militar dar-se-á em caráter de estágio probatório, que se estende pelo período de 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício, durante o qual o estagiário é submetido a curso de formação técnico-profissional de Soldado PM e será verificado quanto ao preenchimento dos requisitos adiante, tudo de acordo com a legislação em vigor.

As características exigidas para aprovação ajudam a compreender o que se espera e o que não se espera do policial militar. São 21 pontos analisados, a saber:

1. Inteligência geral - adequada;
2. Relacionamento interpessoal - elevado;
3. Resistência à fadiga psicofísica - boa;
4. Nível de ansiedade - diminuído;
5. Domínio psicomotor - bom;
6. Capacidade de improvisação - adequada;
7. Controle emocional - elevado;
8. Agressividade controlada e bem canalizada - adequada;
9. Sinais fóbicos - ausentes;
10. Sinais disrítmicos - ausentes;
11. Impulsividade - diminuída;
12. Memória auditiva e visual - adequada;
13. Flexibilidade de conduta - elevada;
14. Criatividade - elevada;
15. Autocrítica - boa;
16. Disposição para o trabalho - elevada;
17. Grau de iniciativa e decisão (autonomia) - elevado;
18. Receptividade e capacidade de assimilação - elevada;
19. Capacidade de liderança - boa;
20. Capacidade de mediação de conflitos - boa;
21. Fluência verbal - adequada.

DIMENSÕES: (elevado) - muito acima dos níveis medianos; (bom) - acima dos níveis medianos; (adequado) - dentro dos níveis medianos; (diminuído) - abaixo dos níveis medianos e (ausente) - não apresenta as características elencadas.

Michaud (1989) destaca que

(...) a profissão policial – centrada na observação do anormal e a aplicação das regras – atrai personalidades rígidas, punitivas, com tendência a pensar através de estereótipos, e reforça as personalidades nessa direção. Um policial não convencional viveria conflitos demais (p.98).

As dimensões esperadas nos permite discutir como repensar o processo de formação de novos policiais militares já a partir do recrutamento e seleção. Destacamos os requisitos número 8 e 20, por serem aqueles que mais aparecem nas teses pesquisadas; a nosso ver, ambos deveriam exigir a dimensão elevada, a fim de se atender os requisitos previstos na Matriz Curricular Nacional.

Conforme Monjardet (2003)

A competência profissional – e seria mais pertinente falar aqui de qualificação – é fundada primeiramente em conhecimentos formais, cujo domínio permite minimizar a influência das qualidades pessoais e minorar a desigualdade das experiências. Nesse sentido ela é objetiva, independente em larga medida geral e que se trata de aplicar (de adaptar) às concorrências singulares. (p.125)

O currículo em vigor, biênio 2005 – 2006, estipula que a formação do Sd PM será realizada em 52 (cinquenta e duas) semanas de trabalho escolar, divididas em dois módulos: o primeiro, denominado “módulo básico”, com 1.319 (mil trezentos e dezenove) horas-aula, equivalentes a 36 (trinta e seis) semanas, e o segundo, denominado “módulo especializado”, com 608 (seiscentos e oito) horas-aula, equivalentes a 16 (dezesesseis) semanas.

Está inserido no currículo, o compromisso institucional com os objetivos do referido curso, sinalizando claramente, as etapas do desenvolvimento da atividade de ensino, norteando também uma avaliação objetiva do processo de aprendizagem que é conduzido pelo OAE (Órgão de Apoio de Ensino) principal e pelas OPM formadoras.

São objetivos gerais do curso: formar o Soldado PM do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) e Quadro de Praças de Polícia Feminina (QPPF), dotando-o de conhecimentos

fundamentais e técnico-profissionais, de modo a prepará-lo para o policiamento ostensivo, zelando pelo cumprimento das leis, respeitando as autoridades constituídas, pautando-se sempre na hierarquia e disciplina, visando ainda sua integração junto à comunidade; preparar o soldado PM para atuar de forma profissional e ao mesmo tempo comprometido com a defesa da vida, da integridade física e da dignidade da pessoa humana.

Para o módulo especializado do CFSdPM, são objetivos gerais do curso: formar o Sd PM do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) e Quadro de Praças de Polícia Feminina (QPPF), dotando-o de conhecimentos básicos e técnico-profissionais, a fim de que possa exercer o policiamento ostensivo; preparar o Sd PM para atuar de acordo com os procedimentos operacionais e administrativos do Policiamento Comunitário, explorando o conhecimento teórico e prático, através da transversalidade dos temas desenvolvidos nas atividades curriculares, extracurriculares e dos estágios operacionais supervisionados; preparar o Sd PM para, diante de sua condição de autoridade policial e agente do poder público, relacionar-se com a comunidade em que atua no policiamento, expressando-se corretamente na forma verbal e escrita, para que possa, sempre norteado pelos princípios internacionais que regem a atuação dos órgãos encarregados da aplicação da lei, respeitar o cidadão, garantindo-lhe a integridade física e dignidade.

O ensino policial-militar encontra vasto arcabouço normativo a regular seus cursos e estágios, encontrando desde o início, o amparo legal na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional e acabou prescrevendo no seu Artigo 83: *“O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”*.

O Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), aprovados pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, traz em seu capítulo VI, *que o ensino nas Polícias Militares orientar-se-á no sentido da destinação funcional de seus integrantes por meio da formação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional, com vistas, prioritariamente, à Segurança Pública. Sendo certo que o ensino e a instrução serão orientados, coordenados e controlados pelo Ministério do Exército, por intermédio do Estado Maior do Exército, mediante a elaboração de diretrizes e outros documentos normativos.*

Atualmente, até que ocorra a regulamentação da nova lei de ensino da PMESP, o ensino na Polícia Militar é regido pelo Decreto-Lei nº 160, de 28 de outubro de 1969; defasado no tempo e no espaço, pois concebido à época em que a milícia não exercia legalmente o controle programático do assunto, restando-lhe somente atuar nas feições administrativas que não confrontassem ao preestabelecido pelo Exército.

Atualizações constantes são necessárias ao aparelho policial, nas palavras de Soares:

O descontrole e a ingovernabilidade das polícias – portanto, a corrupção, a ineficiência e a brutalidade – são, por sua vez, produto de um esforço vigoroso de certos grupos de policiais, dos quais as principais aliadas são as estruturas organizacionais fossilizadas, irracionais e obsoletas. (2006b, p.60)

Praticamente isolada, carregando sobre os ombros, por conta do designativo militar, o peso dos ressentimentos dos diversos segmentos da sociedade e das dissensões entre os diversos atores do regime, geradores de baixos níveis de auto-estima entre seus integrantes, bem como ainda com a capacitação dos quadros condicionada a um modelo já ultrapassado.

O planejamento de ensino da PMESP se baseia nas Normas de Planejamento e Conduta de Ensino Policial-Militar (NPCE), documento reeditado a cada quatro anos pelo Comando Geral da Instituição.

Sobre a formação escreve Soares

Em outras palavras: sem a reforma radical das polícias, que incida sobre todos os pontos de apoio da corrupção (recrutamento, formação, capacitação e treinamento, condições salariais, controle interno e externo, gestão, estrutura organizacional), não adianta nem começar a falar sobre política de segurança pública eficiente e combate ao crime. (2006b, p.75)

As NPCE em vigor definem o ensino policial-militar nos seguintes termos: é a transmissão de conhecimentos, técnicas, informações, esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação, visando à formação, ao aperfeiçoamento, à habilitação, à especialização, ao treinamento e à adaptação do policial-militar [...] É processo contínuo e progressivo constantemente atualizado e aprimorado, propiciando educação sistemática por intermédio de

fases de estudo e da prática de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional geral e social [...] Ensino policial-militar é o sistema dinâmico de aprendizagem, visando orientar a atividade do profissional de ordem pública para a execução de suas missões Constitucionais, sempre em contínua interação com a evolução da sociedade.

Apesar de suas peculiaridades, as formas de ensino da PMESP não diferem das utilizadas por outras organizações, podendo ser classificadas em:

1) *Cursos – conjunto de disciplinas ministradas em um estabelecimento de ensino da Polícia Militar, com o objetivo de formar, especializar, habilitar e aperfeiçoar o profissional de polícia. Tem por finalidade precípua propiciar novos conhecimentos ao instruído, fornecendo embasamento teórico e prático na ocupação dos cargos e funções PM;*

2) *Estágios – visa atender a certas peculiaridades e fornecer embasamento, principalmente, de caráter prático inerente ao desempenho de funções, exigindo conhecimento anterior para se atingir êxito no processo ensino-aprendizagem;*

3) *Treinamentos - é o processo, de caráter obrigatório, que se destina à requalificação do policial-militar para o exercício de suas atividades habituais, propiciando através de permanentes avaliações, revitalização de conhecimentos e técnicas, aperfeiçoamento de habilidades, correção de atitudes e reavaliação de valores morais, sociais e comportamentais.*

4) *Estágio de atualização profissional (EAP): atividade desenvolvida em todas as OPM, através de execução pedagógica formal para os policiais militares em todos os círculos, abordando matérias voltadas ao emprego aplicado do policial-militar, em suas diversas especialidades, atualização jurídica (com ênfase em direitos humanos), atualização de temas institucionais e de temas sociais*

5) *Treinamento de tiro defensivo – atividade prática obrigatória que objetiva desenvolver no policial-militar reflexos e condicionamento para utilização adequada da arma de fogo em situações de alto risco para a preservação de vidas, dentro de técnicas modernas;*

6) *Condicionamento físico individual – atividade prática que objetiva atender basicamente às necessidades do binômio “Homem – Profissional de Polícia Militar”, promovendo a prevenção de doenças ou condições prejudiciais à saúde, aumento da expectativa de vida saudável e a manutenção da condição física mínima, de forma que a atividade profissional em qualquer nível tenha desempenho satisfatório.*

7) *Programa vídeo-treinamento – atividade que proporciona aos policiais militares condições mínimas de adquirir conhecimentos técnico-profissionais e institucionais, além de estabelecer um canal direto de comunicação ao alto comando com a tropa e, também consolidar aspectos doutrinários voltados para valores morais, cívicos e sociais que buscam aprimorar as atividades de polícia ostensiva para a excelência da prestação de serviço à comunidade.*

8) *Preleção diária – atividades de caráter informativo desenvolvidas ao início do turno de serviço, com o objetivo de atualizar o policial-militar de informações contextuais referentes a sua atividade e de interesse profissional.*

9) *Ensino à distância – atividade que tem por objetivo complementar os mecanismos formais de educação, propiciando informação e educação permanente. É desenvolvida por intermédio de meios eletrônicos e informatizados.*

10) *Encontros técnico-científicos – atividades de ensino realizadas objetivando complementar os demais processos de ensino e o aprimoramento e a integração das atividades de segurança pública com a participação da sociedade civil e outros órgãos públicos. Poderão ter o caráter informativo, cultural ou social e serão desenvolvidos por intermédio de congressos, seminários, palestras e certames culturais*

11) *Formação - com as peculiaridades que lhes são próprias atenderá s atribuições constitucionais e legais, desenvolvendo-se nos aspectos geral e profissional;*

12) *Aperfeiçoamento - objetiva atualizar, ampliar conhecimentos e capacitar ao exercício de cargos e funções. É a atividade de ensino destinada à aquisição de maior grau de conhecimentos técnico-profissionais obtidos em curso de formação. Os cursos de Aperfeiçoamento terão o caráter de pós-graduação, desde que atendidas as legislações e normatizações próprias existentes;*

13) *Habilitação - atividade de ensino destinada a prover o policial-militar com conhecimentos próprios para torná-lo apto ao desempenho das funções inerentes ao posto ou graduação;*

14) *Adaptação - atividade de ensino que proporciona conhecimentos profissionais indispensáveis para o desempenho das funções inerentes aos postos de Tenente e Capitão do Quadro de Oficiais de Saúde; e, no círculo de Praças, proporcionar conhecimentos básicos para o exercício de funções de qualificação policial-militar particular diversa da que integra;*

15) Especialização - atividade de ensino destinada a aprendizagem de conhecimentos técnico-profissionais em determinada área de atuação policial-militar. Objetiva especializar o profissional para o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas específicas;

16) Requalificação profissional – atividade de ensino destinada a manutenção e atualização contínua dos conhecimentos adquiridos nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização.

A concorrência entre o treinamento e o serviço operacional, doutrinariamente, é ultrapassada, vez que as atividades de treinamento influem de forma invariavelmente positiva sobre a qualidade do serviço policial-militar, porém, na prática, existe uma grande disputa, notadamente pelo tempo. Neste contexto, as preleções de início de turno são aceleradas pelo imperativo de atendimento de ocorrências ou de colocação das guarnições nos locais de prevenção. As de término de turno, além da validade reduzida a circunstâncias especiais em face do prejuízo que causam à vida do policial militar, possibilitam menor absorção do conhecimento por falta de motivação.

“A ajuda verdadeira é aquela em que os que nela se envolvem se engajam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar”

(Paulo Freire - Cartas a Guiné-Bissau)

CAPÍTULO III

ENSINAR A SER POLICIAL

Um efeito colateral que atinge em cheio as forças de segurança é que quanto mais elevada a renda de uma comunidade, menor é a motivação racional para a obtenção de benefícios vinculados aos sistemas coletivos, como saúde, educação e especialmente segurança pública. Esse comportamento interfere na tarefa de recrutar e posteriormente em ensinar a ser policial.

Os educadores policiais-militares devem ter habilidades sociais para formação de profissionais promissores no atendimento das grandes demandas dos necessitados da emergência policial, que cresce a cada dia e em todas as camadas sociais.

Se forem deixados à margem, as decisões pedagógicas e curriculares alheias, por mais interessantes que possam parecer, não se efetivam, não geram efeitos sobre a sociedade. Por isso é preciso investir na formação e no desenvolvimento profissional dos professores. (PIMENTA, 2002, p. 12)

Os professores que formam os novos policiais militares merecem atenção especial, em um cenário que contemple profissionais com visão humanizadora para a atividade que atuará em searas que de uma forma ou de outra envolve questões de violência.

Ensinar a ser policial é ensinar a lidar com a intransparência da vida social, sabendo sempre que a realidade social tem um paralelo importante com a realidade emocional e lembrando sempre que a polícia será uma das múltiplas formas de dominação social, isto quando se configurar em apenas aparelho de Estado, o que descaracteriza um regime democrático.

Temos na Polícia Militar um departamento que se encarrega de contabilizar todos os resultados de operações policiais, conhecidas popularmente como bloqueio ou blitz. Ao final, estes dados tabulados e transformados em gráficos **não podem ser interpretados**, pois não dispomos de estatísticos e metodólogos capazes de lê-los e aplicá-los do ponto de vista científico,

ou seja, não temos um único policial militar que possa traduzi-los de forma operacional, ou seja, transpor aquelas informações em conhecimento policial útil e valioso.

Uma notícia jornalística que traga dados de pesquisa científica não é analisada pelos policiais por desconhecerem completamente as possibilidades de utilizar o conhecimento científico.

Exemplificando esta situação:

São Paulo mais velho: uma pesquisa da Fundação Seade, que acaba de sair do forno, mostra que a população envelheceu: os jovens de até 14 anos, que eram 33% do total, caíram para 24% da população. O percentual dos que têm mais de 60 anos subiu de 6,3% para quase 10%. O índice de envelhecimento da capital foi de 112%, calculado a partir da relação entre o número de pessoas com 60 anos e mais e aquelas com menos de 14.

As cidades mais "velhas" de SP são Águas de São Pedro (21% têm mais de 60) e Santa Rita d'Oeste (19,9%). As mais "jovens" são Itaquaquecetuba (4,4% de idosos) e Francisco Morato (4,5%).

Os dados foram divulgados no caderno Ilustrada, do Jornal Folha de São Paulo, em 06 de julho de 2007. São exemplos de situações de pesquisa que beneficiariam o aparelho policial, caso este contasse com profissionais pesquisadores, ou seja, capacitados que soubessem transformar estas informações em conhecimento útil ao aparelho policial.

Imprimir uma nova cultura ao processo de formação de novos policiais não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral, que são ensinamentos básicos para o novo policial.

Durante a fase em que se aprende a ser policial, os novos ingressantes na carreira policial-militar não enxergam seus instrutores e monitores como profissionais que dominam determinada área do conhecimento e sim como superiores hierárquicos, portanto, aptos a tratar de todos os assuntos.

A prática consciente de uma Pedagogia que, na falta de palavra mais adequada eu chamaria de Pedagogia do Conflito, deveria criar uma certa linguagem na Educação que leve o educador a reassumir o seu papel crítico dentro e diante da Sociedade pela dúvida, pela suspeita, pela atenção, pela desobediência. Essa prática é militante e amorosa ao mesmo tempo. Exige coragem e ternura. (GADOTTI, 1980, p. 59)

Os formadores de novos policiais, por não possuírem formação acadêmica *stricto sensu* e não serem devidamente capacitados, não realizam a salutar pedagogia do conflito citada por Gadotti, atuam apenas como instrutores, nome que atualmente recebem em São Paulo.

Questionar a competência de um superior hierárquico é questionar sua patente. Com todas as mazelas e deficiências de qualquer estrutura, no âmbito militar, porém, sabe-se claramente que se determinado profissional é tenente, capitão, major, tenente-coronel ou coronel, todos crêem que ele percorreu difícil caminho para ostentar aquela patente, o que não justifica as inobservâncias de ensinamentos pedagógicos rudimentares.

O uso do poder hierárquico não pode marcar o dia-a-dia do novo policial. É conhecido no âmbito dos quartéis, por exemplo, as enormes dificuldades dos integrantes do quadro médico em lidar com os comandantes do quadro policial. Chega-se ao ponto de o profissional médico, que segue carreira na Polícia Militar, que são na maioria dos casos ocupantes das patentes de tenente ou capitão, ser questionado se determinado subordinado deve mesmo ser dispensado das atividades por algum diagnóstico realizado por equipes médicas.

Nesse sentido, há situações em que coronéis não-médicos deliberam, após o médico dizer que o profissional deve convalescer. É o coronel não-médico que decide se o policial militar irá convalescer em casa ou no quartel. O que temos em jogo nestes impasses é uma situação de saber e poder, ou seja, o médico tem o saber mas o comandante não lhe atribui o poder correspondente, o que naturalmente gera conflitos a serem resolvidos e disciplinados, às vezes, até legalmente.

Percebem-se conflitos entre a atividade profissional de policial e a missão precípua da escola, conforme Casali

A missão de toda Escola é desenvolver as pessoas, crianças, jovens ou adultos, contribuindo para que eles se alterem (“educar” é uma palavra latina que significa “ mudar de estado”: de dentro para fora e de um estado para outro). Por isso também ela tem o dever primeiro de ela própria se desenvolver, isto é, alterar-se. Ela só poderá fazer isso num movimento positivo se mantiver-se articulada organicamente com a Comunidade e a Cultura da qual faz parte). (2005).

Não se pode apenas apontar falhas neste sistema até porque outrora de fato era mais convincente o fato de que seu superior hierárquico detinha maior parcela de conhecimento. Vejamos, o vencimento dele, ou seja, o seu soldo que já foi gritantemente superior, na ordem de

até dez vezes, ele tinha acesso a jornais, revistas, livros que o subordinado jamais poderia se dar ao luxo de adquirir.

Há décadas, ambos têm soldo defasado e achatado, o acesso às informações é franqueado a ambos e a relação salário não ultrapassa cinco vezes a relação entre o maior e o menor soldo. Uma cena pode dar conta do cenário anterior e do atual. Em 1985, por exemplo, um soldado é chamado à sala de seu comandante. O impacto que este subordinado tem é gigantesco, pois ele observa uma sala aconchegante, enorme, com mobília antiga, poltronas de couro, quadros caros na parede, esculturas adornando os corredores que antecedem a sala, livros na bela estante, dois ou três jornais na mesinha, duas revistas semanais, telefone, fax, diplomas pendurado, cursos realizados em outros Estados e fora do país. É o bastante para que o subordinado saiba que está diante de um profissional que tem conhecimento cultural e profissional muito além do que ele poderia imaginar.

Sem dúvida, que temos uma maior possibilidade de acesso ao conhecimento, ainda muito longe de patamares desejados, mas o ensinar a ser policial exige questionamentos constantes por parte de quem forma.

Nesse sentido, nos ensina Pimenta:

É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos. (2002, p.14)

Um exemplo ilustra nossa realidade, estamos em 2005, um soldado é chamado a sala do comandante. Nenhum impacto, nada de novo, nada que ele não conheça ou não tenha acesso. Pelo contrário, duas cenas ao menos deixam o subordinado constrangido a primeira é que ele observa o comandante usando o computador como se fosse máquina de escrever, e dizendo ao telefone que pedirá para alguém mandar um e-mail para seu interlocutor e por fim o soldado nota que o celular do seu comandante é uma geração anterior ao que ele possui e que mesmo assim o comandante não domina as funções básicas daquele aparelho.

Diante do exposto, pergunta-se: a relação de subordinação entre eles é a mesma que em 1985? As ferramentas do conhecimento que o comandante tinha em 1985 e que lhe permitiam ser instrutor de quase todas as disciplinas do curso de soldados permanecem, agora em 2005?

A exigência para ingresso em 1985, para o subordinado, era ensino fundamental; para seu superior, era o chamado colegial. Hoje, para ambos exige-se o ensino médio, embora se cometa o erro de permitir que o oficial possa ministrar aulas de quase tudo, desde que seu público seja de soldados. Na prática, tem-se a errônea crença de que o fato de ser superior hierárquico permite treinar, formar e capacitar subordinados no assunto que for.

Muito embora as questões de polícia comunitária tenham trazido ares mais democráticos aos quartéis, pouco ou quase nada se disse quanto ao fato de que os princípios da polícia comunitária vão de encontro às relações interpessoais que são estabelecidas no interior dos quartéis, ou seja, os episódios de simbologia da “faca na caveira”, e do cassetete com a inscrição “Direitos Humanos”, infelizmente ainda possibilitam aprendizagens de conteúdos ocultos, porém não ingênuos e que comprometem a cidadania.

A noção da cidadania, que tudo tem a ver com polícia, pois também faz referência a *polis*, aqui será resgatada pelos juristas e pela Constituição, que pode contribuir extraordinariamente para o equilíbrio entre valores e princípios e para a sua concretização na era dos direitos (BARRETO, 2006, p.128).

Sendo um dos fundamentos do Estado Democrático, nos termos do art. 1º, inciso II, da CF 88, a cidadania harmoniza os valores da liberdade, justiça e segurança, bem como os “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (art. 1º, IV). Demais disso, favorece a ponderação dos direitos, esmaecendo as rígidas separações entre direitos fundamentais (art. 5º), sociais (arts. 6º e 7º), econômicos (art. 170) e difusos (art. 225), principalmente pela afirmação de todos eles na via do exercício dos direitos políticos e da política jurídica (art. 14).

Todas as nossas polícias militares têm duas portas de entrada, uma destinada aos futuros comandantes e outra para comandados, que terão, ao longo da carreira possibilidade de chegar ao comando.

Modernamente, sabe-se que o estilo de comunicação utilizado pelo aparelho policial é reflexo do que acontece em seus centros de decisão, ou seja, nunca se questiona, pouco se sugere, nada se critica. A quase total inexistência de teses e dissertações produzidas por policiais militares, se considerarmos que somos quase 600 mil em todo país, creio que possa ter ligação com o receio de abrirem suas cavernas e seus recônditos ao público externo. Porém, esta postura em nada contribui para o crescimento da Instituição e de seus integrantes.

A nosso ver, setores públicos ligados quase que de maneira umbilical à sociedade têm especial responsabilidade ética. Nesse sentido, cabe a consideração feita por Chauí:

Assim, uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio agente e não vier da obediência a uma ordem, a um comando ou a uma pressão externos. (2006b, p.341)

Por meio de seu discurso, o aparelho policial, que é externo ao conjunto de cidadãos, realiza o controle, e, fundamentalmente, mantém em seu devido lugar, no limite – reprime, por força de lei, decreto-lei, regulamentos, todos e todas que a ele não se subordinam.

Quanto mais apelos à igualdade e à universalização da aplicação das regras do convívio social, próprios da democracia, mais conflitos potenciais virão à tona na sociedade, portanto, não consciente de sua missão constitucional, cada vez mais a polícia reforçará e produzirá a exclusão social.

A formação do pedagogo – que já era insipiente – deixou de ser “tomada de consciência” dos problemas educacionais para ser treinamento, domesticação. O pedagogo tornou-se mais um policial da educação do que um homem formado para criar a educação. (GADOTTI, 1980, p. 55)

O termo policial aparece na escrita do autor, fazendo referência às circunstâncias que enquadram a atividade de discurso, por extensão, cerceam as potencialidades esperadas do profissional de Pedagogia, assim como inibem as falas dos policiais.

O Estado é, por excelência, espaço sócio-político de exercício de poder. Isto significa dizer que não é uma Instituição harmônica destituída de conflitos; pelo contrário, os embates entre as antagônicas classes sociais passam por este *locus* de poder. Daí que, mesmo adotando o discurso de igualdade, a Instituição policial acaba por legitimar o poder discricionário e arbitrário da classe economicamente hegemônica. Do ponto de vista democrático, os discursos de seus integrantes, que são servidores públicos, não deveriam produzir, ainda que indiretamente, mais exclusão social.

A condição de exclusão social leva quase que invariavelmente a um comportamento de confronto com a ordem estabelecida, cuja manutenção e conservação cabe à Polícia Militar.

A principal referência de atuação dos policiais militares encontra-se explicitada por Foucault (1987) ao afirmar que a função da instituição militar é:

Adestrar corpos vigorosos, imperativo de saúde; obter oficiais competentes, imperativo de qualificação; formar militares obedientes, imperativo político; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de moralidade (p. 155).

Todavia, no discurso policial, prevalece o esforço de tentar convencer que a Instituição policial busca, conforme prevê a Constituição, o atendimento “igualitário” aos necessitados do serviço policial.

Foi analisando as metas para a área da segurança pública presente nos planos estaduais e sobretudo registradas na matriz curricular nacional que elenquei as que mais de perto poderiam nos permitir contribuir, a saber: promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos; valorizar as polícias e os policiais, reformular e requalificar os quadros policiais, levando-os a recuperar a confiança popular e a reduzir o risco a que estão submetidos.

Nesse sentido, optamos em buscar propostas, pois, como alerta Moraes,

...há cabal diferença entre o intercâmbio livre de idéias, que visa abrir as discussões de modo a colocar alternativas diversificadas em clima saudável de respeito mútuo, e certa doutrinação intencional (às vezes de má-fé). O primeiro caso caracteriza um encontro de propostas; o segundo, uma disputa por hegemonia. (2003, p.18)

Para conhecermos um pouco mais o processo de formação de novos policiais é necessário que estejamos minimamente dispostos a desvelar parte do sujeito que somos – ou seja, o lugar do qual nos pronunciamos – ou que desejamos construir pela tomada de consciência em razão de traços deixados pelas memórias particulares, coletivas e institucionais.

O novo paradigma de formação, conforme Delors (1998), indica que o profissional do início do século XXI deverá ser flexível; ser capaz e disposto a contribuir para a inovação; e ser criativo; ser capaz de lidar com incertezas; estar interessado e ser capaz de aprender ao longo da vida; ter adquirido sensibilidade social e aptidões para a comunicação; ser capaz de trabalhar em

equipe; desejar assumir responsabilidades; tornar-se empreendedor; preparar-se para o mundo do trabalho internacionalizado por meio do conhecimento de diferentes culturas; ser versátil em aptidões multidisciplinares e ter noções de áreas do conhecimento que formam a base de várias habilidades profissionais, como tecnologias e informática.

Realizar esta mudança de comportamento, no espaço de um ano de curso, no caso do Soldado, e quatro anos no caso dos Oficiais, é desafiador e instigante.

Experiências de outras polícias publicadas na série de livros *Polícia e Sociedade*, do NEV/USP, trazem pesquisas e relatos que confirmam o quanto o processo de formação do policial é decisivo para seu comportamento no atendimento do público. Hoje insistimos que os novos policiais saiam das escolas de formação sabendo que a polícia deve dar prioridade máxima à prestação de serviço aos cidadãos, não aos governantes; a polícia deve ser responsabilizada perante a lei em toda e qualquer circunstância; a polícia deve proteger os direitos humanos; a polícia deve ser transparente nas suas atividades.

Conforme Cavassani (1998)

“a maioria dos sujeitos que ingressaram na instituição por identificarem-se com a profissão policial, anseiam por realizar seu trabalho de forma técnica e ética, resistem à utilização de violência, e encontram maior dificuldade em adaptarem-se à realidade institucional, tornando-se insatisfeitos com a profissão. Entretanto, os sujeitos que ingressaram na instituição levados pela necessidade de emprego, não tendo expectativas positivas em relação à mesmo.

Aos formadores de novos policiais cabe conhecer a realidade indicada por Cavassani, pois cresce a cada processo seletivo o número de ingressantes que buscam apenas um emprego como outro qualquer.

Ensinar a ser policial é sobretudo trabalhar a emancipação social, que em seu âmago é descobrir-se capaz de realizar o processo emancipatório por si mesmo, dentro de circunstâncias dadas. Por isso, participação é a alma da educação, compreendida como processo de desdobramento criativo do sujeito social.

Reis (2006, p.69), ao comentar proposta resultante de seminário internacional, na Espanha, sobre prevenção da violência no esporte, destaca a necessidade de um coordenador de

segurança, que teria o seguinte perfil: alta qualificação profissional, membro do alto escalão da organização policial e que possua conhecimentos nas seguintes áreas: de psicologia social, jurídica, administrativo-policial, esportiva, de relações humanas, de proteção e emergência e de operação e intervenção policiais.

O atual modelo de formação e de carreira policial dificulta e muito que possamos ter um profissional deste porte, mesmo em uma grande metrópole como São Paulo.

Ensinar a ser policial é defender o lugar do Estado, como serviço público necessário, estrategicamente equalizador; defender a necessidade ineludível de controle democrático popular, por meio da cidadania organizada.

Conforme Freire (2000)

Contraditórios entre si estes modos, o autoritário ou o licencioso, trabalham contra a urgente formação e contra o não menos urgente desenvolvimento da mentalidade democrática entre nós. Estou convencido de que a primeira condição para aceitar ou recusar esta ou aquela mudança que se anuncia é estar aberto à novidade, ao diferente, à inovação, à dúvida. (p. 37)

A mudança anunciada por Freire é a mesma por que passa o processo de formação de novos policiais, que exige novas capacitações, novos treinamentos e novas concepções.

3.1 Educação Institucional

Educação institucional é a aula que aborda questões de interesse da Polícia Militar e que de alguma forma tem como referência reforçar os princípios de hierarquia e disciplina.

Não é de todo errado se afirmar que se tem idealizado um discurso policial que, em algumas situações, tem ficado cada vez mais distante das condições reais de trabalho, de treinamento, de remuneração, o que inexoravelmente leva ao sentimento de insatisfação sobre a Instituição e sobre a própria profissão.

O papel da escola nesse cenário é inegável, pois faz do currículo o seu eixo central, tomando para si a tarefa de educar setores cada vez mais amplos e numerosos da sociedade,

porém, políticas educacionais descontinuadas não têm conseguido avanços significativos. O corolário desta situação é que o aparelho policial é acionado com maior frequência, apoiando-se no discurso da ordem, não importando qual seja.

Ao analisarmos os discursos estabelecidos na “ordem” institucional da PM, atentaremos para o que fala Chizzotti (2006)

A tarefa de uma análise crítica do discurso é considerar a linguagem conexas com a estrutura social, avaliar a função do discurso, sua ideologia na produção, manutenção e transformação das relações sociais de poder, desmitificar os discursos dominantes e construir uma consciência crítica. (CHIZZOTTI, 2006, p.128)

O discurso age também como violência, como uma prática que é imposta histórica e socialmente. É nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.

É tradição entre policiais militares a precedência de argumentos de autoridade sobre a autoridade dos argumentos, que se apóiam no princípio de que a verdade deve ser produto da luta entre teses opostas, das quais uma acabará, necessariamente, por sucumbir, levando à associação entre a legitimação da verdade e a derrota dos opositores: não se vê a verdade como um produto de negociação e de consenso.

Destacamos, nesse sentido, o papel da mídia que exerce forte influência sobre o espaço discursivo, ou seja, as constantes cenas de violência policial, por exemplo, superam o discurso de uma polícia moderna, comunitária, enfim, atenta às questões básicas de direitos humanos.

Do ponto de vista da Instituição policial, toda essa rede que integra as autoridades e seus argumentos, que encantam e desencantam, que unem e que separam ocorre pela atuação direta do policial em serviço. É diante do profissional fardado e armado que o cidadão manifesta sua necessidade, porém, também para o policial sua primeira arma é a palavra, portanto, o discurso, que se não for compreendido e atendido, requer, o uso da força. Nos termos de Arendt, “onde os melhores perdem a esperança e os piores, o temor”, poucas saídas restam.

Nesse sentido, é correto se inferir que aos pobres e oprimidos, sobretudo nas regiões de periferia, sobra apenas o discurso da Polícia Militar, que por vezes poderá ser autoritário e violento.

A Polícia Militar de São Paulo criou, a partir de setembro de 1999, um espaço durante as revistas diárias e no desenvolvimento dos diversos cursos e estágios, que se denomina educação institucional, com o objetivo de proporcionar aos policiais militares de todos os níveis, a revisão e a sedimentação dos conceitos e preceitos institucionais e técnico-profissionais que norteiam a profissão policial-militar.

A reforma como possibilidade prática não existe fora da dinâmica vivida dos movimentos sociais. O discurso sozinho é incapaz de provocar mudança social. É tendo em conta esse entendimento que os programas de formação de professores podem se comprometer intransigentemente com questões de emancipação e transformação, questões essas que combinam conhecimento e crítica, de um lado, e um apelo para a transformação da realidade em benefício de comunidades democráticas, de outro. (MOREIRA, 2000, p.139)

A educação institucional caracteriza-se também por ser um momento de crítica e questionamentos quanto às situações encontradas na execução da atividade policial.

A necessidade desse momento pedagógico nasceu das ocorrências com resultados de repercussão negativa, bem como dos fatos isolados praticados por PM, que influenciam a opinião pública e prejudicam todos os esforços que o alto comando da Instituição envida no sentido de modificar e aperfeiçoar a imagem da PMESP.

A educação institucional, que permanece em vigor, e é obrigatória em todos os cursos e estágios, consiste em 03 horas-aulas obrigatórias que tratem de temas ligados à realização das atribuições como presteza, zelo, perfeição e rendimento funcional; além de preceitos legais e regulamentos, que devem ser regras de condutas internas da Instituição. A parte histórica dos modelos de polícia também compõe a educação institucional. Conhecer o quadro a seguir ajuda a entender alguns ideais de polícia.

Quadro 3: Nove princípios de Sir Robert Peel

Versão resumida dos nove princípios de Sir Robert Peel (Fundador da Polícia Metropolitana de Londres – 1829)
<p>11. A missão fundamental da polícia é a prevenção do crime e da desordem, e não a repressão.</p> <p>22. A capacidade da polícia de cumprir o seu dever depende da aprovação de sua ação pelo público.</p> <p>33. Para obter e conservar o respeito e a aprovação do público, a polícia deve poder contar com sua cooperação voluntária na tarefa de assegurar o respeito das leis.</p> <p>44. O grau de cooperação do público com a polícia diminui na mesma proporção em que a necessidade do uso da força aumenta.</p> <p>55. É pela demonstração constante de sua ação imparcial, e não quando ela cede aos caprichos da opinião pública, que a polícia obtém o apoio da população.</p> <p>66. A polícia não deve recorrer à força física a menos que ela seja absolutamente necessária para fazer cumprir a lei ou para restabelecer a ordem e, mesmo assim, somente após ter constatado que seria impossível obter esses resultados pela persuasão, conselhos ou advertências.</p> <p>77. A polícia deve manter com o público uma relação fundada na idéia de que a polícia é o público e o público é a polícia.</p> <p>88. A polícia deve se limitar ao exercício estrito das funções que lhe são confinadas e se abster de usurpar, mesmo em aparência, aquelas que competem ao poder judiciário.</p> <p>99. A prova da eficácia da polícia é a ausência de crimes e de desordem e não a manifestação visível de sua ação.</p>

De alguma forma a educação institucional visa criar princípios valorativos como esses da Polícia de Londres, que resumem a essência da atividade policial. As 03 horas-aulas previstas na educação institucional permitem o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos na carreira, possibilitando o desenvolvimento e a análise dos atos praticados, refletindo sobre a moralidade nas ações dos profissionais de polícia militar.

A prática policial diária, por ser rica de novas experiências, pode contribuir para tornar o PM sujeito do ato de estudar, segundo Freire “*Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever - tarefa de sujeito e não de objeto*” (1982, p. 10). É com esta dimensão que se pensa a prática de se ensinar a ser policial e o tempo diário destinado as preleções ou durante o momento em que se confere o efetivo (chamado de revista) poder-se-ia difundir esta prática.

Permite ainda a preservação dos fundamentos da disciplina e hierarquia, da lealdade e constância, e de urbanidade e justiça. A idéia é desenvolver nos policiais militares o sentimento de respeito e amor à Instituição, a fim de que ordens e normas emanadas de seus superiores sejam cumpridas e assimiladas com naturalidade, para que haja o respeito mútuo entre a Instituição e a

sociedade, propiciando dessa forma o fortalecimento de uma polícia de proteção da dignidade humana.

A educação institucional traz como assuntos institucionais:

- 1) ordem unida;
- 2) cuidados com a apresentação pessoal;
- 3) regulamento de uniformes;
- 4) regulamento disciplinar;
- 5) regulamento interno e dos serviços gerais;
- 6) continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar;
- 7) qualidade no atendimento ao público, e
- 8) outros que se fizerem necessários à fomentação da Educação Institucional.

Na lista apresentada salta aos olhos o fato de o comandante que assinou a norma interna registrar em penúltimo plano aquilo que aos olhos de quem vê de fora deveria aparecer em primeiro plano, ou seja, a qualidade no atendimento ao público.

A premissa é de que ao buscar soluções para os problemas que deterioram a qualidade de vida da área e ao envolver os cidadãos neste processo, a polícia pode, com a cooperação de outros órgãos, contribuir para reforçar os laços sociais, favorecer a capacidade da população gerir os seus próprios problemas e, por extensão, prevenir crimes. (Dias Neto, 2005, p.109)

Este espaço de tempo dentro do aparelho policial possibilita discussões acerca da prevenção primária, por exemplo, que pode ser definida como o conjunto de ações destinadas a evitar ou reduzir crimes e a intensidade de infrações penais e perturbações da ordem, por meio da identificação, da avaliação, da remoção ou da redução das condições propícias ou dos fatores precursores, visando minimizar o dano à vida e à integridade física da pessoa humana, à propriedade e ao ambiente. Sabe-se que a utilização de métodos de prevenção primária possui um custo menor e efeitos mais duradouros.

O alerta trazido por Reis (2006, p. 108) de que “todo espetáculo esportivo deveria ser qualificado atualmente como de especial interesse policial, e, portanto, ter uma polícia preparada, com competência para dar segurança aos brasileiros em suas atividades de lazer”, corrobora minha tese da urgente necessidade de termos quadros policiais mais bem capacitados.

Nesse sentido, como todos os pesquisadores, estudamos, trabalhamos e escrevemos para que a sociedade mude e para que o modo como interrogamos o mundo se renove sempre, afinal, porque o mundo significa também ter uma ação pró-ativa no sentido de vislumbrar uma sociedade melhor para os cidadãos e cidadãs construtores por excelência da história.

A retirada do policial militar do serviço de patrulhamento e a sua colocação em salas de aula desencadeia uma série de transtornos para as atividades de policiamento, quer por conta da escassez de efetivo, quer pela crescente demanda de pontos críticos à segurança pública, acarretando prejuízos na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade e, por outro lado, este mesmo profissional necessita ser especializado, aperfeiçoado e atualizado. Parece estarmos diante de um paradoxo.

Por isso, acreditamos que a pedagogia da práxis (GADOTTI, 2006) como uma pedagogia transformadora, em suas várias manifestações, pode oferecer um referencial geral mais seguro do que as pedagogias centradas na transmissão cultural.

O processo de formação visa construir novas pontes com os diversos segmentos da sociedade, pois construíram-se muros ao redor da polícia, cuja única fonte de ligação com o meio circundante consiste, em alguns casos, na própria instância governamental a que se encontra submetida, portanto, está isolada da sociedade civil organizada.

Neste início de século XXI, o ingresso na atividade policial-militar aparece como uma opção temporária até que apareça algo melhor, caso não apareça o policial permanece na profissão. A consequência imediata é o tipo de prestação de serviço e o vínculo ou compromisso que o profissional estabelece com a comunidade em que atua, muitas vezes, descompromissado, sem entusiasmo e com pouca credibilidade.

Os pontos que marcam nossas políticas públicas de segurança são, conforme Soares (2006)

“...nosso problema, na segurança, é, antes de mais nada, gestão, por um lado, e estrutura organizacional, por outro. Estrutura organizacional que ofereça mecanismos adequados à gestão. Só haverá gestão racional quando as instituições de segurança se organizarem como qualquer empresa bem-sucedida se organiza no mundo contemporâneo: conhecendo o problema para o qual têm de oferecer resposta; planejando o que vai ser feito; avaliando o que foi feito; identificando erros e acertos, e monitorando todo o circuito, para que haja aperfeiçoamento progressivo. (p.33)

Planejar e avaliar exige profissionais capacitados. Em São Paulo, que tem 94 mil profissionais presentes em mais de 600 municípios do Estado de São Paulo, atendendo a uma população de mais de 32 milhões, isso passa a ser crucial.

Caso os tópicos e os temas tratados na Educação Institucional fossem elaborados por profissionais com visão pedagógica mais aprofundada, a Polícia Militar teria uma rica ferramenta para a orientação das constantes atualizações que a atividade policial-militar requer.

3.2 Análise dos dados da pesquisa de campo

A análise das informações, no que corrobora com minha tese, será embasada na epistemologia qualitativa de González Rey (2005) e Chizzotti (2006), que permite, por meio dos seus princípios, elementos fundamentais na tentativa de compreensão complexos como os que envolvem o ato de se ensinar a ser policial.

Por meio da análise de conteúdo bucar-se-á compreender o processo de educação policial, pois, conforme Chizzotti (2006)

A análise de conteúdo construiu um conjunto de procedimentos e técnicas de extrair o sentido de um texto por meio das unidades elementares que compõem produtos documentários: palavras-chave, léxicos, termos específicos, categorias, temas e semantemas, procurando identificar a frequência ou a constância dessas unidades para fazer inferências e extrair os significados inscritos no texto a partir de indicadores objetivos. (CHIZZOTTI, 2006, p.115)

Ao analisar os elementos que se destacam na configuração subjetiva dos três coronéis aposentados, nominados como coronel A, B e C, observou-se:

1) o descontentamento com o Estado, no que se refere à pouca valorização da profissão e do profissional de polícia.

... eu fiz Pedagogia, fiz Administração Escolar, por minha conta, sem nenhum incentivo da Polícia (cf. coronel A).

... porque o pessoal que têm mais recursos financeiros dificilmente entram como soldados, vão procurar outras carreiras que tenha uma rentabilidade rápida, além do que, a da nossa carreira é muito lenta. É muito difícil porque nossos soldados vêm das comunidades pobres, e é até difícil de recrutar... Eles calculam 8%, ou seja, de cada 100 candidato apenas 08 ingressa, portanto acho que vai demorar um pouco (cf. coronel C).

2) quais requisitos marcam ou caracterizam um “bom policial”

...O que não me causou estranheza, mas, de certa forma indignação é que pouco se fala em prevenção, nós nos preocupamos muito na Escola de Formação em dar uma dosagem de Direito... Direito disso, Direito daquilo... Mas o lado da prevenção que é o fundamental, o que devemos praticar, o que devemos investir, nós pouco abordamos. Abordamos sim, mas, deveria ser em uma carga mais elevada... entre o prevenir e o punir, deve prevalecer o prevenir (cf. coronel B).

...eu era inflexível com duas coisas: Quando encontrava o cara dormindo ou com a arma suja... Não porque está no regulamento, mas, porque ele não está pensando na vida dele, não está pensando que pode ser morto, se pegarem sua arma, vai servir pro bandido.

... Esses valores básicos de cumprimento de ordens, de disciplina, mas, no sentido de talhar o homem a cumprir o papel que ele se propôs. Se ele se propõe e não dá certo, “tchau e benção”, não é aqui (cf. coronel B)

...Eu acho que ele tem mais experiência, mais conhecimento e por ter passado por momentos de reflexão pra poder estudar, pra poder mentalizar, acho que ele tem uma facilidade maior de entendimento. Ele pode dar uma resposta menos agressiva por ter conhecimento do poder dele, com aquele conhecimento ele não vai fraquejar quando tiver que retrain, diminuir sua intensidade, pois o policial às vezes tem que agir com agressividade, mas ele sabe moderar isso aí.

Uma pessoa que tem estudo tem convicção do que está fazendo e isso é o principal, convicção! (cf. coronel C).

3) preocupação com o processo de formação

...Eu só acho que as normas do ensino deveriam ser permanentemente revisadas, não a cada dois, três, quatro anos...

...a prioridade, e o que lamentavelmente não foi estabelecido pela PM, mas, por mim, é criar situações para que o aluno se sentisse bem na escola. “Sentir-se bem na escola”, essa foi uma das prioridades que a gente deu naquele comando (cf. coronel A).

... Eu defendo a seguinte tese. Nós temos que ter uma escola de servidores, nós não temos uma escola de servidores. Formar em uma escola de formação, em uma academia, em uma escola de soldados e outras que temos aí, não estamos vendo se o camarada tem um pendor, tem aptidão, se tem o carisma...(cf. coronel B).

4) necessidade de discussões transdisciplinares para se pensar as questões de polícia

...Achar que segurança é um assunto transdisciplinar, interdisciplinar, antigamente isso era um absurdo, uma heresia, você estaria fadado a estar no cativeiro (cf. coronel B).

...faço uma outra crítica. Se nós não ouvirmos a sociedade, se não encararmos essa transdisciplinaridade que a polícia tem que ter, a segurança, temos que pensar nisso porque, às vezes, o modelo que está, não está dando certo (cf. coronel B).

5) a docência como um sacerdócio

.... Quem trabalha em área de ensino vai estar sempre ligado, porque é até uma ligação de alma, a gente se esforça e vive para ver as turmas subindo. Eu fico

feliz por ter dado aula em 1976 e hoje ele é um sujeito Coronel, foi do meu pelotão o Coronel Diniz (cf. coronel C).

... Tem muitas coisas que São Paulo tem que ser mais humilde e entender que o conhecimento ocupa espaço e outra, conhecimento é um dom divino, eu não posso ter na minha idéia que só eu sei, não! Quem se fecha nesse mundo está fadado a cair, a ruir, a se destruir (cf. coronel B).

6) necessidade de disciplinas das chamadas ciências humanas para uma formação mais humanizadora

... Fora isso, quaisquer cursos: de relações humanas, de administração, de tudo, e principalmente às áreas ligadas à Informática. Nós formamos uma discussão muito importante há décadas: “Quantos homens precisamos para policiar São Paulo?” Se você for imaginar o crescimento da população (cf. coronel A).

...Não quer dizer que vai resolver o problema, mas é um foco que deve ser visto e a minha preocupação na Escola de Soldados é que a prevenção se exaltasse e tivéssemos um olhar para as pessoas, para as vítima. (cf. coronel B).

7) sugestões para melhoria da atividade policial

..... É necessário ter controles flexíveis para que saiba com quem está lidando, se esta pessoa está fora dos padrões normais, você vai tentar trazê-la para dentro do padrão; para que ele esteja convencido de que está errado e não que está sendo punido por ter feito isso ou aquilo. E obviamente quem não se enquadrar, não poderá ser da Polícia Militar, até por uma defesa dele próprio, quem não tiver pendor para a atividade, vai sofrer demais, vai se angustiar demais, vai se expor demais, e não é isso que você tá querendo. (cf. coronel A)

...Precisa melhorar o ato de polícia, pensar ao fazer. Você sabe quando o cara precisa ser preso, mas precisa ser preso daquele jeito? Precisa meter algema no camarada? O grande problema nosso nós sabemos, só que nós precisamos melhorar o ato de polícia, ninguém nega o conhecimento que nós temos, mas, nos outros Estados eu vejo que eles estão buscando isso, melhorar a qualidade

do serviço, melhorar o ato individual, o ato corporativo, São Paulo parou um pouquinho (cf. coronel B).

... Então, acho que esse lado de trabalhar na prevenção é fundamental na vida do policial, é fundamental no cotidiano. É prevenindo que você consegue avanço, você economiza gastos, você poupa vidas, mas isso lamentavelmente eu não vejo com muito alento em muita gente (cf. coronel B).

O ensino é isso, colocar em contato e acompanhar e toda vez que tiver um pequeno detalhe, observar... individualmente e no grupo todo. Isso é importantíssimo, o acompanhamento (cf. coronel C).

8) Comportamento dos policiais

...A tropa é muito solidária e isso eu posso falar que vale também para o ensino. É muito confortável pra ela quando o policial é bonzinho, e o policial também se sente confortável, porque ele sendo bonzinho, aparentemente ele não tem problema. Só que, a produtividade cai, a disciplina cai, tudo de forma geral não é potencializado (cf. coronel A)

...o comportamento do homem na sociedade, do outro lado do muro da escola, é completamente diferente; portanto, grupos pequenos, bem acompanhados com bastante supervisão (cf. coronel C)

Ao decompor as mensagens dos entrevistados muito embora não se proceda rigorosamente uma análise categorial foi possível explorar pontos que elucidam um pouco mais o processo de se ensinar a ser policial.

Sobre análise categorial, aprendemos com Chizzoti que :

Em uma análise categorial, será necessário elaborar categorias de análise. As categorias poderão ser elaboradas indutivamente a partir da imersão do pesquisador no texto, para identificar os fragmentos, palavras ou temas mais significativos ou as questões mais evidentes de um texto; ou dedutivamente,

partir de um conjunto de categorias preestabelecidas para alcançar objetivos específicos: testar uma hipótese, explorar a mensagem de um texto, decompor uma mensagem e assim por diante. (2006, p.130).

Tentamos inicialmente identificar os anseios que não puderam ser realizados, os que foram, de forma exitosa, e quais caminhos profícuos poderiam ter sido implementados outrora na área em que atuaram, tudo visando capturar dados para a pesquisa.

Sobre a pesquisa Gatti diz que:

“A pesquisa é um cerco em torno de um problema. É necessário escolher instrumentos para acessar a questão, vislumbrar e escolher trilhas a seguir e modos de comportar nessas trilhas, criar alternativas de ação para eventuais surpresas, criar armadilhas para capturar respostas significativas.”(Gatti, 2002, p.62).

Ao analisar as falas dos coronéis, buscando as respostas significativas, difícil é não nos remetermos a uma canção da Polícia Militar, que é entoada durante as formaturas dos soldados, ou seja, sua letra pode ser identificada com uma síntese do que sejam os ideais e valores dos PM.

A letra foi escrita no início dos anos de 1990, por um profissional que ingressou na PM em 1977, e atualmente é Tenente-Coronel e comanda uma unidade operacional na zona leste da Capital; trata-se de Luiz Eduardo Pesce de Arruda.

As falas do entrevistados confirma o imaginário da atividade policial. O título é “Canção do patrulheiro”.

Canção do patrulheiro

Voluntários bandeirantes
Nobre é nossa vocação
Defender a nossa terra
E auxiliar o cidadão
Pela força do Direito
Nós temos sem cessar
E a paz da sociedade
Responsáveis iremos preservar

Estrilho

A grandeza em servir
A São Paulo e à Lei

Do povo protetor e amigo
Sou patrulheiro os crimes deterei

II

Respeitado é o patrulheiro
Pelo exemplo e retidão
E nunca se vê sozinho
Todos nas ruas são irmãos
Com acerto e rapidez
Sabe agir com decisão
Enfrentar qualquer problema
Leva sempre a melhor solução

Estrilho

A grandeza em servir...

III

Confiante e audaz
Seu trabalho o bem constrói
Dá sua vida se preciso
Da justiça é o herói
Sem descanso e sem temor
Dia e noite sempre alertas
A paz e a ordem manteremos
Nas cidades, estradas e florestas

Estrilho

A grandeza em servir...

É muito forte ainda a perspectiva do caráter voluntário da atividade policial, a visão de que para a atividade policial exige-se vocação, o que não deixa de ser verdadeiro, mas esta característica não atinge o enorme contingente que hoje se tem, portanto, precisamos trabalhar pela profissionalização.

As falas dos coronéis confirmam as passagens da canção ao citar “enfrenta qualquer problema leva sempre a melhor solução”, todos sabemos o quanto isso não é sempre verdadeiro, ao menos o quanto gostaríamos que fosse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implicitando a análise crítica do presente e denunciando as transgressões aos valores humanos, o discurso profético anuncia o que poderá vir. Tanto o que poderá vir se retificações forem feitas nas políticas que foram denunciadas quanto o pode ocorrer se, pelo contrário, tais políticas se mantiverem.

Freire, 2000, p.119

Buscarei não necessariamente concluir, mas alargar a tese central, lançando um substrato do que redigi. Talvez um dos aprendizados mais ricos sugeridos pela obra de Foucault seja o de buscar, no trabalho acadêmico, na pesquisa, na prática de pensar, não simplesmente assimilar idéias e coisas, mas buscar aquilo que nos permite separar-nos de nós mesmos.

A nosso ver, pelos dados coletados, pelo levantamento bibliográfico e documental, cremos que o ensinar a ser policial deve ter espaço privilegiado nas políticas de segurança pública.

Trabalhamos com a perspectiva de excelência na prestação do serviço de segurança pública. Assim, teremos excelência prestando o melhor atendimento, com o menor custo humano e material e no menor tempo possível. Cremos que somente com profissionais mais bem preparados poderemos dar conta deste trinômio, que hoje é cobrado de qualquer tipo de serviço, mormente, dos serviços públicos.

Conforme descrito no capítulo 2, o próprio texto da Matriz Curricular Nacional busca a repercussão educacional alcançada em função do custo/benefício, aliás é o primeiro ponto elencado. Nesse sentido, nada mais coerente do que se valorizar desde a seleção os profissionais mais bem preparados, inclusive, no que se refere a formação acadêmica.

Uma boa polícia, por óbvio, não pode ser refém do chefe do Executivo. Precisa, freqüentemente, saber posicionar-se para assegurar o que realmente importa e não se perder com as mirabolantes idéias que traz cada novo governante, que, por força de lei, não ocupará aquela função por período maior que oito anos consecutivos.

Creemos que, ao menos na área de formação, de inteligência e de planejamento, o aparelho policial deva contar com profissionais portadores dos conhecimentos que os cursos de mestrado e doutorado podem proporcionar, ou seja, um olhar externo trazido pelo policial que realiza pós-graduação *stricto sensu* pode contribuir para uma melhor prestação de serviços. Maior reflexão,

melhor planejamento e melhor formação poderá ocorrer em razão da experiência externa ao aparelho policial.

Por meio do processo de formação é possível agir de modo eficiente, em curto espaço de tempo e mobilizando poucos recursos, sobre as dinâmicas imediatamente geradoras daqueles fenômenos que desejamos evitar ou conter.

A prevenção pode ser ágil, rápida, barata e eficiente se o aparelho policial contar com recursos humanos formados com visão também pedagógica da atividade policial, com conhecimentos de justiça restauradora e partícipes de uma formação mais humanizadora.

Por mais agitado que seja seu turno de serviço, o policial militar não pode deixar de ter um olhar que permita refletir, não tanto sobre o verdadeiro e o falso, mas sobre sua relação com a comunidade. Ela é um movimento pelo qual, com esforços e tateamentos, com sonhos e ilusões, desprendemo-nos sobre como devemos nos conduzir para servir-lhe melhor, de forma mais humanizadora, buscando um ideal de educação institucional, conforme abordamos no capítulo 3.

Realizo pesquisas sobre o processo de formação de novos policiais, tentando conhecer e entender melhor tudo aquilo que não se pode explicar de fora, ou seja, sendo externo ao aparelho policial, não tendo as marcas e as cicatrizes que a formação policial impregna.

A decisão/vontade de produzir conhecimentos, para ser eficaz, necessita atender a qualidade formal sob pena de esvaziar o seu potencial transformador. A qualidade formal e o progresso do conhecimento científico levam em conta dois aspectos: a avaliação constante e a comunicação da produção científica. É como diz Bourdieu (1994 p.23): “a ciência é reforçada toda a vez que se reforça a crítica científica”. Pretendemos realizar uma crítica a total ausência e total despreocupação com a inexistência de profissionais mais bem capacitados para a cada vez mais complexa atividade policial.

Redigir a tese tendo em vista sua publicação é objetivo deste autor, uma vez que a área de segurança pública, sobretudo formação policial, carece de publicações, notadamente, com autoria de integrante ativo do aparelho policial, pois, certamente algumas das considerações finais e proposições permitirão “... não apenas avaliar os achados da pesquisa, mas atender ao princípio **da replicação...**”.

Tivemos a oportunidade de visitar e conhecer um pouco algumas polícias militares (Paraná, Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso) quer realizando pesquisa, quer participando de congressos na área de Educação. Destaco dois pontos que chamam a atenção: primeiro é o

número crescente de horas-aulas que as disciplinas de Psicologia e Dinâmica de Grupo ganharam nas últimas décadas na matriz curricular e o outro é a grande ênfase que passa a ser dada ao perfil do policial que deve ter excelente relacionamento interpessoal, acrescentando Filosofia, Antropologia, mais Sociologia e especialmente o deslocamento do campo do Direito para o campo da Administração, que entendemos ser mais ligada aos nossos conflitos diários.

É digno de elogio os incentivos como os que vem fazendo a FAPESB, na Bahia, e recentemente fez a FINEP, no Rio, iniciativas que devem ser consideradas por outras agências financiadoras, ou seja, segurança pública não é tema menor, é sim, ao lado da educação e saúde, tema prioritário para uma cidade melhor, um Estado mais justo e um Brasil sonhado, ou seja, com justiça social.

Considerando essa situação, durante o curso de formação de soldados, na gestão do processo ensino-aprendizagem, urge ensinarmos a gerir situações que ocorrem no cotidiano do trabalho policial; como a resolução de problemas criativamente; atentando para uma prática profissional humanizada; de forma a ampliar os limites e as possibilidades da atuação profissional.

Na trajetória dos novos policiais, estes serão testados pela sedução de todos os totalitarismos, serão cercados por todas as tentativas de opressão. Eles só terão forças, dentro de si, capazes de mantê-los dignos e íntegros, se, desde cedo, houver aprendido a recusarem a alienação e a conhecerem a força da liberdade, que no meu caso manifestou-se por meio da pesquisa acadêmica.

Uma polícia eficiente e prestativa, sobretudo nos dias atuais, precisa investir na formação cuidadosa e competente de seus integrantes. O grave rebaixamento dos níveis educacionais, dos padrões técnicos, a baixa auto-estima dos recursos humanos, o arrefecimento de valores fundamentais (o respeito à lei, à disciplina e à autoridade), a negligência com o dever, a escassez de solidariedade, em especial nas grandes metrópoles são de fato os marcos reflexivos para pensarmos como formar melhor, especialmente, os novos policiais.

A análise documental e bibliográfica permite a afirmação de que ainda é de inspiração positivista a concepção do curso de formação de soldados, assim como se caracteriza como tecnicista e conteudista, com modelo de currículo adotado no curso desde sua criação e também por ocasião de suas reformas curriculares.

As propostas, aqui elencadas, são redutíveis a uma equação simples: eficiência policial e respeito aos direitos humanos são mais do que meramente compatíveis entre si, são mutuamente necessários.

Segurança pública é responsabilidade de todos, portanto, sobretudo, nós educadores, devemos trabalhar para a implementarmos políticas públicas inteligentes e intersetoriais, que sejam capazes de humanizar a formação policial em todos os níveis e em todas os Estados da federação.

Atuar neste processo é agir também para diminuir as desigualdades, minimizar as vidas degradadas, ampliar o acesso aos direitos, reduzir o sentimento de exclusão, as estigmatizações e a cruel invisibilidade social em que vivem os oprimidos relatados por Freire.

Sobre o futuro da Polícia Militar, penso que está chegando a hora de tomarmos o remédio amargo. Um conjunto crescente de profissionais percebe que nosso modelo urge ser reformulado, todo o sistema passa por significativas mudanças, tentamos apenas, por meio da pesquisa acadêmica, trazer mais luz ao debate.

Acreditamos que com mestres e doutores e profissionais mais bem capacitados conseguiremos formar uma rede solidária de policiais militares que, inconformados com os diagnósticos sombrios a respeito da profissão, acreditam, com entusiasmo, que há caminhos seguros a serem trilhados dentro e fora da Polícia Militar.

Sobre minha pesquisa de doutoramento, desejo que subsista como semente, ou seja, que ganhe vida própria, fique autônoma, desligue-se da intenção original do autor e passe a fazer coisas que nunca foram imaginadas. Termina aqui esta minha cimbalada cujos ecos hão de repercutir e quem sabe auscultados.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; PERALVA, A. Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-4, maio de 1997.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2002.
- ALVES, R. O preparo do educador. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) **O Educador**: vida e morte. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- APPLE, M. **Ideologia e currículo**. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- _____. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.
- _____. **Política cultural e educação**. São Paulo : Cortez, 2000.
- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.
- BARRETO, V. P.(Coord.) **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006.
- BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Edusp, 2001. (Série Polícia e Sociedade, 1).
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade, 8).
- BOAVENTURA, E. **Como ordenar as idéias**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BOURDIEU , P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1998.
- CANEN, A. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.) **Currículo**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

CASALI, A. Saberes e procederes escolares: o singular, o parcial, o universal. In: SEVERINO, A. J.; FAZENDA, I. C. A. (Orgs.). **Conhecimento, pesquisa e educação**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CAVASSANI, S. M. C. **A utilização da violência na atividade policial**: da insanidade coletiva à loucura solitária. 1998. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 1998.

CARUSO, H. G. C. **Das práticas e dos seus saberes**: a construção do fazer policial entre as praças da PMERJ. Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006a.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 11.ed. rev. e ampl. São Paulo : Cortez, 2006b.

_____. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo, 2006c.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CORAZZA, S. **O que quer um currículo?** pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 3.ed. São Paulo : Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

_____.; BETTO, Frei. **Sobre a esperança**: diálogo. Campinas, SP: Papirus, 2007.

_____. **Não nascemos prontos!**: provocações filosóficas. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006.

_____. **Qual é a tua obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

DELORS, J., et all. **Relatório para UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo : Cortez/MEC/UNESCO , 1998.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

DIAS NETO, T. **Policiamento comunitário e controle sobre a polícia**: a experiência norte-americana. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

_____. **Segurança urbana: o modelo da nova prevenção.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: FGV, 2005.

DUSSEL, E. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes 1987.

_____. **Microfísica do poder.** 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.). **Paulo Freire.** Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 7 .ed. São Paulo : Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo : Editora da UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Concepção dialética de educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

_____; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da escola : princípios e propostas.** 2.ed. São Paulo : Cortez, 1997.

GABNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

GATTI, Bernardete A. **A construção da pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília: Ed. Plano, 2002.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução.** Petrópolis: Vozes, 1986.

GIROUX, H. A.; McLaren, P. Formação do professor como uma esfera contrapública: A pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: A.F. Moreira, A. F.;Silva, T. T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

GIROUX, H. **Pedagogia radical**: subsídios. São Paulo : Cortez, Autores Associados, 1983.

_____. **Os professores como intelectuais**: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.

GOFFAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1974.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1996.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GREENE, J. R. **Administração do trabalho policial**. São Paulo : Edusp, 2002.

HARDMAN, F. F. **Morte e progresso**: cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HUGGINS, M. K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

IMBERNÓN, F. **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Tradução de Ernani Rosa. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

IZQUIERDO, S. V. Culturas Institucionais e Direitos Humanos. In: ZAVERUCHA, J; ROSÁRIO, M e BARROS, N. (Orgs.). **Políticas de Segurança Pública**: Dimensão da Formação e Impactos Sociais. Pernambuco: Ed. Massangana. 2002.

LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. **Quem vigia os vigias?** um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, R. K. **Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”**: A formação policial em questão. Relatório Temático sobre Formação do Policial. Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1997.

LINHARES, C.F.(Org.). **Os professores e a reinvenção da escola**: Brasil e Espanha. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LINHARES, C. F.; GARCIA, R. L.(Orgs). **Dilemas de um final de século**: o que pensam os intelectuais. São Paulo: Cortez, 1996.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs). **Currículo**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LUDWIG, A. C. W. **Democracia e ensino militar.** São Paulo: Cortez, 1998.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Tradução de Maria de Lurdes Menezes. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio.** Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 2000.

MESQUITA, P. Violência policial no Brasil: abordagem teórica e práticas de controle. In PANDOLFI, D.; CARVALHO, J.M.; CARNEIRO, L.P.E; GRYNSPAN, M. **Cidadania, Justiça e Violência.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MICHAUD, Y. **A violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONET, J. **Polícias e sociedade na Europa.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: sociologia da força pública.** Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MORAIS, R. **Violência e Educação.** Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **Educação contemporânea: olhares e cenários.** Campinas, SP: Alínea, 2003.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (Org.). **Currículo: políticas e práticas.** 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

_____; GARCIA, R. L. **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios.** São Paulo: Cortez, 2003.

MUNIZ, J. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado apresentada ao IUPERJ, 1999.

NASSARO, L. **É possível aprender e ensinar ética?** Disponível em: http://www.esquerdapravaler.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=29. Acesso: 01 de maio 2006.

NUMMER, F. V. **Ser Polícia, ser militar**. Niterói: Ed. UFF, 2005.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, I. B. (Org.). **Alternativas emancipatórias em currículo**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA JR, E. N. **Política Pública e Estratégias de Controle da Ação Letal das Instituições Policiais em São Paulo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, 2003

OLIVEIRA, D. D.; SANTOS, S. A.; SILVA, V. G. B. **Violência policial - Tolerância Zero?**. Goiânia: Editora UFG, 2001.

PADILHA, P. R. **Currículo intertranscultural: Novos Itinerários para a educação**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6.ed., rer. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.C.. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, P. S. et al. **A formação básica dos policiais no Estado de São Paulo relatório final de pesquisa**. NEV/USP : São Paulo, 2001.

PIOVESAN, F. Pobreza como violação de Direitos Humanos. In **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social** (Org.). Marlova Jovchelovich Noletto e Jorge Werthein. Brasília: UNESCO, 2003.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual Básico de Policiamento Ostensivo. M-14-PM, 1992.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Tiro Defensivo. M-19-PM, 1999.

PONCIONI, P. **Tornar-se policial** : a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

REIS, H.H.B. **Futebol e violência**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

RODRIGUES, N. **Elogio à educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Glórias e misérias da razão: Deuses e sábios na trajetória do mundo ocidental**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSA, M.V.F.P. C.; ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edição Afrontamento, 1987.

_____. (Org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania Direitos Humanos: Educando para a democracia. Sugestões de atividades. 3.ed. 2000.

SAPORI, L.F. **O treinamento como ferramenta de reforma policial na sociedade brasileira**: perspectivas e limitações. In: Seminário Interpretações da Violência Urbana no Brasil, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20.ed. rev. e ampl. São Paulo : Cortez, 1996.

SOARES, L.E.et al. **Violência política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1996.

_____. **Meu casaco de General**: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, L.E.; BATISTA, A.; PIMENTEL, R. **Elite da tropa**. Rio de Janeiro : Objetiva, 2006a.

_____. **Legalidade Libertária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006b.

_____. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006c.

TORRES, C. A. **Democracia, educação e multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. Tradução de Luiz Henrique de Araujo Dutra. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

Sítios Consultados

www.luizeduardosoares.com.br (acessado em 10 de maio de 2007).

www.mj.gov.br/senasp (acessado em 10 de maio de 2007).

www.polmil.sp.gov.br (acessado em 10 de maio de 2007).

www.capes.gov.br

*Coleção Memória da Pedagogia, revista **Viver Mente & Cérebro**, publicado na internet, seção Educação no*

Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, e ao Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983

ANEXOS

ANEXO A: *ENTREVISTA COM O PROFESSOR CORONEL MARCONDES*

PRIMEIRA ENTREVISTA

São Paulo, 27 de abril (sexta – feira) , 16h45, iniciou a entrevista com o Professor Coronel Marcondes, esclareço ao Comandante que esta entrevista terá cunho exclusivo científico, ou seja, fazer parte da PUC São Paulo, ficando registrada no trabalho de Doutorado, na Tese de Doutorado, na minha, Tenente Ronilson, portanto, o que for dito, será divulgado sem a identificação do entrevistado.

O nome do entrevistado só interessa ao pesquisador, para a pesquisa, o que interessa é a função, portanto, estou entrevistando um ex-comandante do Centro de Formação de Soldados, que é o objeto da minha pesquisa e que foi responsável durante um certo período pela formação dos soldados na capital, então, passo esse conhecimento ao Coronel para que ele saiba ainda a responsabilidade do pesquisador e o respeito a suas normas, ou seja, essa pesquisa (repetindo), o que aqui for dito não pode ser usado para uma outra finalidade que não seja a pesquisa para Doutorado para a PUC de São Paulo. Então eu passo a fazer as perguntas para o Coronel.

1) Tenente Ronilson – Então no primeiro momento Coronel, você pode falar brevemente da trajetória do senhor, em especial como Coronel, onde você teve a oportunidade de atuar como Coronel e depois mais especificamente um pouco da chegada do senhor no Centro (de Formação de Soldados).

Coronel Marcondes – Como Coronel eu comecei na Casa Militar, ou melhor, fui promovido na Casa Militar, onde exerci a função de Diretor de Defesa Civil do Estado de São Paulo, de lá, eu fui convidado para tentar revigorar o policiamento de trânsito que estava tremendamente em crise, e graças a Deus a gente conseguiu. Saindo do policiamento de trânsito fomos convidados pelo Secretário Tripoli, do Governo Mário Covas, a assumir a Polícia Ambiental, exatamente com a mesma opção, tentar revigorar a Polícia Ambiental... (toca o celular).

Então, só voltando, fui para a Polícia Ambiental tentar fazer a mesma coisa, que seria “modernizar” a polícia que já era cinquentenária, e como toda reforma causa um pouquinho de

dores, então a gente deixou amigos, inimigos e mais tarde os inimigos viraram amigos. De lá houve um tempo em que aproveitei em descanso e depois, reassumi, voltando para Pirituba, e lá, praticamente encerrei minha carreira formal, de lá ainda fui transferido para o CAES e mais alguns lugares, mas, meramente um papel.

Eu considero como a última unidade formal, a Escola de Soldados Militares.

2) Tenente Ronilson – Durante o período em que o senhor foi Comandante do Centro de Formação de Soldados, o senhor teve a oportunidade de realizar viagens ou cursos, para a Polícia ou fora da Polícia dessa natureza? Enfim, o senhor fez viagens de estudos sendo Comandante do Centro de Formação de Soldados ou realizou algum curso com o incentivo da Polícia?

Coronel Marcondes – Não. Durante o período de Pirituba, (talvez até por curiosidade), tenha passado pouquíssimos coronéis que tivessem habilitação de ser Diretor de escola. Então, coincidentemente, e coincidência mesmo, a polícia nunca procurou saber quem tinha essa formação, mas, eu fiz Pedagogia, fiz Administração Escolar, por minha conta, sem nenhum incentivo da Polícia, agora, durante o período propriamente dito, não.

Mas, há de se explicar também: Infelizmente, certas funções de Coronel, já estão tão próximas da aposentadoria que a Polícia praticamente deixa de investir nesse profissional, seria um investimento com uma validade muito curta, então, acredito que isso desestimule a polícia e também, obviamente, muitos dos profissionais que chegam à essa idade, já não querem saber de estudar. Então, há um descompasso entre a necessidade de atualização e a própria polícia, que acha que o Comandante já está em final de carreira, se ele fizer o dia-a-dia, já fez bem demais.

3) Tenente Ronilson – Quais eram as prioridades e as orientações que faziam parte da postura do senhor para conduzir o curso de Formação de Soldados?

Coronel Marcondes – Quando chegamos em uma unidade nova, principalmente com a responsabilidade dessa, eu acho que a principal coisa e acho que..., foi, não interferir em nada sem conhecimento. Até alertei a equipe da época, de que todos deveriam continuar fazendo o que vinham fazendo, até para eu perceber o que era bom e ruim, e não chegar lá e falar: “De hoje em diante é assim ou assado”, eu poderia com uma determinação dessa estar piorando o rendimento da escola, então uma das coisas: “vamos fazer o que vínhamos fazendo”.

Segundo: Depois de algum tempo, já com um pouco conhecimento, nós vamos moldando aquilo que pode ser alterado, mas, a prioridade, e o que lamentavelmente não foi estabelecido

pela polícia, mas, por mim, é criar situações para que o aluno se sentisse bem na escola. E, ele se sentindo bem, naturalmente teria um rendimento melhor daquele aluno e teria problemas de disciplina, já que o curso é bastante severo, se tiver algum descontente ou algum insatisfeito com o ambiente escolar então, aquilo deve ser um verdadeiro inferno. A idéia era transformar aquilo, para que você tivesse um prazer ao chegar, se não tivesse esse prazer, não tivesse ao menos, medo de estar lá. “Sentir-se bem na escola”, essa foi uma das prioridades que a gente deu naquele comando.

4) Tenente Ronilson – Ok. Mais um reforço: Os coronéis que eu entrevistarei, a idéia de não entregar; eu já tenho esse questionário pronto, eu poderia entregar para o senhor antes, mas, não. A idéia da entrevista para o trabalho acadêmico é exatamente essa, da descontração, daquilo que primeiro vem na mente, isso é mais forte.

Para o processo de formação de soldados, o senhor acredita, o senhor percebia na época alguma influência política via SSP (Secretaria de Segurança Pública), ou via Comando Geral da Polícia, no sentido de influenciar o processo de formação dos soldados. Do tipo: “Quero dessa forma, faça desse jeito...”. Existir sempre existe, mas, saber em que grau, em que forma,

Coronel Marcondes – Eu diria até o contrário. Eu lamento que não tivesse, eu gostaria muito que tivesse ingerência para melhorar. Então não tinha. Ou melhor, se há ou não depende muito mais do Comandante do que do Gerente. O Comandante se limita a comparecer uma vez por ano a Festa de Formatura e acabou. Então ele acredita que lá, ou esteja ocorrendo tudo bem ou cada um cumprindo sua obrigação. Nesse sentido, o que poderia ser pejorativo, “não, não tem interferência”, ao contrário, eu acho que deveria ter interferência pra melhor, porque nem todos podem estar empenhados em que aquilo melhore. Têm que haver uma supervisão muito mais próxima para perceber esse tipo de coisa. O que a gente percebe, e que é muito nítido: Você fica preso à uma programação de ensino, então você tem pouquíssimo tempo para inovações, ou para atividades extra-curriculares. É muito complicado quando você percebe que determinada matéria poderia até ter uma abordagem diferente, mas, como é obrigado a cumprir as normas do ensino... Eu só acho que as normas do ensino deveriam ser permanentemente revisadas, não à cada dois, três, quatro anos... Corre o risco de você fazer hoje alguma coisa, que era feita da mesma forma há quatro ou cinco anos. Isso não é bom porque aqui fora as coisas evoluem muito

rapidamente... Então, quanto à pergunta, se havia ingerência como fator negativo, não, não havia nenhuma, o que pra mim também é negativo. Eu acho que a ingerência deveria ser no processo de cobranças, no processo de coisas inusitadas, e daí eu cito um exemplo: Quando a gente mexeu na simples formatura do policial, que era uma cerimônia militar de uma hora e meia, duas horas, cansativo para todo o mundo, e a gente colocou algumas atividades, para que ele [o policial] executasse na formatura, desde um quinquênio, até uma abordagem de um cidadão na rua, daí você transmite duas coisas. Primeira: Para a população, que vai lá e assiste, ela tem uma gotinha do que é ensinado dentro da escola, ela não deve ser uma caixa preta, ela deve ter uma ligação feita com o que a sociedade espera da polícia. E segundo: Para o aluno, que assiste uma formatura dessa, ele se dedica muito mais à aula, porque ele sabe que vai ser examinado por um público já no dia da formatura, se ele trabalha bem ou se ele trabalha mal. Então tudo isso, que parece ser apenas perfumaria, não é. Ela tem um objetivo de mostrar: “Olha, eu aprendi isso durante a escola, isso é só uma amostra, imagine só o que eu sei fazer”. Ao contrário de você ficar, duas, três horas em pé, quase que um teste de resistência para mostrar que você consegue ficar sobre o Sol quase três horas, não vejo muito vantagem nisso.

Essas são as mudanças possíveis, eu não posso interferir na carga horária e nem devo porque senão, cada conceito teria um formato, mas, que as matérias deveriam ser constantemente revistas, eu acredito que sim.

5) Tenente Ronilson – Hoje, na inatividade, o senhor exerce ou exerceu alguma atividade remunerada ligada à área de Educação?

Coronel Marcondes – Não. Eu tive muita sorte. Alguns meses antes de completar os cinco anos de Coronel, quando pela Legislação você é obrigado a sair da Polícia, eu recebi um convite para trabalhar em uma empresa, e nessa empresa (coloque quantas interrogações quiser, porque foi a mesma coisa que eu fiz), fui entrevistado pelo presidente da empresa, que queria alguém que trabalhasse na parte de relações institucionais, quando perguntei: “O que faz”, “também não sei, acabamos de criar esse setor” [disse o presidente da empresa]. Eu vim para assumir um setor com todos os receios da vida, como é que a empresa e um coronel (aliás, um pioneiro do grupo), como eu seria recebido pela empresa? Para surpresa minha, fui muito bem recebido. Seis meses depois, eu fui minado diretor da empresa, do grupo, mas, não com atividade de ensino. Lógico que estou falando do ensino acadêmico. Muitas características do sistema de ensino são oferecidas dentro

do grupo, tem muitos treinamentos e esses tipos de coisas... E muitas das coisas, aí sim vem a parte do conhecimento profissional, que na polícia você aprende, aplica, até sem perceber, aqui não existe. Então a parte de logística, a parte de distribuição, a parte de itinerários, um monte de coisas eram feitos de uma forma que, chegando de fora você percebe que estava errado, mas, quem está aqui dentro não percebia porque cresceu com os erros. Então, isso me fez alterar toda a organização do grupo, aí sim, existe toda uma parte tática... Vamos fazer que isso surja dos colaboradores para nós, também incentivar o colaborador para sugerir que as coisas mudem para melhor.

De forma acadêmica, nenhuma atividade de forma remunerada.

6) Tenente Ronilson – De forma mais específica para o processo de formação de soldados, qual o perfil de oficial para servir em uma escola de formação de soldados? Quais as características que esse profissional deve trazer?

Coronel Marcondes – Ronilson, vou te responder o que acho que deve ser o perfil do oficial, esse perfil do oficial, eu não diria para o soldado ou para o policiamento. Mas eu diria do oficial, se ele tiver esse perfil eu acredito que ele sirva na guarda, sirva no quartel, no policiamento, como igual e real valor.

Eu sempre disse, e eu tive a sorte (eu digo sorte, depois explico o por quê) de comandar a polícia de trânsito logo após a unificação da Polícia Militar, da Força Pública com a Guarda Civil, e eu acabei pegando um Pelotão, Primeiro tenente com 21 anos, peguei um pelotão que a média de idade era 40 e fui obrigado a verificar pessoas com a idade do meu pai e me contar seus problemas domésticos, pedir conselho pra mim e todo esse tipo de coisa. Isso é uma característica. Segundo: Que tipo de respeito eu poderia impor em cima de policiais que tinham o dobro da minha idade, com ensino muito mais na atividade do que eu... Mas eu percebi uma coisa. A tropa primeiro, ela é muito solidária e isso eu posso falar que vale também para o ensino. E é muito confortável pra ela quando o policial é bonzinho, e o policial também se sente confortável, porque ele sendo bonzinho, aparentemente ele não tem problema. Só que, a produtividade cai, a disciplina cai, tudo de forma geral não é potencializado.

Por outro lado, se você for impor qualquer tipo de medo, você tem, aparentemente também menos problema, porque todo mundo respeita, todo mundo é “sim senhor” e ninguém

faz o que você manda, eles conseguem te ludibriar direitinho. E eu cheguei a uma conclusão. Não existe oficial bonzinho e o oficial que impõe pelo medo, se você for uma pessoa justa, é o suficiente. Uma pessoa justa vai recompensar o que fez bem e vai punir o que fez mal. Esse punir, não no sentido de punição legal, mas, de uma forma educativa. Então você tem, por exemplo, no policiamento. É uma falta chegar atrasado no serviço. Agora eu pergunto, dentro de uma cidade como São Paulo, como é que você pode fazer uma previsão de todos os horários? Não pode. Então, poderia cumprir o regulamento e punir os policiais que estão chegando atrasados (estamos falando de dez, quinze, vinte minutos). “Vocês chegaram atrasados, já estão na escala extraordinária que venha a acontecer”. Outro fala: “Nós precisamos de dez policiais para fazer uma atividade extra”, eu ia naquela “escalinha”, e não escalava o pessoal que chegou na hora, que era a forma de premiar. Dessa forma você tem o equilíbrio, ele sabe que está sendo escalado no fim de semana dobrado porque chegou atrasado. Com certeza ele prefere isso do que ser punido pelo regulamento, ficar naquela angústia... Não tem cabimento na escola, você cria um ambiente tão artificial que você não avalia o aluno. Você estabelece tantos regulamentos que você não conhece a pessoa, você conhece o aluno, que está dentro de uma latinha e não pode se mexer. É necessário ter controles flexíveis para que saiba com quem está lidando, se esta pessoa está fora dos padrões normais, você vai tentar trazê-la para dentro do padrão; para que ele esteja convencido de que está errado e não que está sendo punido por ter feito isso ou aquilo. E obviamente quem não se enquadrar, não poderá ser da Polícia Militar, até por uma defesa dele próprio, quem não tiver pendor para a atividade, vai sofrer demais, vai se angustiar demais, vai se expor demais, e não é isso que você tá querendo.

Para ele ter uma pessoa equilibrada, desde a escola, você tem que ter momentos, não que a disciplina seja flexível, mas que a indisciplina não possa se manifestar. Ter atividade social “vamos todos assistir o jogo do Corinthians”, levar o pessoal pra assistir... “Infelizmente temos um colega que faleceu, vamos todos lá”... Como é que ele se comporta, qual é o íntimo dessa pessoa?

Criar situações onde ele possa se expor como pessoa. Saber com quem está lidando e não criar um ambiente artificial onde eu coloco um oficial em cada esquina, dentro da escola de Pirituba, eu tenho certeza, não haverá nenhum ato de indisciplina, mas, quando se formar, terá um bando de loucos nas ruas, porque estarão livres...

Então é isso, para que a pessoas saiam da escola sabendo cair, sendo pessoa e tendo saudades da escola e não graças a Deus me livrei da escola.

7) Tenente Ronilson – O modelo de formação hoje, ainda permanece: Um ano de curso, oito meses de básico e quatro meses de especializado. O que o senhor pensa desse modelo? Enquanto Comandante do Centro, havia propostas de modificação?

Coronel Marcondes – A gente não adianta discutir o tempo, mas, o aproveitamento do tempo. Eu posso ter oito anos de curso e não ter aproveitado bem e posso ter um ano de curso e ser pós-graduado em alguma coisa... Não discuto tempo, mas a forma e a qualidade. Em que sentido? Eu acredito no seguinte: Durante muito tempo a academia era considerada de nível superior, quando diz “considerada”, é como se estivesse falando que não é. Então, “não é, mas, vamos considerar como se fosse”. Então é complicado. Venceu-se essa etapa, graças a Deus e a alguns iluminados, você passou na Fuvest, então, passou em um curso superior. Isso mudou o status do oficial, o oficial indiscutivelmente têm o curso superior, antigamente você só tinha certeza de ter o curso superior se você tivesse algum foco... A Escola de Soldados, com as recentes reformas de ensino público, tem o curso técnico de segurança, que é de nível superior, e tem a carga horária parecida com o da Escola de Soldados. Então temos adaptações de carga horária e pouquíssimas adaptações físicas, (por exemplo: já que o curso técnico de segurança exige uma biblioteca especializada, você tem que ter essa biblioteca para requerer).

Se você preparar a Escola de Soldados aos moldes de uma Anhembi Morumbi ou de qualquer outra faculdade, você pode muito bem pleitear que aquilo seja um curso superior técnico de segurança. Dessa forma acredito que, primeiro: Institucionalmente, você teria uma polícia de nível superior, porque? Porque o curso técnico é superior, a academia é superior, teríamos uma polícia de nível superior. Isso institucionalmente, isso decorre das demais vantagens de que quem tem nível superior prefere.

Segundo: Não adianta falar “você é o melhor policial do mundo”, você tem que dar o título de melhor policial do mundo a ele. Então, você fez um curso e agora seu nível é de estudo superior, são pequenas coisas que não gastariam nada, só a famosa vontade política... Que não sei bem o que é, mas ela se encaixa aqui, a vontade política de tornar em curso superior. Durante muitos e muitos anos, a polícia inteira (entenda-se Comando), preocupou-se com a Academia, dar o status para a Academia, conseguido esse status há um relaxamento normal. Você planeja e

alguém deve executar, você administra e alguém faz... Se esse alguém não estiver também preparado não adiantou nada. Você investiu na cabeça e deixou a polícia sem pernas. Imagino que com pouquíssimo esforço nós teríamos o curso técnico superior e o nosso soldado seria um técnico em segurança de nível superior. Muito melhor do que ser por si só um policial militar que já é um tremendo lucro, mas, se por ventura ele sair da polícia ele já não é mais nada, ele tem um curso que não significa coisa nenhuma. Não estamos pensando que “o homem vai embora”, mas, nós mandamos ele embora! Na carreira, por qualquer motivo ou desvio ou inadaptação ele acaba saindo da polícia, e aí, jogou fora? Nós teríamos que prepará-lo sem o medo, porque ter o medo de prepará-lo para ir embora? Eu tenho que dar a condição a ele de escolher se o ambiente que está é bom ou se pode ir para algo melhor e não escravizá-lo: “Aqui na polícia você tem a carreira de praça garantido” se você sair daqui não é mais nada na vida, estou te prendendo como uma ameaça, um assédio moral... Não é justo, a polícia tem que dar meios para que ele sobreviva e muito bem lá fora e muitos outros meios para que ele não queira sair. “Melhor ficar aqui porque se sair você não serve para nada”, se não serve pra nada, serviu só para ser polícia? É uma incoerência já que polícia é uma somatória de outras faculdades, para que ele quererá se vira “fora”, sendo que aqui ele se realiza? Mas, aqui ele não se realiza... É injusto falar: “É bom ficar aqui por que lá você não serve para mais nada”.

8) Tenente Ronilson – Quais são os cursos que as instituições de ensino oferecem que o senhor entende que agregaria mais valor na formação do oficial, qualidade no atendimento...

Coronel Marcondes – É bom sonhar. Um, seria o curso de Direito, se eu tivesse o poder, até para os oficiais, eu exigiria que tivesse o curso de Direito antes, assim como os delegados. Hoje os oficiais se formam com 20, 21, 23 anos, ótimo, parabéns, mas, e a maturidade? Se você exigisse primeiro o curso de Direito, você teria um nível de maturidade um pouquinho maior, mas, com uma base muito maior que a comum. O Direito não é só para que ele trabalhe bem, mas, para que ele saiba o porquê das coisas e que ele não cometa nenhum erro sabendo que aquilo é julgado. O Direito é fundamental.

Fora isso, quaisquer cursos: De Relações Humanas, de Administração, de tudo, e principalmente às áreas ligadas à Informática. Nós formamos uma discussão muito importante há décadas: “Quantos homens precisamos para policiar São Paulo?” Se você for imaginar o crescimento da população.

**ANEXO B: ENTREVISTA COM EX-COMANDANTE DO CENTRO DO CENTRO DE
FORMAÇÃO DE SOLDADOS - Cel Rubens Casado**

SEGUNDA ENTREVISTA

Esta entrevista tem única e exclusivamente o fim de dar suporte à uma pesquisa em andamento desenvolvida na PUC-SP, sob orientação do Professor Mário Sérgio Cortella, eu, orientando Ronilson, proponho-me a entrevistar o ex-comandante do Centro de Formação de Soldados, com o objetivo de montar um histórico do processo de formação de soldados, de conhecer um pouco mais da interpretação que os ex-comandantes têm do período em que atuaram na Escola de Formação de Soldados.

1) Ronilson – Quais eram as prioridades e as orientações ao chegar ao posto de Coronel, que o senhor recebeu ao assumir o Centro de Formação de Soldados?

Cel Rubens Casado – Antes de chegar ao Centro de Formação, eu não posso deixar de reportar a minha unidade anterior. A minha unidade anterior foi o 24º Batalhão de Diadema, para onde eu fui transferido após o evento da Favela Naval. Chegando em Diadema, fiquei praticamente dois anos e dez meses e um período em que tínhamos que resgatar o nome da Instituição, que vinha num quadro doloroso para a corporação que é o fatídico caso da Naval. Não fiquei muito surpreso pela forma que já pensava da polícia e do policial, eu fico muito tranquilo em abordar isso, o policial que está na rua, que está mais próximo, o operacional... Enquanto na minha vida, na minha carreira, tendo sido soldado, tendo passado por todos os postos e graduações e voltando a lembrar de um lado muito crítico em minha formação de soldado. Isso foi em 1967, 1968... Fiz uma parte em São Paulo e uma parte em Santos.

O que não me causou estranheza, mas, de certa forma indignação é que pouco se fala em prevenção, nós nos preocupamos muito na Escola de Formação em dar uma dosagem de Direito... Direito disso, Direito daquilo... Mas o lado da prevenção que é o fundamental, o que devemos praticar, o que devemos revistar, nós pouco abordamos. Abordamos sim, mas, deveria ser em uma carga mais elevada. Senão, nessa dicotomia que ficamos. O prevenir e o punir, deve prevalecer o prevenir.

Mas isso, lamentavelmente, e acho que em todas as instituições uniformizadas de polícia, elas fogem um pouco desse objetivo primeiro e caem nas margens de só prender, só prender, só prender... Achando que, a forma mais correta de diminuir a criminalidade é a repressão.

Então, acho que esse lado de trabalhar na prevenção é fundamental na vida do policial, é fundamental no cotidiano. É prevenindo que você consegue avanço, você economiza gastos, você poupa vidas, mas isso lamentavelmente eu não vejo com muito alento em muita gente.

De uns cinco ou seis anos pra cá, começa a se falar um pouco mais em prevenção, mas outrora não se falava tanto. Talvez por circunstâncias do momento político, de um momento de recursos das instituições.

Na Escola de Formação eu tentei levar esse olhar de prevenção, por esse olhar de prevenção e também por outro olhar que nós temos que nos preocupar muito, com a vítima. Dentro dessa figura, que o pessoal gosta muito de prender e fazer repressão, ele está muito mais preocupado com o autor do que com a vítima. Nós temos que nos preocupar com o autor sim, mas nós temos que ter em primeiro plano a vítima. Não podemos possibilitar, e até uma redundância, que haja possibilidade de vítima.

Quando você trabalha para que não exista vítima, você está trabalhando com prevenção, então, o foco principal das escolas deve ser primeiro a vítima, ou seja, a pessoal. Em um delito você têm dois protagonistas: o autor e a vítima. E temos que estar muito focados na vítima, nós estamos olhando o miliante, não estamos olhando o que pode acontecer com aquela pessoa, não estamos fazendo um trabalho de prevenção e orientação, até para que uma pessoa quando pega em descuido, caia nas mãos do miliante.

Não quer dizer que vai resolver o problema, mas é um foco que deve ser visto e a minha preocupação na Escola de Soldados é que a prevenção se exaltasse e tivéssemos um olhar para as pessoas, para as vítimas. Isso é fundamental, mas, precisamos caminhar juntos e a classe caminhando... Já participei de alguns grupos que já vejo capitães pensando dessa forma, talvez a médio e longo prazo... É uma semente que foi lançada e cultivada pra ver se consegue dar frutos maiores na corporação.

Se ficarmos com foco na punição, não temos razão praticamente de existir. Esse lado da escola vi lá em Diadema, esse trabalho de orientação do policial, este trabalho de orientação das possíveis vítimas, das pessoas em situação de risco nós temos que trabalhar muito forte.

Temos que aperfeiçoar os conhecimentos de Sociologia, quando estamos na academia: “pra quê sociologia”, falar em Antropologia? “o que é isso?!”. Achar que segurança é um assunto transdisciplinar, interdisciplinar, antigamente isso era um absurdo, uma heresia, você estaria fadado a estar no cativo.

Hoje começamos a ver que a segurança não é coisa exclusiva da polícia do estado, é coisa de um conjunto de procedimentos.

2) Ronilson – Se pudéssemos pensar em um tipo de profissional ideal para servir na Escola de Formação, ou seja, na visão do senhor, como deve ser o tipo de profissional que virá a ser um oficial, um sargento, que vá servir a Escola de Formação de Soldados?

Cel Rubens Casado – Eu defendo a seguinte tese. Nós temos que ter uma escola de servidores, nós não temos uma escola de servidores. Formar em uma escola de formação, em uma academia, em uma escola de soldados e outras que temos aí, não estamos vendo se o camarada tem um pendor, tem aptidão, se tem o carisma...

Então, para isso acontecer, você tem que fazer uma análise muito profunda e verificar se aquele profissional, oficial, graduado, sargento... Tem que ter amor à causa, gostar de ser servidor para que ele possa efetivamente vender o peixe dele e acreditar no que ele faz. Se nós não amarmos, não termos a plena consciência, você não consegue transmitir. Você vê nos olhos, na postura na sala de aula que está ali por estar. Se você não tem amor naquilo, se não respira aquilo, se não viver aquilo que você faz, a proposta que é servir efetivamente, mas não ao lado de um proveito maior. O lado servir.

Na Escola de Formação de Soldados isso é o básico, o mais importante, porque todos os instrutores dali são espelhos. Eu me lembro do Cabo João no antigo Batalhão de Guardas, foi em 67. Ele não tinha uma boa dicção, não tinha muita instrução, mas ele respirava a corporação, você via que ele gostava daquilo. Isso foi em 67/68, até hoje eu não esqueço do Cabo João.

Assim como não esqueço na academia do Coronel Torniete, você via nos olhos dele, ele falava e você acreditava, por que ele gostava da corporação. Isso é fundamental, o cara na área gostar, gostar de gente, gostar da sociedade e estar pronto para servir a sociedade.

Os mais rígidos devem ter a consciência de que devem moldar o homem para serviço da sociedade. Não é para saber que você não deve estender a mão para o superior se você é subordinado, espera aí.

Se não têm a consciência, do que interessa um cara com a bota engraxada ou o cabelo cortado ou dentro do quartel? Esses oficiais que são mais energéticos, devem ter dentro dele um valor maior. “Eu estou apertando, para que ele seja disciplinado para viver...”

Quando eu estava no DPM e fazia as patrulhas disciplinar eu era inflexível com duas coisas: Quando encontrava o cara dormindo ou com a arma suja... Não porque está no regulamento, mas, porque ele não está pensando na vida dele, não está pensando que pode ser morto, se pegarem sua arma, vai servir pro bandido. Ele tem que cuidar da arma dele porque é o único instrumento que ele tem para defesa da sociedade e dele...

Se estiver dormindo entra no código penal número tal, tudo bem, que entre no código penal, mas, porque está dormindo? Esses valores básicos de cumprimento de ordens, de disciplina, mas, no sentido de talhar o homem a cumprir o papel que ele se propôs. Se ele se propõe e não dá certo, “tchau e benção”, não é aqui.

3) Ronilson – Comandante. Eu sei que o senhor têm experiências pós-corporação, mas, ainda na corporação, o senhor teve alguma viagem no Brasil ou até mesmo no exterior que de alguma forma contribuiu para o olhar do senhor sobre polícia, não necessariamente sobre formação, que é o foco da pesquisa. Mas, essa experiência que o profissional traz, não sei se o senhor fez na época a viagem do CAO, a viagem do CSP, ou como Coronel visitar uma outra polícia...

Cel Rubens Casado – Eu, por questões de foro íntimo e não concordando como as coisas que acontecem, eu me neguei a fazer as viagens do CAO e o CSP . O CAO foi para a Argentina e não conheço aquele país até hoje e outros do grupo foram pro Chile e meu CSP foi pro Canadá. Eu penso que viagem de estudo tem que ser pra te ajudar no teu estudo, não pode ser nas costas do aluno, então por isso eu não fui. Eu me recusei a ir, tanto na viagem do CAO quanto do CSP. Não era lógico que minha corporação me pôs no curso pra ser Major tem que ter CAO e pra ser Coronel tem que ter CSP e me coloca nas costas o encargo de uma viagem de estudo, uma viagem de estudo que o Governo pague, não querendo explorar mas é uma visão mais ampla da coisa. Não posso gerar uma despesa na minha casa para cumprir uma tarefa que é do governo.

Mas, no trabalho de polícia comunitária, visitei vários Estados, fui ao Japão e... Lamentavelmente, o Estado de São Paulo de um certo tempo pra cá, perdeu muito do cenário nacional em termos de polícia. Se você vai discutir isso, vai no Senasp ou nos outros encontros, você vê que as polícias militares de outros Estados estão avançadas e ao passo que o Estado de São Paulo! e eu ouvi uma crítica dizendo que o o Estado de São Paulo parou. O conhecimento do Estado de São Paulo, 'nós somos os melhores', não! Conhecimento não é assim, então, nós vemos em outras polícias que estão tentando acertar... A Polícia Comunitária quando chegou ao Estado de São Paulo, hoje você tem Polícia Solidária, Polícia Interativa, Polícia isso... Porque os outros Estados estão tentando aperfeiçoar e melhorar a qualidade do serviço...

Precisa melhorar o ato de polícia, pensar ao fazer. Você sabe quando o cara precisa ser preso, mas precisa ser preso daquele jeito? Precisa meter algema no camarada? O grande problema nosso nós sabemos, só que nós precisamos melhorar o ato de polícia, ninguém nega o conhecimento que nós temos, mas, nos outros Estados eu vejo que eles estão buscando isso, melhorar a qualidade do serviço, melhorar o ato individual, o ato corporativo, São Paulo parou um pouquinho. Pela experiência eu também sei e entendo que nem toda a experiência da Polícia do Japão dá pra você aplicar em São Paulo, eu estive lá e quando disse que minha preocupação maior era com o pobre, com o morador de rua, o chefe da agência lá disse: "Não, nós não queremos saber disso". Três inspetores do Japão vieram à São Paulo e eu fiz questão de montar uma operação e levá-los para a realidade, quando os levei na boca do lixo, na Cracolândia, quase que eles morreram.

Aí eu disse: "Quando eu dizia que São Paulo tinha esse problema social e a polícia não pode estar afastada do social, o seu chefe lá no Japão criticou".

Então veja, nós temos que melhorar nosso hábito, porque nosso problema antes de passar pelo criminal, passa pelo social. Isso temos que ver, algumas unidades da federação têm estudado. Rio Grande do Sul... Espírito Santo que me deixou surpreso quando descobri que lá têm uma polícia interativa, se eles buscaram essa tecnologia, é sinal que alguém está estudando e buscando se aprofundar lá... O Rio de Janeiro também têm. Isso é fundamental para a gente e na experiência que tenho visto, agora, fui convidado para participar do Curso de Polícia Comunitária para o Panamericano. Vai ser mais um encontro pra saber o que os caras estão buscando, quais são as novidades, o que está evoluindo.

Tem muitas coisas que São Paulo têm que ser mais humilde e entender que o conhecimento ocupa espaço e outra, conhecimento é um dom divino, eu não posso ter na minha idéia que só eu sei, não! Quem se fecha nesse mundo está fadado a cair, a ruir, a se destruir.

4) Ronilson – Sobre o trabalho noturno, o que o senhor pensa no sentido de instrução aos recém-formados?

Cel Rubens Casado – Eu não sou contra o trabalho noturno, inclusive quando me posicionava de forma meio crítica, não gostava muito de uns eventos que o pessoal fazia a noite, porque é soltar bomba! Soltar bomba no meio do mato é uma ilegalidade, gente! Quando eu passei na Academia, até com o Coronel Marinho, não sei hoje como é que está a Academia, nós tentamos incluir em cada ano uma carga horária como faz as faculdades, os estágios. O estágio não pode ficar solto, ele faz parte de uma disciplina, ele deve ser curricular. Eu não posso pensar: Ele faz dez meses de curso e dois meses de estágio, não, não é isso.

Radicalmente nós precisamos pensar o estágio, ele é parte, é hora-aula, e precisa ser pensado. Tem que ser feito à noite, quais são as variáveis possíveis, quais são as situações adversas, como abordar um carro?

Eu e o tenente Xavier iniciamos a idéia de fazer a cidade cenográfica, em um lugar maior, algumas condições, ainda que não fosse reais, mas, o mais próximo para o camarada aprender.

A polícia precisa repensar o modelo de estágio.

Hoje temos o infocrim e uma série de medidores, então você pega os dados de incidência criminal, deixa o cara lá trabalhando uma semana e depois mostra pra ele que o trabalho deu resultado, se não mostrarmos a ele o resultado, não vamos avançar.

Tem um Coronel amigo meu, gosto muito dele, da minha turma, e ele era Capitão da área de Mogi das Cruzes, aliás, um dos melhores profissionais que eu conheço. E ele falava que, junto com a companhia, localizava onde tinha os homicídios, e via depois de um mês como estava, porque tinha sido feita a prevenção. São formas e devem ser trabalhadas no estágio.

Do que temos medo? De colocarmos alunos em locais críticos, mas, tem locais que podem ser colocados e medir os resultados, se não mostrar e discutir os resultados, nunca vão entender a prevenção.

5) Ronilson – Pensando no estágio, o modelo hoje de formação de soldados, no processo de um ano, ainda está dividido em 8 meses do período básico e 4 meses no período avançado. No seu modo de ver, atende a necessidade ou deveria ser modificado?

Cel Rubens Casado – Não me lembro, o que eram os quatro meses avançados?

6) Ronilson – É aquele período em que ele fica ligado ao Centro de Formação, mas, voltado a Polícia Comunitária, antes, fazia trânsito, fazia Choque, ele saía do Centro e começava a estagiar, então vem para o Largo da Batata, enfim...

Cel Rubens Casado – Eu discutia muito com o Cel Michelini, e uma vez ele veio me trazer um trabalho, e ele colocava: No primeiro ano têm que fazer policiamento a pé, no segundo ano, polícia comunitária, no terceiro ano pode ser motorista, no quarto pode ir pro shopping, no quinto pode ir pros bombeiros... Na época eu recriminava muito isso, mas, acho que ele tem que ser um bom policial, com espírito comunitário. Não basta só dizer que é, tem que ter o espírito comunitário.

Eu acho que nesses quatro meses têm que intensificar, senão ele vai querer ser bombeiro, e nunca viu o que é ser polícia. Concordo com esses quatro meses para melhorar o ‘feeling’ do camarada, para que desenvolva o espírito que é necessário, senão, bota na muralha, bota no camburão, bota de sentinela; nós perdemos uma oportunidade e o Estado está investindo em um camarada que não está apto para o serviço que se propôs a fazer.

7) Ronilson – Há um grupo dentro da polícia que acha que para dar aula para os policiais, só os policiais. E há outro grupo que não, que entende que ter professores civis, no Centro de Formação, na Academia... De tal forma que esses profissionais possam trazer informações absolutamente válidas, positivas para o trabalho. Qual a opinião do senhor?

Cel Rubens Casado – Eu acho que isso é uma visão medíocre, muito medíocre. Hoje, três anos fora da corporação, a gente consegue ver a corporação muito mais do que dentro. Quando temos contatos, vemos a corporação de uma forma completamente diferente, porque as pessoas

tem medo de nos falar enquanto envergamos a farda. Porque a corporação também, como auto-defesa, não sei se é isso, não quer que as pessoas falem. Todas as críticas devem ser construtivas.

Me lembro de um camarada, não vou dizer em qual escola, ele deu aula, uma pessoa muito conhecida e respeitada em São Paulo, ele fez uma crítica e falou, usou uma terminologia e nunca mais deu a aula. E também temos um Coronel que foi Comandante da Academia, pessoa respeitadíssima, que teve de parar de dar aula no CSP porque disse que temos que repensar o modelo de polícia. Eu acho isso um absurdo, acho que tem que ter professores civis sim, tem camarada civil que tem uma experiência muito grande. Não vamos pegar o fulano de tal para dar aula de técnicas policiais se você está lá, também tem que respeitar a Instituição.

Agora, outras matérias, discutir para entender o ser humano, entender que as pessoas aí fora cumprem ordens nossa, você acha que quando abordar o cidadão comum “eu que mando”, manda em quem?

Essas coisas nós precisamos repensar, acho que contribui enormemente, é uma outra visão. Trará muito mais segurança.

8) Ronilson – Os cursos mistos (masculino e feminino). É bastante recente, e ainda há grupos que julgam melhor “um pelotão masculino e um pelotão feminino”. Qual a opinião do senhor?

Cel Rubens Casado – Eu não vejo tanta necessidade de você restringir isso. No ano em que fiquei com o Policiamento de Trânsito, as mulheres eram muito mais apertadas do que os homens, eram muito mais difíceis de serem subornadas. Evidentemente, como você tem que ter a mulher para a abordagem feminina, devem retirar as mulheres para uma instrutora feminina ensinar como fazer uma busca pessoal em uma mulher.

Não vejo nenhum problema, não tenho nenhum referencial, nunca pensei isso, não tenho nada que vá contra essa forma. Você se preocupa tanto internamente, quando sai dos portões pra fora não fica pior?

Não pode ficar junto e todas aquelas coisas e quando chega lá fora o homem está esperando a menina e aquelas coisas...

Não sinto isso como uma coisa crítica, que não deva continuar. Talvez exista observações nas escolas que possam apontar que não deve ser recomendado, mas, no meu modo de ver, pelas informações que eu tenho, não vejo nenhum problema.

9) Ronilson – Qual sua opinião sobre o fato de termos um soldado que já tem curso superior? Ele presta um melhor serviço?

Cel Rubens Casado – Ele vai ter que demonstrar tudo aquilo que eu falei. Ele tem o verdadeiro carisma, o verdadeiro pendor? Se ele é um profissional com capacidade... No Exército, o Sargento dá aula pro General, ele não vai falar de moral, ele vai dar uma aula técnica... Como eu desmonto esse fuzil que acabou de chegar? O cara vai falar pelo curso que ele aprendeu sobre aquele armamento. Qual o problema?

O que não entendemos, não só o soldado, que às vezes o tenente ou o sargento, quando vai dar aula para um cara superior, não tem a vivacidade no tratar, e isso não tem nenhum problema, e eu sou muito crítico nisso.

Teve uma vez em uma aula que disseram, “não porque você”, espera aí, diga senhor, não é só pela função hierárquica, mas, fica muito mais elegante você tratar assim... “Senhores, nós precisamos”...

É frescura? Não! Eu tive uma aula nesse sábado, no CPAC, nas Irmãs Paulinas.. E tinha uma irmã lá... Eu nunca vi uma mulher com domínio e respeito da platéia.

É importante termos esse respeito, o cara fala até inconsciente, não importa quem vai passar esse ensinamento ainda de plataforma... Você como professor, tem que ter um choque. É mais importante ao professor saber que ele tem que ensinar isso.

Eu não vejo nenhum problema.

10) Ronilson – Uma das abordagens desse olhar, é pensar assim: Hoje a exigência é só o Ensino Médio, e há uma expectativa de que, daqui alguns anos, para ser Soldado, a exigência seja o Curso Superior. Em qualquer área, esse profissional agrega valores em seu atendimento?

Cel Rubens Casado – O Corpo de Polícia da Espanha, para você ser admitido, você precisa ter o curso superior para ser inspetor. Nós não podemos desprezar o conhecimento. É um modelo de academia, polícia como se fosse aqui. Se o cara quer entrar, tem que ser com o Curso Superior.

Agora, quais são as áreas que traz maior interesse para quem quer ser da polícia? Talvez, se fizesse um perfil e dissesse: “os profissionais que tem tal coisa, tal coisa e tal coisa...”, porque você prega o que você estudou ou você nega o que aprendeu?

Por exemplo, os que têm uma visão mais social, mais antropológica, eu acho que não tem problema nenhum.

Nós temos um grande problema, que, se você tem uma posição contra, você não é do tipo. Às vezes a gente crítica porque gosta, para que reflita pelo outro lado...

Há uma teoria de opinião pública, quando é unânime ela é burra. Acho que não tem nenhum problema, acho muito interessante, o importante é que a seleção seja bem feita, tem que ter instrumentos, se não der certo, demite, troca, multa... Simplesmente achar que não...

11) Ronilson – Há uma corrente que diz: “Quanto menos estudo o soldado tiver, melhor”.

Cel Rubens Casado – O pessoal pensa muito na politização. Se você mostrar que naquele estágio, foi feita a prevenção e deu resultado... Isso é muito clássico.

Quando eu entrei na Academia, eu tinha terminado na Escola de Sargentos, não era formado em Odontologia mas tinha cinco anos de prótese e jogava futebol, quando jogava no Picadeiro, a quadra e o campo era para os antigos.

Em uma jogada eu entrei e travei um colega e ele disse: “Não, esse cara veio pra cá viciado”, porque, eu era da tropa... “Viciado em que”? Eu sou obrigado a cumprir as ordens que são emanadas do rei, mas, não sou obrigado a pensar como o rei pensa.

Uma vez quando soldado de academia, o soldado disse que eu nunca fui soldado. Isso é promiscuidade...

O meu passado? A minha honra? Isso é uma visão medíocre que esses caras têm...

E faço uma outra crítica. Se nós não ouvirmos a sociedade, se não encararmos essa transdisciplinaridade que a polícia tem que ter, a segurança, temos que pensar nisso porque, às vezes, o modelo que está, não está dando certo.

Time que ganha você não mexe, se está aí, tem que ir tentando... Você toma remédio para a dor de cabeça e ela não passa, toma outro remédio, vai em outro médico, você quer a solução, você quer resolver...

É ruim que os novos líderes de uma hora para outra passem a pensar assim, acho que é o espírito, uma bactéria no ar que contagia isso... Tenho um livrinho do Padre..., de um discurso que ele fez que diz: “que eu não seja contaminado por essa bactéria invisível do mal”, mais ou menos assim...

12) Ronilson – Uma disciplina na carga horária dobrou. De 20, para 40 horas... Dinâmica de grupo e Psicologia. Isso chama a atenção para o pesquisador, na opinião do senhor o que ocorreu?

Cel Rubens Casado – Eu não sei. O currículo é revisto, ela foi alterada por que quem elaborou a dissertação dos currículos foram psicólogos?

A dinâmica e a dramatização eu acho importante, agora, tem que ver se no momento das reformulação dos currículos, quem fez a proposta? Se eu, que não sou psicólogo e diz “eu preciso”, tem peso maior do que um psicólogo defender. Mas, se foi posto só para defender a classe dele, eu não sei, me parece... Quando eu estava no Comando em Pirituba, não lembro das reformulações, se eu pude fazer propostas... Mas, analisando e verificando os atos, os momentos em que se pensam, embora, não reflita realidade. Só quer dizer pro camarada: “Você vai encontrar esse quadro, não tem jeito”.

13) Ronilson – Se mudou de 20 para 40 de alguma forma teve demanda...

Cel Rubens Casado – Sim, teve demanda.

14) Ronilson – Se o senhor quiser comentar sobre ingerências, pressões...

Cel Rubens Casado – Quando eu fui promovido a Coronel, o Comandante Geral me chamou a época, e eu fui classificado para a Escola de Soldados lá de Diadema, primeiro para agradecer o fato de chegar a Coronel, e, mais fácil...

Eu conversando com ele disse: “Comandante, qual a sua linha?” “O que o Senhor quer que eu faça na escola?”, porque eu fui promovido e não me perguntaram se eu queria ir pra lá...

Se eu fui promovido e sai de Diadema e fui classificado em estágio maior, evidentemente algumas qualidades eu tinha, aí fui me apresentar ao comandante, agradecer e qual a linha? Ele disse: “Casado, você passou por um período duro em Diadema e conseguiu avaliar a situação do soldado. Quantos erros foram cometidos lá? Quanta ausência de chefia foi cometida lá? Quanta falta de compromisso com a Instituição foram cometidas lá?”

“Pela sua experiência profissional, você foi da tropa, trabalhou DPM, trabalhou em escola, tudo...” Seria até falha de propósito, embora como Comandante Geral falar: “Casado, assim não Casado; você viveu Diadema e têm plena consciência disso, de que nós precisamos melhorar a qualidade e nós contamos com você”.

Isso, eu acho que era uma posição, que na época o Coronel Gondim fez, que eu assumi, e não tive ingerência nenhuma tanto na escola de soldado como na academia, nenhuma ingerência. A única coisa que eu tive na academia sobretudo e com bom grado, seria um momento muito importante, não fiquei lá porque foi me dado um comando CPC, seria que nós iríamos melhorar e tenho plena certeza, com o Coronel Marino que estava na Subgerência... Nós íamos melhorar, já estávamos mudando alguns currículos, ajustando até para que fosse um ciclo da... Não tinha mais aquela... A cada seis meses você mudava de módulo, igual o nível das faculdades...

O cara ia dar aula de uma matéria que tinha 30 horas/aula, o cara ficava o ano todo dando aula, não era melhor dar tudo isso de aula no primeiro módulo? “Você vai dar duas aulas por semana em vez de uma”... E acrescentamos o programa de estágio.

Então seria o modular, acabava aquele e entrava o outro, você não ficava com coisas pendentes, e o acréscimo do estágio. Não digo que foi ingerência, pelo contrário, era uma troca de informações. Eu estava na academia, nem sequer o Diretor de Ensino me tratava, entrava dentro da corporação, que era o próprio Rui, pra gente ajustar isso e certamente o Marino, eu falava com ele, discutia com ele, ele não seria louco de como subchefe do estado maior discutir com o subcomandante da academia e ajustar o currículo por um ou outro motivo, então não era ingerência, ou seja, uma grande colaboração que estávamos tendo e gostaria de colocar uma coisa que não consegui, de ter um corpo com nível de faculdade, com expressões renomadas, com desembargadores...

Porque todas as faculdades têm um corpo, o corpo de docentes e o corpo de docentes eméritos, vamos dizer assim, que é de respeito, que vai lá e dá uma palestra...

Isso daí, com professores, doutores... Essa possibilidade eu não consegui e não sei como o comandante hoje vê isso, então, duas coisas: estabelecer o estágio e essa reformulação, inclusive quando começamos a apertar, muitas pessoas foram embora, porque não queriam... Foram embora... É até ruim, mas, saíram porque queríamos montar um corpo de docentes no nível das faculdades, universidades, para que efetivamente a gente pudesse... Não só a academia, não... Nós só vivíamos do Lazzarini? Do Doutor Pinotti? E todos os outros que podíamos ter um corpo, que dão suporte em universidades... Eu não sei qual o termo que se dá a isso, mas é um corpo... [titulado, doutorado], e que desse uma ou duas palestras no ano, é de uma preciosidade enorme, mas, não fiquei lá, mas, seria um objetivo da gente, várias pessoas que a gente conhece por aí e certamente eles teriam ido, a academia se sentiria honrada por isso e eles também se sentiriam honrados.

Alguns seriam eminentemente críticos, ótimo. O governador Alckmin fala um negócio e ele fala com as palavras de Santo Agostinho: “Os que me criticam me apontam o erro, os que me elogiam não apontam o erro”, então é mais ou menos assim que Santo Agostinho fala, então você tem que entender com os que te criticam para acertar o caminho, os que ficam te bajulando não te dão o caminho.

15) Ronilson – Comandante, encerrado. Não sei como está de tempo, só vou fazer um comentário do senhor, que, das outras entrevistas, que já realizei, surgiu um assunto que não tem haver com a minha tese, no início... Depois fiquei pensando e deu um gancho, que é o seguinte: Tanto o Cel Gianoni quanto o Cel Petinato, o Cel Marcondes também falou... Do fim do policiamento de trânsito, que era nosso e deixou de ser nosso, como eles falaram e eu não perguntei... Passei a fazer uma outra análise, já encerrada a nossa entrevista, se o senhor tiver tempo ainda... Quando deixamos de fazer o trânsito em São Paulo, o senhor tem algum... ?

Cel Rubens Casado – É o seguinte. Tenho dois pensamentos: eu curto trânsito, comande o trânsito uns dez meses, por aí... Eu acho que a figura do homem do trânsito na rua é muito importante, mas também, esses camaradas são muito românticos... Marcondes, Gianoni... Petinato não trabalhou no trânsito e se você for verificar todos os que trabalharam no trânsito, são muito românticos...

Sim, você tinha o homem cuidando do trânsito, mas, ele não queria atender outro tipo de ocorrência, o inverso também é verdadeiro.

Pegaram o trânsito e trouxeram para a polícia, o trânsito, como o Bombeiro, como o Rodoviário... É uma outra empresa...

Quando você pegou e trouxe pra cá, não houve esforço para que todos os policiais militares também atuassem no trânsito. Vamos analisar se não foi um erro conjuntural, um erro estrutural, se fizéssemos todos os policiais terem um talão na mão ou simplesmente achar: “Não, deixa assim porque assim estava bom”. Eu estava mantendo uma caixa com 2.000 homens...

Eu, funcionário da polícia, tinha que habilitar no CPC 20.000 homens para fazer a operação de trânsito, porque a prefeitura exigia que todo guarda fosse habilitado, e eu só pude fazer 10... Parei nos 10 mil. Porque?

Se os 20 mil ficarem fazendo autuação, vai gerar arrecadação para a prefeitura e eu não tenho nada a ver com a prefeitura. Você tem que aprender a desmontar o objeto, se você desmonta um *abajour*, vai verificar o que é que têm no *abajour* e a quem compensa essa história... Nunca é feito uma análise profunda. “Perdemos o trânsito”, mas, nenhum de nós colaborou o suficiente para que o propósito de ter 20 mil homens atuando no trânsito, que foi o que o Governador quis, ninguém fez... Aí fizeram... Pega 20 homens do trânsito e põe na 3ª Cia do 7º... “Não, todos tinham que fazer trânsito, esse era o propósito”, aí ficaram aqueles 20...

Precisa ter uma análise muito mais profunda, uma mea-culpa da corporação, porque que não deu certo a proposta... Um mea-culpa tem que ser feito...

Hoje, ou dois anos atrás, certamente a proposta seria outra. “Dá 20 mil talões e manda tacar multa”, eu vou melhorar a proposta...

Um dos maiores instrumentos de autuação é o talão. Todo PM deveria ter uma bissaca, aquela bolsinha de colocar o talão... No CPC eu pedi que comprasse para todo mundo... E o que que tinha? O talão de multa e o guia Levy... O guia Levy era desse tamanho, o cara pergunta onde ficava tal rua e o guarda ia olhar no guia, era ridículo.

E nós tínhamos ainda um bloco de ocorrência... Precisamos ter uma visão menos romântica da Polícia de trânsito...

**ANEXO C: ENTREVISTA COM EX-COMANDANTE DO CENTRO DO CENTRO DE
FORMAÇÃO DE SOLDADOS - Cel Davanzo**

TERCEIRA ENTREVISTA

1. Ronilson: - Durante o tempo em que o senhor foi Comandante do Centro de Formação de Soldados como enxergava o perfil do profissional para servir lá? Tanto faz se oficial ou praça...

Cel Davanzo: - Bom... Primeiro que não era eu quem escolhia, a primeira questão é essa. Eu preferia que o grupo definisse o tipo de pessoa que eles queriam trazer, que agradasse e eles, para que não houvesse desintegração ou adversidade no grupo. Para que o grupo caminhasse sempre com as perspectivas que nós tivéssemos dado oficialmente, para que todo mundo levasse aquilo além... Porque eram estudantes e tinham vontade, a sede de fazer e que o ensino prosperasse na polícia.

Difícilmente eu apontava uma pessoa, eu mandava fazerem uma pesquisa entre eles, os conhecidos deles que tinham interesse em servir e porque servir na escola e geralmente eles apontavam três, dois, para que eu pesquisasse junto ao Comando. Mas, às vezes caíam pessoas lá que não eram chamados e esses não prosperavam lá... Eles não conseguiam acompanhar o nível intelectual e os interesses do grupo.

Por isso que nos dávamos muito bem, o grupo era muito homogêneo... Mas, eu não impunha quem eu queria trazer ou não, quem trazia a pessoa para servir era o próprio grupo, essa é uma meta minha sempre...

2. Ronilson – Coronel, eu pulei o preâmbulo da entrevista que é essa parte do nome completo, data de nascimento, quando e porque entrou na polícia e depois a chegada no Centro de Formação de Soldados. Na verdade são dados mais técnicos, que eu vou acabar vendo depois em seu currículo, mas, a entrada na polícia e a chegada do senhor no Centro de Formação de Soldados...

Cel Davanzo – Já dando os dados, para que você possa escrever depois... Eu já era da ala de ensino quando fui pra lá. Fui pra lá em 98, mas, já era Tenente-coronel, servia a academia, esse é um dado interessante, eu fui em 96 para a academia, inclusive para mudar o sistema de

entrada. O Diretor de Ensino na época falou: ‘Você é um cara de cabeça aberta que não tem compromisso com ninguém, não tem filho que vai fazer academia, você vai pra lá neste ano ainda e vai ter que mudar o sistema lá, eu quero que vá fazer exame através da Fuvest’... Eu falei: ‘O senhor está louco!’, era o Coronel Wagner Cintra, até depois, se você olhar a revista Veja ele apareceu como o Reitor e ele disse: “Você foi um dos escolhidos e vai pra lá neste ano ainda e vai ter que mudar o sistema para Fuvest, para acabar com a história de que só filho de coronel que vai para a academia e de fato não tinha um padrão, e eu fui com essa missão para a academia. E no mesmo ano nós mudamos o sistema, eu fui à Fuvest com um tenente, conversamos, marcamos com o reitor, marcamos com a reitora, o nome já não me lembro mais... Tem o conselho né? Aí eles tinham que ouvir o conselho, para dar a resposta para a gente, para sabermos se íamos poder participar da Fuvest, e foi feito no mesmo ano... Uma correria tremenda, quando chegou em julho, por aí... Decidiram que poderíamos fazer pela Fuvest mas, com indicação única, o sujeito se inscreveria na Fuvest mas, só para a academia. No primeiro ano não teve para as mulheres, eles nos questionaram e eu tive que explicar tudo aqui.... Que o sujeito ocupa um cargo, e que as mulheres também ocupam cargos, mas, que as carreiras eram distintas das nossas que não pertenciam ao mesmo grupo de soldados... Aí eu falei que os quadros eram diferenciados, levei um livrinho, porque fazíamos pela Fundação Carlos Chagas, aí perguntaram se não fazíamos por uma empresa de nível e eu disse que sim, mas, que o exame não era da academia era da Polícia Militar, portanto, quem tem que se envolver é a Polícia Militar, não a academia.

Ainda questionados, respondemos que as avaliações; ficou bem claro que não sabíamos quem eram os candidatos. Nós só pegávamos os nomes depois da segunda etapa, quando vinham os disquetes com os nomes e nem mesmo sabíamos a classificação dos candidatos, pois o resultados ia direto para a casa dos candidatos, nós só sabíamos os nomes para começarem as nossas provas...

Você sabe que a Fuvest só quer dinheiro, tanto que no primeiro ano, na entrevista, me perguntaram quantos alunos eu conseguiria colocar na Fuvest eu disse que não teríamos perspectivas mas, que giravam em torno de 5 e 6 mil concorrentes em nossos exames, mas, como seria pela Fuvest, talvez muita gente desistiria pelo número de matérias, que eram muitas e eles não estavam acostumados, mas, previ uns 4 mil alunos... E fechamos nesse número e hoje é um sucesso total.

Ronilson – Sem dúvidas é um marco para a polícia.

Cel. Davanzo – Ninguém podia falar nada... Depois tomei umas bolachadas dos companheiros porque não queriam prestar vestibular... Eu disse ‘não me importo, só sei que entraremos no mundo internacional, porque a Fuvest é reconhecida mundialmente como o maior vestibular’...

2. Ronilson – E aí, na seqüência o senhor iniciou o processo de formação de soldados?

Cel Davanzo – Depois disso daí, que foi em 1996... Eu ia ser promovido em 1998, e isso é muito particular, mas, perguntaram se eu queria continuar na academia ou ser Coronel em qualquer lugar, claro que não seria em qualquer lugar porque sou de São Paulo, eu falei que também não queria ficar na academia senão pareceria que eu tirei o Comandante, aí eu falei que queria ser Coronel, para evitar aquela situação desagradável, mas, em São Paulo. Aí eu fui como Tenente Coronel para o Centro de Formação de Soldados e aguardei porque o Cel Hollywood estava indo embora, claro que, estavam o empurrando para fora, fiquei lá um mês e pouco e fui promovido a Comandante, por causa dessa história da Academia.

3. Ronilson – Um Policial Militar hoje, com curso superior presta um melhor serviço a Comunidade?

Cel Davanzo – Eu acho que ele tem mais experiência, mais conhecimento e por ter passado por momentos de reflexão pra poder estudar, pra poder mentalizar, acho que ele tem uma facilidade maior de entendimento. Ele pode dar uma resposta menos agressiva por ter conhecimento do poder dele, com aquele conhecimento ele não vai fraquejar quando tiver que retrair, diminuir sua intensidade, pois o policial às vezes têm que agir com agressividade, mas ele sabe moderar isso aí. Uma pessoa que têm estudo tem convicção do que está fazendo e isso é o principal, convicção!

4. Ronilson – Hoje a exigência para entrar no Centro de Formação de Soldados de Pirituba é o Ensino Médio, tanto feminino como masculino, são aquelas quatro exigências que

vieram no Edital deste ano: altura de 1,65 (para homens), ensino médio completo, idade de 18 a 30 anos (29 me parece). O que interessa para a pesquisa é que não exigimos Ensino Superior. O senhor acredita que daqui uns anos a polícia de São Paulo possa exigir o Curso Superior? Como o senhor vê essa questão?

Cel Davanzo – Pelo nível cultural eu acredito que ainda demore um pouco, porque os soldados são retirados das comunidades, porque o pessoal que têm mais recursos financeiros dificilmente entram como soldados, vão procurar outras carreiras que tenha uma rentabilidade rápida, além do que, a da nossa carreira é muito lenta. É muito difícil porque nossos soldados vêm das comunidades pobres, e é até difícil de recrutar... Eles calculam 8%, ou seja, de cada 100 candidato apenas 08 ingressam, portanto acho que vai demorar um pouco.

5. Ronilson – Na função de Coronel ou Tenente Coronel o senhor se lembra de ter realizado alguma viagem ou curso ‘fora’ na parte de ensino?

Cel Davanzo – Como Tenente Coronel, inclusive com o Comandante Lisboa, eu acompanhei o pessoal na Europa, mas, na parte de ensino foi pouca coisa, é mais na área profissional. Agora, curso, na parte de ensino, que me proporcionaram, não... A polícia tem alguns cursos de neurolingüística, na parte de comunicação, de relacionamento... Tudo feito particularmente.

6. Ronilson – Sobre a formação das turmas, o senhor só pegou pelotões, só de homens e só de mulheres. Na opinião do senhor, quando é feita a seleção, uma turma deve ser separada ou formar-se juntas? Homens e mulheres na mesma turma...

Cel Davanzo – Quando eu era da academia havia meninas nos pelotões. Não vi tantas dificuldades, mas, o nível era outro, avançado. Na escola de soldados, não tive essa experiência para dizer se é bom ou se é ruim, não vivi como comandante. No nível inicial não tive essa experiência, na academia me parece que não houve muitos problemas.

7. Ronilson – A participação de professores civis? Qual a sua concepção, pois, há muito que defendem a tese de que, para militares, professores militares e só.

Cel Davanzo – Em determinadas matérias eu acho muito importante que tenham outras cabeças, com outra formação, vindas de outras escolas. Para a turma enxergar qual é a diferença de pensamentos e formar o seu juízo final. É muito importante, por que de repente você nunca imaginaria que ‘o cara’ poderia imaginar por determinado ângulo. Eu já vi isso, às vezes nós temos os pensamentos espremidos, e nós vamos espremendo, espremendo, espremendo e quando vemos a pessoa de fora... Nunca íamos imaginar que a pessoa fizesse ou tivesse essa noção, inclusive para explicar dados que nós não conhecemos, ainda mais um jovem...

8. Ronilson – Quanto ao modelo do curso, que hoje é feito em um sistema de ano e é feito mais um ano de estágio probatório. Esse um ano, são 8 meses de básico lá em Pirituba e depois ele faz mais 4 meses de especializado em algum outro local, nesse momento Pirituba também está fazendo o especializado mas, não é sempre a regra. Esse um ano de curso é um tempo bom é suficiente? Qual a visão do senhor?

Cel Davanzo – Na época, quanto ao currículo, nós fomos à USP. O Coronel que hoje é Comandante foi lá, pesquisou junto ao pessoal e eles fizeram um *up-grade*, mudaram alguns termos, determinadas matérias... Eles praticamente montaram para nós o currículo, tanto que depois foi levado para Brasília e as outras polícias copiaram de nós. Não vou dizer que ele era perfeito, mas quase... Serviu de modelo. Quanto ao ‘um ano’, eu acho que é saudável, mas, precisava aproveitar esse período, pois nós perdemos muitas horas aula com coisas fúteis, por exemplo, preencher cadeiras em seminários, bater palmas para fulanos que vêm como visita... Não faziam divulgação dos eventos, não tinha público e retiravam os alunos de dentro das aulas para isso daí. É jogar um balde d’água no professor, ainda mais aos que vêm de longe, perde toda a finalidade. Muita gente está circundando ali e isso não é certo...

9. Ronilson – Comandante, fazendo uma análise das disciplinas da grade curricular, observei: Tiro, Língua Portuguesa, Direito Penal, Direito Civil... Só uma disciplina dobrou, que é Psicologia e Dinâmica de Grupo passou de 20 para 40 horas-aula, o senhor têm uma explicação para isso ou de repente no tempo do senhor também teve alguma mudança significativa igual a essa...

Cel Davanzo – O motivo da mudança é aprender a viver em grupos e decidir em grupos. Aprender a convivência. Eu acho interessante ensinar para o aluno em Psicologia que às vezes deixar de tomar uma atitude é muito mais interessante do que tomar uma atitude errada e ele não se culpar disso, porque muitas vezes ele toma uma atitude e até têm a percepção, mas, pelo processo de formação, esse sistema nosso, não sei... De ter a missão cumprida, mas, às vezes é melhor você ter a atitude de esperar, dialogar... Porque todas as vezes que agimos, agimos sobre pressão, acho que foi uma medida certa, de aprender a viver em grupo e tomar decisões em grupo.

10. Ronilson – Sobre treinamentos noturnos. O policial só treina durante o dia e depois vai trabalhar à noite... O senhor recorda de atividades assim?

Cel Davanzo – Na época, não no básico, mas no específico, eles trabalhavam apoiando a tropas já formada, em alguns batalhões e a gente acompanhava... Tinha alguma coisa, mas, não era específico de treinamento, era já ‘lançá-los na rua’, já para perceberem como era o trabalho à noite e tomando aquele choque, porque é muito diferenciado com relação ao trabalho durante o dia, de perceber a aproximação, a fuga... Completamente diferente.

11. Ronilson – A relação do Comandante do Centro de Formação com o Diretor de Ensino, com o Comandante Geral, como era essa relação? Eles pressionavam o senhor? Fiscalizavam muito?

Cel Davanzo – Era o Valdir Silvano... Não posso dizer que fui cobrado talvez por minha larga experiência na área de ensino, nunca fui chamado para esclarecer ‘maiores assuntos’, todas às vezes que eles nos visitaram e tem até gravado nos livros das visitas das autoridades, sempre me elogiaram, nunca tive dificuldades...

12. Ronilson – O senhor tinha autonomia como Comandante?

Cel Davanzo – Sim, eles me davam liberdade porque confiavam no meu trabalho, nunca fui chamado à atenção, nunca respondi nenhum documento, nada. Graças a Deus nessa parte fui sempre nota dez.

13. Ronilson – O sistema de avaliação, de verificação corrente e verificação final, como é que o senhor vê?

Cel Davanzo – O sistema de avaliação, pra mudar na época era muito difícil pelo próprio sistema de ensino. Nós fazíamos na parte de grupo os teatros, e aí a gente notava que eles sabiam tudo a respeito, até as conversas, sabiam quando dialogar, quando falar... Na época era o que tínhamos. Na época acho que estava bom. Naquele teatro eu observava o quanto eles sabiam tudo que era errado, eles faziam tudo direitinho...

14. Ronilson – Em termos de prioridade. Como é que o senhor veria hoje o processo de Formação de Soldados?

Cel Davanzo – Eu acho que deveria ter mais aulas práticas. Colocar e acompanhar... Colocar o sujeito trabalhando com os outros e fazer o acompanhamento, para ver o que o sujeito está passando pra ele. Eu acho que o sujeito só fica bom para o trabalho exercitando, fazendo o exercício repetitivo, aí ele vai gravando o seu método, o que ele poderá utilizar dali pra frente... O ensino é isso, colocar em contato e acompanhar e toda vez que tiver um pequeno detalhe, observar... individualmente e no grupo todo. Isso é importantíssimo, o acompanhamento...

15. Ronilson – Na época do senhor Pirituba tinha 400, 500 soldados, hoje têm 1.800 e você fica mais distante de chegar a um ideal, o que também concordo com o senhor... Quando se trabalha nessa linha que o senhor está falando e que observamos na Universidade, você trabalha com a possibilidade do erro... No nosso sistema se ele erra...

Cel Davanzo – Ele pode adquirir os vícios do companheiro que está trabalhando, e não é isso que nós queremos...

Ronilson – E se você têm um acompanhamento você consegue...

Ronilson – Tem alguma observação de caráter geral, algum ponto que o senhor queira colocar do processo de formação... Por exemplo dessa viagem, quando o senhor comentou que acompanhou o Comandante Geral para a Europa, não foi para a área de ensino?

Cel Davanzo – Não, foi para acompanhar a mudança da polícia no mundo.

Ronilson – Para a área de ensino o senhor tem alguma lembrança ou dicas que possam ser úteis?

Cel Davanzo – Eu acho que deviam formar turmas continuamente, turmas pequenas e bem acompanhadas, isso é primordial, porque à parte de ensino em sala de aula, os professores são capazes de passar em sala de aula, agora, o comportamento do homem na sociedade, do outro lado do muro da escola, é completamente diferente; portanto, grupos pequenos, bem acompanhados com bastante supervisão.

Ronilson – A pergunta era se o profissional afastado, ainda atuaria na área de educação, que é o caso do senhor aqui...

Cel Davanzo – Aqui eu sou o atual vice-presidente. Mas, nós temos um espaço cultural. São cursos para profissionais, gente já formada que pretende crescer na carreira. Esses sim, são pessoas interessadas, porque são eles quem procuram a nossa associação para poder melhorar sua parte cidadã, não só financeira, mas, a auto-estima, crescer, mostrar para os filhos, é muito importante. Quem trabalha em área de ensino vai estar sempre ligado, porque é até uma ligação de alma, a gente se esforça e vive para ver as turmas subindo. Eu fico feliz por ter dado aula em 1976 e hoje ele é um sujeito Coronel, foi do meu pelotão o Coronel Diniz. (atual comandante-geral da PM). Você vê a alunada chegando e hoje a pessoa é um líder, em uma profissão perigosa, arriscada, difícil, muito difícil.

Ronilson – De minha parte está terminado. Eu agradeço muito pela atenção do senhor, esse registro é muito importante porque hoje em dia há muitas pessoas pesquisando a polícia, só

que civis, nada contra os civis mas eles não conhecem a fundo os meandros nossos, não conhece as brincadeiras de alojamento, ou seja, o senhor lembrar que foi Comandante do Pelotão do Diniz que hoje é Comandante Geral, eu consigo imaginar um pouco mas só o senhor sabe o que é e o civil não vai saber disso nunca. Ele não vai dimensionar o quanto é importante e rico para a pessoa...

Cel Davanzo – Eu não tenho retorno financeiro por ter feito isso, mas eu tenho o retorno da alma... Não há dinheiro que pague, não há coisa no mundo de valor que supere isso.

Ronilson – Ao longo da carreira do senhor, fora Pirituba, Academia, o senhor foi ligado à parte do ensino:

Cel Davanzo – Muito! Eu comecei no DPM, depois fui para Academia, da Academia eu vim para o Choque, recepcionava os alunos, para eles eram um choque quando viam a sistemática de trabalho, eles chegavam e falavam: ‘O senhor lá era tão rígido, tão seco, aqui o senhor conversa, é calmo...’. Mas, aqui é outro mundo, é um mundo de trabalho, é um mundo profissional, o chefe senta com os seus companheiros sem a posição de “sentido”.

Lá na rua, quando o pessoal sai, eles sabem direitinho as atitudes, pelo olhar, com um gesto eu consigo dominá-los, eles sabem o que eu quero... A gente não aprende só na sala de aula sentadinho, você aprende andando, conversando, vivendo, passando momentos com o pessoal, completamente diferente, e você não perde o respeito, aqui, você não é a questão de só conhecer é a de respeito à autoridade, eles continuam te respeitando como autoridade, você não perde a autoridade.

Porque ali eu não estou preocupado só em ensinar matéria, eu estou preocupado com ele ser, ser vivo! Se tem família... se têm dificuldades, o transporte, a vida dele convivendo com outros... Tudo isso a gente conversa, anima, acalma...

Ronilson – Depois do choque?...

Cel Davanzo – Depois do choque eu fui para o Palácio... Trabalhei com o Governador Montoro, com a família Montoro, depois do Palácio, fui para a Prefeitura do Jânio Quadros, de lá

fui fazer o CAO para ser Major... Logo depois eu fui para a Academia. Foi muito rápido a passagem de Major para ser Tenente Coronel, sempre tive um bom relacionamento, nunca tive dificuldades, sempre trabalhando com seriedade...

Ronilson – Coronel, mais uma vez muito obrigado. Naquilo que eu puder auxiliar estou lá no cpam1 (comando de policiamento de área centro) com o coronel Camilo, trabalho no GT (gabinete de treinamento) e como oficial de relações públicas. Eu vou realizar a degravação deste material e trago o texto final e vai como anexo da tese. Porque ela funciona assim: São três entrevistas com três coronéis. A entrevista na íntegra vai como anexo, o ponto da entrevista que o senhor relatou e que eu perceba que tem relação com o pedagógico, eu transcrevo aquela parte, ilumino e transcrevo: Conforme relato do senhor Coronel Davanzo... Vou pegar uma parte lá, da importância do trabalho em grupo, do professor civil... A experiência da Fuvest, da Publicidade, da lisura, da transparência...

Cel Davanzo – Vocês têm que perguntar com quem você faz a seleção da Academia. A Fuvest, essa é a mudança... Ele fala ‘puxa vida, é a Fuvest que vocês utilizam?’, viu o respaldo que traz? E foi uma correria ímpar para fazer no mesmo ano tudo... Eu sei que foi antes de ter terminado a aprovação de maio e tivemos que correr atrás... Os primeiros contatos, as primeiras conversas, sempre têm aquela dificuldade de entender a gente, um pessoal que não estava afim... Eu sei da Escola de São Paulo magoadíssimo, eu fui convidado para ser diretor... Todo mundo quer encerrar a carreira de um modo bom... Um tenente me disse que eu era uma pessoa que ele confiava, que sempre me esforçava para crescer... E a gente sabe da convivência de ver o jovem anima, aquilo não envelhece, não têm dia repetido... A gente tem umas coisas na escola que... Eu recebi muitas visitas de outras pessoas de outros países e uma vez eu recebi uma televisão alemã e eles não trouxeram um tradutor, eu cheguei lá e disse: Alguém aí sabe falar alemão? Um sujeito levantou a mão e ele não tinha nada de alemão, com a pele bem morena ele disse: Meu pai é alemão... E fizeram todas as entrevistas e aí ele contou que já tinha vivido na Alemanha quando era criança, ele era filho de criação e não passava na minha cabeça que ele pudesse falar alemão e ele pegou amizade com esse pessoal e ele viajou, passou a ser o contato deles aqui no Brasil, chegou até a viajar por aqui com esse grupo. Eles faziam só isso, viajavam o mundo pegando certos detalhes, recebiam ordens da Agência Central da Alemanha e vinham gravar em todos os

cantos. Inclusive, a ala de Bombeiros, e eles viram tudo, como eram treinados e aquilo foi sensacional, são coisas em que a gente não ganhou nada, nenhum tostão, mas, de você ver chegar um grupo, e têm lá na nossa época o registro você pode até olhar a fotografia e colocar no seu trabalho.